



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO E DOUTORADO PROFISSIONAL  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO - UEMA

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO/DOUTORADO PROFISSIONAL**

**JOYCE CRISTINE SILVA LOPES**

**A DIREITA BRASILEIRA E A MÍDIA NACIONAL: o papel dos  
jornais O Globo e Folha de São Paulo na radicalização do discurso  
conservador (2015-2018)**

**São Luís  
2025**

**JOYCE CRISTINE SILVA LOPES**

**A DIREITA BRASILEIRA E A MÍDIA NACIONAL: o papel dos jornais O Globo e Folha de São Paulo na radicalização do discurso conservador (2015-2018)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Curso de Doutorado, da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em História.

Orientador/a: Prof(a). Dr(a). Monica Piccolo A. Chaves

**Linha de Pesquisa: Historiografia e Linguagem**

**São Luís  
2025**

Lopes, Joyce Cristine Silva.

A DIREITA BRASILEIRA E A MÍDIA NACIONAL: o papel dos jornais O Globo e Folha de São Paulo na radicalização do discurso conservador (2015-2018) / Joyce Cristine Silva Lopes. – São Luís, 2025.

159 f.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST), Universidade Estadual do Maranhão, 2025.

Orientadora: Profa. Dra. Monica Piccolo Almeida Chaves.

1. Ensino de História. 2. Impeachment. 3. Dilma Rousseff. 4. Mídias digitais. I.Título.

CDU 93/94:37(81)

**JOYCE CRISTINE SILVA LOPES**

**A DIREITA BRASILEIRA E A MÍDIA NACIONAL: o papel dos jornais O Globo e Folha de São Paulo na radicalização do discurso conservador (2015-2018)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Curso de Doutorado, da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em História.

Documento assinado digitalmente

**Banca Examinadora:**



**MONICA PICCOLO ALMEIDA CHAVES**  
Data: 16/09/2025 07:45:26-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof(a). Dra. Monica Piccolo Almeida Chaves (orientadora)  
(PPGHIST/UEMA)

Documento assinado digitalmente



**RAFAEL VAZ DA MOTTA BRANDAO**  
Data: 17/09/2025 14:52:31-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof.(a) Dr. Rafael Brandão (Examinador Externo) (UERJ/FFP)

Documento assinado digitalmente



**JOSE HENRIQUE DE PAULA BORRALHO**  
Data: 08/08/2025 17:06:32-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof.(a) Dr. José Henrique de Paula Borralho (Examinador Externo)  
(PPGLETRAS/UEMA)

Documento assinado digitalmente



**LIDIANE ELIZABETE FRIDERICHS**  
Data: 16/09/2025 08:25:14-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof(a). Dr(a). Lidiane Friderichs (Examinadora Interno)  
(PPGHIST/Uema)

Documento assinado digitalmente



**FABIO HENRIQUE MONTEIRO SILVA**  
Data: 10/11/2025 12:44:03-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Dr. Fábio Henrique Monteiro Silva (Examinadora Interno)  
(PPGHIST/UEMA)

---

Prof. Dr(a). Marina Machado (Suplente Externo)  
(PPGH UERJ/UERJ)

---

Prof. Dr(a). Karina Biondi (Suplente Interno)

## AGRADECIMENTOS

Chegar ao fim deste trabalho é, antes de tudo, reconhecer que nenhum percurso formativo se constrói de forma solitária. Cada etapa aqui registrada foi atravessada por aprendizados compartilhados, colaborações generosas e apoios fundamentais que tornaram possível a realização deste projeto. É com gratidão sincera que dedico este espaço a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a concretização deste caminho.

Em especial aos professores da Universidade Estadual do Maranhão. Profissionais que me mostram o compromisso com a educação e que nas chamadas de atenção e cobranças me mostram o caminho da responsabilidade e do comprometimento. Obrigada aos professores Marcelo Cheche e Yuri Costa, as cadeiras durante a graduação, mestrado e doutorado me ajudaram como pesquisadora, professora e pessoa.

Agradeço também à minha orientadora, Monica Piccolo, que me resgatou lá na graduação quando não consegui entrar em um grupo de pesquisa, não tinha possibilidades de continuar no curso pelos custos e tantas questões por ser mãe solo tão jovem, uma professora que me proporcionou escuta, exemplo e acolhimento. A Iniciação Científica no Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea- NUPHEIC com bolsa me ajudou a permanecer e custear a minha primeira viagem para apresentar trabalho fora do estado. Isso foi um grande passo para a Joyce de 2009 que andava mais de 5 km para chegar à escola e que entrou na Universidade pensando que aquele lugar não era o seu.

Foi a professora Monica que me mostrou que a Universidade Pública era o meu lugar e de tantos outros como eu e me deu possibilidades de traçar um caminho que me trouxe até aqui. Talvez ela não saiba a importância que tem e teve na minha vida pessoal e profissional e quantas vezes me emocionei ao falar sobre a minha trajetória e citá-la como exemplo de profissional em quem me inspiro e quero ser para os meus alunos. Quero salvá-los, como um dia ela fez comigo. Monica muito obrigada por tudo, eu defendo hoje uma tese de doutorado e é graças a você.

Não poderia deixar de demonstrar a minha gratidão aos meus amigos de chão de sala de aula e que me ouviram lutar e resistir ao longo de todo esse percurso e que também me abraçaram e acolheram nos momentos de recomeços: minha amiga Najela, que por vezes me viu virando a noite na central de regulação de saúde do Estado

trabalhando, estudando e escrevendo meus trabalhos e que fazia questão de ler com tanto amor e carinho.

Minha amiga Ester, que sobreviveu comigo no ensino privado, longe da família e em quem encontrei tanta parceira nos momentos de tristeza e solidão e estive ao meu lado quando o racismo me atravessou da forma mais dolorosa possível. Meu querido Gladson, um presente que a vida de professora itinerante me deu. Mais uma vez longe de casa, em uma cidade nova, e que graças a ele consegui ter a experiência profissional mais incrível da minha vida junto aos alunos indígenas na Terra indígena Araribóia. Gratidão.

Aos meus queridos da “UEMA para a vida”, Edilene, Karlleide, Rafaela, Samara, Diogo e Teresa que por vezes foram o alívio de uma semana corrida, da escrita estressante e das lamúrias sem fim. Ao meu grupinho do trabalho, que me salva todos os dias na educação integral, Alana, Karol e Thays, com quem hoje divido meu riso e meu desespero com as atividades escolares. Muito obrigada, vocês são incríveis!

E finalizo este texto, agradecendo a minha família, minha base de apoio que sempre acredita no meu potencial até quando eu mesma não acredito. Minha mãe, dona Katia, que desde sempre me disse que eu só mudaria a nossa realidade a partir do estudo. Eu precisava ir além do ensino médio, entrar no superior e ir além do que ela conseguiu alcançar. Mãe, eu vou ser doutora! Conseguimos! Preciso agradecer também a minha parceira de vida. Minha irmã, Mayendra, essa vitória é tua também. Sem você sendo a mãe de Huld para eu ser a pesquisadora eu não conseguiria. Eu te agradeço e te amo muito! É o meu pequeno Huld Henry, obrigada por ser um filho tão compreensivo, por entender as vezes que não consegui estar presente por causa do trabalho ou da escrita. Tudo que sou, sou porque preciso ser por você. Eu te amo infinitamente!

Obrigada Deus por me proporcionar tantos bons encontros e chegar ao fim de mais essa etapa de vida com a certeza de que essa caminhada é coletiva e que sem os meus eu não chegaria tão longe.

## RESUMO

A tese de doutorado intitulada "A Direita Brasileira e a Mídia Nacional: Análise do Contexto Político Brasileiro de 2015 a 2018 e a Construção do Manual Ensino, Mídia e Política" investiga as possíveis chaves explicativas para a ascensão da extrema direita no Brasil e suas implicações para a sociedade brasileira, com foco no ensino de história. O problema central busca compreender as razões por trás desse fenômeno político e suas repercussões sociais, especialmente no contexto educacional. Além disso, explora o papel das mídias na construção de consenso e ascensão do projeto contra hegemônico. A pesquisa utiliza uma abordagem multidisciplinar, combinando análise política, social e educacional, com ênfase na análise de conteúdo dos editoriais dos jornais Folha de São Paulo e O Globo, no período de 2015 a 2018. Essa análise visa mapear as representações e discursos (des)construídos pela mídia nacional em relação à ascensão da extrema direita e suas consequências para a sociedade e o ensino de história. Os resultados obtidos destacam a influência significativa da mídia na construção de narrativas de deslegitimação do governo Dilma Rousseff e o golpe sofrido em 2016 bem como, na formação de consensos sociais em torno da agenda política neoliberal. Além disso, evidenciam as implicações desse fenômeno para o ensino de história, ressaltando a importância do professor como mediador na desconstrução de narrativas hegemônicas e na promoção de uma educação crítica e reflexiva. Com base nos resultados obtidos, a tese propõe a elaboração de um manual didático para professores de história, com sugestões de abordagens pedagógicas para trabalhar temas relacionados à ascensão da extrema direita no Brasil de forma contextualizada e crítica com alunos do ensino médio. O objetivo desse manual é fornecer subsídios para que os professores possam abordar essa temática de maneira reflexiva e plural, estimulando o pensamento crítico e a formação de indivíduos que se reconheçam enquanto sujeitos históricos.

**Palavras- chaves:** Ensino de História. *Impeachment*. Dilma Rousseff. Mídias digitais.

## **ABSTRACT**

The doctoral thesis entitled "The Brazilian Right and the National Media: Analysis of the Brazilian Political Context from 2015 to 2018 and the Construction of the Teaching, Media and Politics Manual" investigates the possible explanatory keys for the rise of the extreme right in Brazil and its implications for Brazilian society, with a focus on history teaching. The central problem seeks to understand the reasons behind this political phenomenon and its social repercussions, especially in the educational context. In addition, it explores the role of the media in building consensus and the rise of the counter-hegemonic project. The research uses a multidisciplinary approach, combining political, social and educational analysis, with an emphasis on the content analysis of the editorials of the newspapers Folha de São Paulo and O Globo, from 2015 to 2018. This analysis aims to map the representations and discourses (de)constructed by the national media in relation to the rise of the extreme right and its consequences for society and history teaching. The results obtained highlight the significant influence of the media in the construction of narratives delegitimizing the Dilma Rousseff government and the coup d'état suffered in 2016, as well as in the formation of social consensus around the neoliberal political agenda. In addition, they highlight the implications of this phenomenon for the teaching of history, emphasizing the importance of the teacher as a mediator in the deconstruction of hegemonic narratives and in the promotion of a critical and reflective education. Based on the results obtained, the thesis proposes the elaboration of a didactic manual for history teachers, with suggestions of pedagogical approaches to work on themes related to the rise of the extreme right in Brazil in a contextualized and critical way with high school students. The objective of this manual is to provide support so that teachers can approach this theme in a reflective and plural way, stimulating critical thinking and the formation of individuals who recognize themselves as historical subjects.

**Keywords:** History Teaching. Impeachment. Dilma Rousseff. Digital Media.

## LISTA DE IMAGENS

Imagem 1-	Capa do <i>Globo</i> : medidas impopulares e reforma ministerial.....	94
Imagem 2-	Capa do <i>Globo</i> : citação direta a Dilma e derrota do governo.....	95
Imagem 3	Charge do jornal <i>O Globo</i> : representação de Dilma Rousseff.....	96
Imagem 4-	Charge da <i>Folha de São Paulo</i> : crítica ao governo.....	97
Imagem 5-	Capa da <i>Folha de São Paulo</i> : crítica ao governo.....	99
Imagem 6-	Editorial jornal <i>O Globo</i> : governabilidade de Dilma Rousseff.....	100
Imagem 7-	Editorial do jornal <i>Folha de São Paulo</i> : teto de gastos públicos.....	102
Imagem 8-	Matéria do <i>Globo</i> e da <i>Folha S. Paulo</i> sobre as manifestações.....	103
Imagem 9-	Capas do <i>Globo</i> e da <i>Folha</i> sobre as manifestações.....	107
Imagem 10-	Associação das cores na cobertura do processo de impeachment...	108
Imagem 11-	Capas do <i>Globo</i> e <i>Folha S. Paulo</i> sobre as manifestações as manifestações.....	115
Imagem 12-	Editorial <i>Folha de S. Paulo</i> sobre <i>impeachment</i> .....	116
Imagem 13-	Editorial <i>O Globo</i> sobre o Golpe.....	117
Imagem 14-	Editorial <i>Folha de S. Paulo</i> após aprovação do <i>impeachment</i> .....	118
Imagem 15-	Editorial <i>Globo</i> de crítica ao governo.....	119
Imagem 16-	Editorial do <i>Globo</i> após aprovação do <i>impeachment</i> .....	120
Imagem 17-	Matéria do <i>Globo</i> após aprovação do <i>impeachment</i> .....	121
Imagem 18-	Editorial da <i>Folha de S. Paulo</i> sobre Bolsonaro.....	123
Imagem 19-	Matéria do <i>Globo</i> sobre Bolsonaro.....	130
Imagem 20-	Editorial <i>Globo</i> sobre disputa eleitoral.....	132
Imagem 21-	Capa do produto pedagógico.....	137
Imagem 22-	Sumário e Sessões.....	138
Imagem 23-	Boxe aprofunde a discussão.....	139
Imagem 24-	<i>Boxe</i> explore outras fontes.....	139
Imagem 25-	Aplicação das atividades Mapa da transformação social.....	143

<b>Imagem 26-</b>	<b>Produção jornalística.....</b>	<b>143</b>
<b>Imagem 27-</b>	<b>Exemplos dos jornais produzidos.....</b>	<b>144</b>
<b>Imagem 28-</b>	<b>Desenvolvimento do Júri Simulado.....</b>	<b>145</b>
<b>Imagem 29-</b>	<b>Júri Simulado.....</b>	<b>145</b>

### LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1-</b>	<b>Estratégia jornalística para as publicações.....</b>	<b>114</b>
------------------	---------------------------------------------------------	------------

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1-	Frequência de temas relacionados ao <i>impeachment</i> (2015-2016.....	112
Gráfico 2-	Visibilidade Michel Temer nas capas <i>O Globo</i> .....	125
Gráfico 3-	Visibilidade Michel Temer nas capas da <i>Folha de S. Paulo</i> .....	126
Gráfico 4-	Áreas temáticas dos editoriais de 2016 a 2017.....	127

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1-</b>	<b>Relação das fontes selecionadas no Jornal <i>O Globo</i> e na <i>Folha de S. Paulo</i>.....</b>	<b>93</b>
<b>Tabela 2-</b>	<b>Quantitativo do termo Impeachment nas capas e nos editoriais (2015-2016).....</b>	<b>113</b>

## LISTA DE SIGLAS

<b>AI-5-</b>	<b>Ato Institucional número 5</b>
<b>ALN-</b>	<b>Ação Libertadora Nacional</b>
<b>BNCC-</b>	<b>Base Nacional Comum Curricular</b>
<b>BEG-</b>	<b>Banco do Estado da Guanabara</b>
<b>CPI-</b>	<b>Comissão Parlamentar de Inquérito</b>
<b>CUT-</b>	<b>Central Única de Trabalhadores</b>
<b>CGT-</b>	<b>Comando Geral dos Trabalhadores</b>
<b>DCN-</b>	<b>Diretrizes Curriculares Nacionais</b>
<b>DEM-</b>	<b>Democratas</b>
<b>ESP-</b>	<b>Escola Sem Partido</b>
<b>HGPE-</b>	<b>Horário Gratuito Político Eleitoral</b>
<b>IPES-</b>	<b>Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais</b>
<b>IBOPE-</b>	<b>Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatísticas</b>
<b>IBAD-</b>	<b>Instituto Brasileiro de Ação Democrática</b>
<b>LDB-</b>	<b>Lei de Diretrizes e Bases da Educação</b>
<b>MEB-</b>	<b>Movimento Endireita Brasil</b>
<b>MBL-</b>	<b>Movimento Brasil Livre</b>
<b>PSDB-</b>	<b>Partido da Social Democracia Brasileira</b>
<b>PCB-</b>	<b>Partido Comunista Brasileiro</b>
<b>PT-</b>	<b>Partido dos Trabalhadores</b>
<b>PTB-</b>	<b>Partido Trabalhista Brasileiro</b>
<b>PMDB-</b>	<b>Partido do Movimento Democrático Brasileiro</b>
<b>PEC-</b>	<b>Proposta de Emenda</b>
<b>UDN-</b>	<b>União Democrática Nacional</b>

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>Capítulo 1- DO PACTO SOCIAL AO CONFRONTO IDEOLÓGICO: TRAJETÓRIA DOS GOVERNOS PETISTAS E EMERGÊNCIA DA NOVA DIREITA .....</b>	<b>22</b>
1.1 Governos Petistas: Movimentos Contra Hegemônicos .....	22
1.2 Direita e Esquerda: Política no Brasil e Projetos de Sociedade em Disputa .....	33
1.3 A Nova Direita no contexto Brasileiro: Uma Onda Conservadora .....	44
<b>CAPÍTULO 2- OS MEIOS MUDIÁTICOS: CONCEITUAÇÕES E METODOLOGIAS POSSÍVEIS .....</b>	<b>61</b>
2.1 A Imprensa Tradicional: Discussões teóricas e conceituais .....	62
2.2 A Internet e as Redes Sociais: novos espaços para discussão política .....	71
2.3 O Globo e Folha de São Paulo: agentes catalisadores das tensões Políticas no Brasil	81
<b>Capítulo 3- A CRISE POLÍTICA BRASILEIRA DE 2015 A 2018 ATRAVÉS DA MÍDIA .....</b>	<b>92</b>
3.1 A Crise política e a cobertura dos jornais: Segundo mandato de Dilma Rousseff.....	93
3.2 O Impeachment nas mídias: Destaque das manifestações e o posicionamento dos jornais .....	107
3.3 Pós-Golpe: A disputa política e os rumos democráticos .....	123
<b>Capítulo 4- MANUAL PARA PROFESSOR “ENSINO, MÍDIA E POLÍTICA” .....</b>	<b>138</b>
4.1 Diagramação e Estrutura do Manual Ensino, Mídia e Política.....	138
4.2 Proposta pedagógica do Manual Ensino, Mídia e Política .....	142
4.3 Aplicação do Manual com professores e alunos de ensino médio .....	144
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>149</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>151</b>
<b>Jornais O Globo- 2015 a 2018. Disponíveis em: <a href="https://oglobo.globo.com/acervo/">https://oglobo.globo.com/acervo/</a> ..</b>	<b>151</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>151</b>

## INTRODUÇÃO

O período que se estende de 2015 a 2018 foi marcado por instabilidade política do governo Dilma Rousseff e o fim do chamado Pacto Social estabelecido com Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011) e o segundo *impeachment* da chamada Nova República com consequências diretas à democracia brasileira. O Pacto Social refere-se a um processo de acordo entre grupos sociais a fim de conceder benefícios à elite brasileira e concessão de assistencialismo social a grupos minoritários (Plínio, 2017).

Desse modo, o presente trabalho constitui-se em uma análise sobre o contexto político brasileiro durante os mandatos de Dilma Rousseff e a polarização política marcada com o fim desse pacto e a identificação com uma direita radicalizada que chega ao Estado restrito em 2018.

Esse estudo se justifica a partir das bases teóricas defendidas por Michel de Certeau (1982) ao reforçar que quando se constrói uma pesquisa historiográfica é preciso considerar a relação do historiador com o objeto, o lugar social e o conjunto de práticas metodológicas. Esses três fatores associados desenvolvem a operação historiográfica. Assim, a função historiográfica, nesse contexto, é o ato de dar sentido a um determinado acontecimento, e dar voz ao não dito, a função máxima do historiador.

Dessa forma, cabe ao historiador historicizar determinados fatos, pensando-os a partir do passado para entender as conjecturas do seu tempo. Desse modo, segundo Certeau, a produção histórica é feita a partir da relação estabelecida entre o autor e o seu objeto e essa relação com o lugar social, espaço a partir do qual o historiador produz, um espaço social, político e econômico. Além disso, “a escrita da história se constrói em função de uma instituição” (Certeau, 1982, p. 66). Os desejos institucionais vão atuar desde a metodologia empregada, ou até mesmo na seleção das fontes, para as pesquisas a serem elaboradas.

Assim, a escolha do objeto é subjetiva, ela nasce a partir do lugar social do historiador. A escrita histórica é então um ato que se relaciona com um conjunto de regras e práticas que se arrolam com um lugar social. Então, partindo dessa premissa, todo ato de escrever é um ato político, que se desenrola subjetivamente a partir de uma lógica contemporânea.

Então, essa pesquisa é construída a partir do meu lugar social, ao longo da minha caminhada acadêmica fruto de políticas públicas de inclusão social, ampliação do ensino público de qualidade e política de redistribuição de renda, tracei um caminho diferente da maioria dos jovens que assim como eu, viviam em comunidades esquecidas por anos pelo sistema político.

Nessa circunstância, o desejo de pensar o contexto político atual no Brasil configura-se como um desejo subjetivo, e a necessidade de construção de um discurso histórico em que se possa representar o passado no presente para se produzir aprendizado a partir de um conjunto de regras a serem utilizadas, mesmo estando essa imposição no silêncio. Desse modo, é necessário então, buscar as práticas e regras epistemológicas relacionadas ao lugar social para que a escrita histórica ganhe a aprovação de outros historiadores (Certeau,1982). A atividade de pesquisa histórica está inserida em um lugar, no qual, de acordo com os seus interesses, definirá o que pode vir a ser feito e o que não é permitido ser realizado.

Assim, construiu-se um mapeamento da crise de hegemonia do Governo Dilma Rousseff através dos veículos de mídias, e a ampliação dessa análise até a chegada ao poder da extrema direita pós golpe parlamentar em virtude da importância da temática e a necessidade de estudos que busquem esclarecer o contexto de crise política marcadamente durante o segundo mandato de Rousseff, com uma perspectiva que vá além dos estudos jornalísticos e das vertentes dos cientistas sociais, trazendo o debate para o âmbito historiográfico.

Além disso, objetiva-se, também, fomentar o debate acadêmico e social sobre os embates existentes no presidencialismo e as implicações disso para a política nacional e a sociedade de modo geral. Bem como, construir materiais atualizados para que essa temática seja abordada em sala de aula e ampliem a prerrogativa do ensino-aprendizagem.

Ao pensarmos sobre a História como uma prática, a argumentação de Certeau começa com a necessidade de uma técnica para a realização da produção historiográfica (Certeau,1982). Nesse sentido, a pesquisa sobre o contexto político no Brasil de 2015 a 2018 deve estar de acordo com os métodos exigidos pela academia para que seja relevante, para que tenha a aprovação e reconhecimento entre os seus pares.

Nesse sentido, a pesquisa utiliza de conceitos Gramscianos como Hegemonia, Aparelhos Privados de Hegemonia e o embate de projetos em busca por hegemonia, que são vertentes consideradas para a explicação desse período. Além disso, a discussão de Esquerda e Direita a partir da teoria de Norberto Bobbio também se faz relevante para essa investigação, em virtude da polarização que rompe a discussão na esfera política e na mídia e chega ao cotidiano dos indivíduos, sobretudo, nas escolas.

Além disso, é necessário apresentar as questões problemáticas que regem essa pesquisa, como: Quais as possíveis chaves explicativas para a ascensão da extrema direita no Brasil e suas implicações para a sociedade brasileira e o ensino de história? Qual o papel das mídias digitais e como contribuíram para a construção de consenso e ascensão do projeto contra hegemônico? Para responder a essas problemáticas, realizou-se um mapeamento dos jornais *O*

*Globo e Folha de São Paulo* durante 2015 a 2018 a fim de apontar o papel da mídia como potencializadora de discursos que pretendiam se tornar hegemônicos e criando consenso em torno da versão ao projeto representado pelo Partido dos Trabalhadores e em contrapartida a identificação do projeto representado pela nova direita brasileira.

Esse mapeamento e análise são fundamentais para se alcançar o objetivo geral desta pesquisa, que foi construir um manual para professor do ensino médio intitulado: Ensino, Mídia e Política: Período pós *impeachment* através do *Globo e Folha de São Paulo*, que apresenta propostas pedagógicas para o professor desde a gestação do golpe parlamentar de Dilma Rousseff até a ascensão do Bolsonarismo. Isso porque, é um contexto tão conturbado no cenário político que dificulta a sua explicação e trato em sala de aula.

Além disso, fomentar a construção de conhecimento histórico a partir da relação com as metodologias didáticas é um processo importante para a efetivação da relação de ensino e aprendizagem. É importante acrescentar que, de acordo com a Lei 9394/96 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional –LDB, o papel da educação é estimular no aluno à prática social, à prática ao mundo do trabalho, e formação para a cidadania, voltados para o desenvolvimento de habilidades e a formação de valores (Brasil, 1996).

Desse modo, o ensino de História não se restringe apenas à assimilação de conteúdo, mas se compromete com a articulação de conhecimento, competência e valores com a finalidade de capacitar os alunos a utilizarem as informações para transformar as suas realidades sociais (Bezerra, 2003).

Por isso, a análise desse período da política nacional é tão fundamental, por ser um período de grande mobilização social potencializadas através da internet e das redes sociais. Entender o processo de ascensão da extrema direita e como se estabeleceu no Brasil, através de veículos de mídias nacionais é um movimento interessante de percepção do fazer histórico.

Nesse sentido, entende-se que o conhecimento histórico não se limita à apresentação de fatos no tempo e no espaço acompanhado de documentos que comprovem a existência de determinado episódio, é preciso ligar o evento a temas e aos sujeitos que os produziram para buscar uma explicação (Bittencourt, 2011). A pesquisa relaciona então, diversos temas como crise política, embate de projetos antagônicos, movimentos sociais, mídias sociais, participação popular nos processos políticos democráticos do país, entre outros. Discussões pertinentes e de extrema importância para o entendimento do contexto histórico político nacional contemporâneo.

Além disso, a construção de um manual didático para professores de história facilita o processo para profissionais do ensino, que na maioria das vezes, estão distantes do meio

acadêmico, e é essencial para a dinamização e enriquecimento do processo de ensino. Nesse sentido, um manual apresentando as principais discussões historiográficas e atualizado de acordo com os documentos que regem o ensino brasileiro, apresentando metodologias pedagógicas eficientes que aproximam a linguagem histórica do cotidiano dos alunos é primordial.

A fim de que seja possível explorar os diversos modos de formação da consciência histórica tanto para alunos quanto para professores, através da compreensão do passado, sua relevância para o presente e a capacidade de refletir criticamente sobre eventos históricos, superando, desse modo, dificuldades como a falta de recursos adequados, métodos de ensino desatualizados e a necessidade de integrar abordagens mais participativas e reflexivas no currículo de história. De acordo com Maria Auxiliadora Schmidt e Tânia Maria B. Garcia (2005) enfatizam, a importância de uma abordagem reflexiva no ensino de história, que permita aos alunos questionarem, analisarem e interpretarem o passado de maneira crítica.

Nesse sentido, através das discussões levantadas pelo professor sobre a vertente do manual foi possível situar eventos históricos dentro de seu contexto mais amplo, considerando fatores políticos, sociais, econômicos e culturais que contribuíram para uma compreensão mais completa e precisa do passado (Schmidt; Garcia, 2005). Além de possibilitar aos professores adotarem uma postura reflexiva e crítica em relação ao seu próprio ensino e aprimorarem suas práticas pedagógicas.

Para essa análise e construção do manual serão utilizados os jornais O Globo e Folha de São Paulo. Os meios de comunicação utilizados neste estudo foram selecionados a partir do contato com o acervo *online* e o mapeamento de editoriais, matérias e capas sobre o período analisado. A escolha desses jornais justifica-se por apresentarem uma gama de reportagens e de posicionamento claro em relação ao novo projeto político que acreditavam ser essencial para o Brasil.

O jornal *O Globo* pertence a um dos maiores conglomerados de mídia do Brasil, o Grupo Globo, fundado em 29 de julho de 1925, no Rio de Janeiro, pelo jornalista Irineu Marinho e gerenciado por seu filho Roberto Marinho. Ao longo das décadas seguintes, o jornal passou por diversas transformações, acompanhando as mudanças sociais, políticas e tecnológicas do Brasil. Além de se transformar em um dos veículos de mídia de muita influência no aspecto político no país.

Além da versão impressa, *O Globo* também se adaptou ao mundo digital, lançando uma versão *online* e se tornando uma das fontes de notícias mais acessadas na internet. De

acordo com dados da Comscore<sup>1</sup>, referência na análise do tráfego de conteúdos na internet, mostram que *O Globo* manteve ao longo dos últimos 12 meses a liderança de visitantes únicos, com uma média de 27,6 milhões a cada mês. O jornal continua a desempenhar um papel importante na mídia brasileira, influenciando e construindo narrativas que se tornam públicas e criando consenso sobre projetos que considera relevantes para a sociedade brasileira ou mesmo para seu conglomerado empresarial.

Já o jornal *Folha de São Paulo*, também faz parte do grupo dos principais periódicos do Brasil, foi fundado em 19 de fevereiro de 1921 por Olival Costa e Pedro Cunha, sob o nome de *Folha da Noite*. Inicialmente, era um jornal vespertino sediado em São Paulo. Em 1959, o empresário Octavio Frias de Oliveira adquiriu o controle do jornal e iniciou um processo de modernização e expansão da empresa. Foi sob sua gestão que a *Folha de São Paulo* se tornou um dos principais jornais do país.

Atualmente, a *Folha de São Paulo* apresenta uma cobertura jornalística abrangente com temas variados, desde política e economia até esportes, ciência e meio ambiente. Além de se adaptar às mudanças tecnológicas, lançando uma versão *online* e expandindo sua presença nas redes sociais, com média de 22,5 milhões de acessos, segundo Comscore.

O uso desses jornais e seus canais digitais se justifica pelo fato de acreditarmos na relevância da imprensa enquanto registro privilegiado da história contemporânea. Entretanto, tomar o jornal como fonte não significa tomá-lo como reproduzidor de verdades, o que se pretende é uma análise a partir de suas parcialidades, a começar pelo grupo que o edita, a defesa de interesses presente de acordo com seu posicionamento político, e o público que esse jornal atinge. Para, desse modo, construir a análise a respeito do período de fim do “pacto de classe” que se estabelece durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva.

Segundo Tânia Regina de Luca (2008), desde a década de 1970, eram poucos os trabalhos que utilizavam jornais e revistas como fontes de pesquisas, tendo em vista que havia entre os historiadores certo receio em construir história por meio da imprensa (Luca, 2008). O receio, segundo Maria Helena Rolim Capelato, está na busca pela verdade por parte dos historiadores. Diante da notícia impressa, os historiadores tinham duas posturas distintas. A primeira era o desprezo por considerá-la fonte suspeita ou o enaltecimento por encará-la como repositório de verdade (Capelato, 1988).

Contudo, as concepções clássicas em torno da utilização do jornal como fonte foram sendo superadas como resultado do empenho de se repensar a História, suas dificuldades,

---

<sup>1</sup> É uma empresa dos Estados Unidos de análise da internet que fornece a grandes empresas, agências de publicidade e de mídia do mundo dados sobre acessos e consumo em seus canais virtuais.

enfoques e objetos de análises, visando não realizar análises precipitadas, acríicas e superficiais.

Cabe destacar que a partir das transformações desencadeadas pela Escola dos Annales<sup>2</sup> ocorreram mudanças significativas na concepção de fonte histórica. Houve um destacado alargamento e aceitação do que poderia ser considerado como fonte. Constituindo a fonte uma concepção de história-problema, interdisciplinaridade, e a inovadora proposta de História Total por parte dos Annales. Diante disso, podemos fazer análises históricas construídas a partir de novos olhares e novas perspectivas de fontes. Fazendo uso assim desses veículos de mídias como fonte podemos identificar a relação existente entre esse meio de comunicação e o seu poder de difundir ideologias e (trans)formar opiniões na sociedade contemporânea.

Com relação à metodologia, esta foi construída a partir de algumas questões pertinentes levantadas por José Carlos Reis (2019). As contribuições relacionam-se à possibilidade de pensar questões e relacioná-las mais especificamente à pesquisa sobre a ascensão da extrema direita no Brasil. Sobretudo, na organização da pesquisa e sua construção.

A partir do autor, que apresenta cinco pontos de análise para pensar a teoria metodologia na cultura histórica: 1) a sucessão de datas não possui valor científico; 2) sobre a ciência e teoria; 3) a escolha do objeto é feita no passado e sua interrogação também; 4) a pesquisa histórica e a relação com lugar social; 5) sobre o conhecimento histórico.

Sobre o primeiro ponto, as sucessões de datas não têm valor científico, ou seja, explicar, por exemplo, o golpe de Dilma Rousseff apontando a cronologia dos fatos até a eleição de Jair Bolsonaro, nada diz sobre as questões sociais e suas implicações se não for acompanhada de uma contextualização a partir de questões problemas pontuais e definidas.

Além disso, a ciência social é ciência porque é teoria e nessa prerrogativa, formula problemas e hipóteses, então, pensar a pesquisa sobre a ascensão da extrema direita no Brasil, tem-se antes de tudo, buscar a teoria, discussões teórico metodológicas que deem conta da discussão ideológica que envolve os conceitos (esquerda e direita, por exemplo), o contexto político e sobretudo, buscar pensar hipóteses que serão provadas ou não a partir da análise das fontes, como apresenta o autor no segundo ponto de reflexão.

---

<sup>2</sup> A Escola dos Annales foi um movimento de renovação da historiografia iniciado na França do final da década de 1920, com a fundação, por Marc Bloch e Lucien Febvre, da revista “Anais de História Econômica e Social”, propunham uma escrita da história que privilegia o econômico e o social em detrimento do político. Se opondo diretamente à produção historiográfica predominante no século XIX, a revista tornou-se um movimento de vanguarda na renovação do método de investigação histórica, divulgando, entre outras coisas, a concepção de uma história total que fosse desenvolvida a partir de uma problemática (história problema) e que utilizasse interdisciplinaridade como estratégia importante para se chegar ao conhecimento histórico. A reflexão sobre o caráter das fontes históricas também é outra contribuição da escola, a partir dela o conceito de documento histórico será relativizado, no que tange a ideia de verdade e neutralidade, e enriquecido a partir da incorporação de novas formas de fontes históricas, além da escrita. (Luca, 2005, p.115)

No terceiro ponto, a reflexão sobre o fato do historiador escolher seu objeto no passado e assim, a interrogação também é feita a partir do passado, a partir desse ponto, entender como e por que a extrema direita chega ou poder em outros países e em outros momentos históricos diferentes, pode ajudar a pensar esses movimentos no Brasil, suas diferenças e semelhanças, com o devido cuidado com os anacronismos.

Outra vertente de reflexão é sobre a pesquisa histórica, que se configura como a combinação de um lugar social com prática científica, ou seja, pensar o golpe e as consequência dele para o (des) governo Bolsonaro parte de um lugar social, de que lugar se fala, qual a perspectiva que se tem? atrelado à prática científica.

Além disso, é importante pensar que o conhecimento histórico não é isento ou expressa universalidade, a pesquisa histórica tem a marca da época e da instituição em que acontece, assim, discutir as implicações da ascensão da extrema direita no Brasil possibilita respostas que contemplem ou que sejam satisfatórias pensando esse tempo, esse momento histórico.

Entretanto, essa ação não é uma tarefa fácil, para Jörn Rüsen três questões precisam ser levadas ao que se refere à metodologia da pesquisa histórica, o primeiro ponto é a crítica a unidade do método histórico, o segundo refere-se à caracterização do método a partir das diversas operações que o constitui e o terceiro ponto, consiste na relação entre os procedimentos hermenêuticos e analíticos das pesquisas históricas (Rüsen, 2007).

Com relação a unidade do método histórico é necessário pensar sobre as perspectivas do passado, as teorias que influenciam diretamente as informações que serão extraídas das fontes (Rüsen. 2007). Nesse sentido, entender que a corrente teórica, a identidade do historiador, diz muito sobre o método historiográfico e o rumo que a pesquisa vai tomar. As perguntas históricas são formuladas a partir de teorizações, e essas perguntas que devem ser respondidas pré formulam respostas que são buscadas nas fontes.

Desse modo, a partir dessas reflexões a pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza aplicada, descritiva e explicativa sobre o contexto de crise democrática que se estabelece principalmente durante o segundo mandato presidencial de Dilma Rousseff. A partir da amostra e análise da cobertura jornalística publicados durante o ano de 2015 a 2018 pelos jornais *Folha de São Paulo* e *O Globo* montou-se uma análise sobre esse período de crise política e o papel das mídias para a criação de consenso sobre um projeto político não legitimado pelas urnas, após o golpe parlamentar, e o vazio político ocupada pela extrema direita em 2018.

Desse modo, a tese está dividida em quatro capítulos, que versam sobre quatro questões levantadas por esse estudo. A primeira questão que diz respeito aos governos petistas

de Lula (2013-2011) e Dilma Rousseff (2011-2016) e a constituição do chamado Pacto Social e a crise de hegemonia que tem como ápice o processo de *impeachment* travestido de golpe. Bem como, a polarização política que se acentua durante o segundo mandato de Rousseff, com movimentos de direita e esquerda mobilizando a sociedade brasileira.

A Nova Direita no Brasil é um movimento político e social que emergiu nas últimas décadas, caracterizado por uma visão conservadora em relação a questões sociais, econômicas e culturais. Ela se distingue da direita tradicional por sua ênfase em valores como o liberalismo econômico, o conservadorismo moral, o nacionalismo e o combate ao que considera ser o avanço do socialismo e do progressismo (Miranda, 2020).

Esse movimento se organizou principalmente através das redes sociais e de grupos de ativismo político, tendo uma forte presença *online*. Muitos de seus membros são jovens e utilizam as plataformas digitais para disseminar suas ideias, mobilizar apoiadores e influenciar o debate público. E em virtude disso, tiveram muito protagonismo na oposição ao governo Dilma Rousseff e nas manifestações pró-*impeachment*, bem como, na campanha eleitoral em 2018.

Faz-se importante ainda ressaltar que a chamada Nova Direita brasileira também é associada a novas figuras políticas, intelectuais e influenciadores digitais que defendem uma agenda conservadora e contra instituições oficiais. Ela tem sido ativa em questões como o combate à corrupção, a defesa da família tradicional, a oposição ao marxismo cultural em oposição ao que percebem como a hegemonia do pensamento de esquerda na política e na cultura brasileira.

A segunda questão versa sobre o papel da mídia e sua contribuição na criação de consenso durante a gestação do golpe e a ascensão da extrema direita ao Estado Restrito. Qual foi o papel exercido por esses veículos? quais os discursos adotados? e o poder de criação de consenso? Essa temática foi discutida no segundo capítulo, em que se apresenta uma discussão sobre a imprensa e sua funcionalidade social, bem como, a apresentação de mídia, como conceito mais adequado para a discussão do período em virtude da necessidade de dar conta do papel que a internet e as redes sociais tiveram nesse processo, tanto ao que diz respeito a formação das organizações civis da nova direita quanto na circulação de notícias, já que os jornais também migram para essas plataformas.

No terceiro capítulo, concentra-se a apresentação dos dados coletados e análises das fontes a fim de traçar possíveis explicações para o entendimento do período. Mais especificamente com relação à atuação dos dois veículos de mídia na construção das narrativas que influenciaram o debate público e o interesse de classe. Nessa discussão apresenta-se a

organização das fontes jornalísticas e a partir de uma análise quantitativa e qualitativa, foi possível descrever com a cobertura dos dois veículos de mídia contribuíram para a deslegitimação do governo Dilma Rousseff, a defesa de aprofundamento de reformas alinhadas ao mercado e em virtude disso, a naturalização de discursos que levou a eleição de Jair Messias Bolsonaro.

E, por fim, o último capítulo, dedicado à trajetória metodológica do produto educacional, um manual voltado para o professor, com o objetivo de instrumentalizar o ensino do tema dessa tese de doutorado nas aulas da educação básica. Duas questões foram centrais no processo de construção deste manual: como esse período pode ser tratado em sala de aula? Quais as perspectivas e narrativas podem ser apresentadas aos estudantes? Desse modo, neste capítulo, são apresentadas as propostas metodológicas de abordagem da conjuntura política que se estabelece no segundo mandato de Dilma Rousseff e a chegada ao poder de Jair Bolsonaro em 2018.

## **Capítulo 1- DO PACTO SOCIAL AO CONFRONTO IDEOLÓGICO: TRAJETÓRIA DOS GOVERNOS PETISTAS E EMERGÊNCIA DA NOVA DIREITA**

Este capítulo propõe uma análise sucinta sobre governos petistas no Brasil a partir da chegada de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência da República, em 2002, e busca compreender os elementos centrais que estruturam a governabilidade durante os ciclos políticos do Partido dos Trabalhadores. A partir do conceito de Pacto Social, será discutida a forma como os governos Lula e, posteriormente, Dilma Rousseff, articularam políticas públicas de inclusão social com o respeito às diretrizes macroeconômicas do mercado, estabelecendo uma estratégia de conciliação entre interesses populares e setores do capital. Esse arranjo, embora eficaz em seus primeiros anos, enfrentou crescentes tensões e contradições, que se intensificaram especialmente no segundo mandato de Dilma Rousseff, culminando na ruptura do pacto e no desgaste de sua base de apoio institucional.

A análise percorre, também, os embates entre projetos políticos, que revelam os limites estruturais da governabilidade baseada em acordos pragmáticos e a crise que se aprofunda durante o governo Dilma, aqui interpretada não apenas como crise econômica, mas como crise política e simbólica, marcada pela disputa entre visões contrárias de Estado, de sociedade e de papel das instituições democráticas.

Além disso, este capítulo abordará os conceitos de direita e esquerda na política brasileira, explorando como a polarização se intensificou a partir da ascensão petista e ganhou contornos mais radicais no processo que culminou no *impeachment*. A identificação do PT como representante da esquerda e a construção de uma reação político-ideológica da direita a partir da prerrogativa de “anticorrupção”, mas profundamente ancorada em interesses neoliberais e morais conservadores serão examinadas como parte fundamental para compreender o cenário de ruptura democrática e o avanço de projetos políticos contra hegemônicos

### **1.1 Governos Petistas: Movimentos Contra Hegemônicos**

Para entender a polarização política no país pós *impeachment* de Dilma Rousseff é necessário entender a ascensão dos governos petistas e a movimentação contra hegemônica que se manifesta já durante o primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva em (2002). Segundo André Singer (2009), o lulismo configura-se como um projeto ambíguo, marcado pela conciliação entre avanços sociais e manutenção de estruturas econômicas conservadoras, ou seja, um pacto social.

À vista disso, o pacto social lulista é baseado em concessões econômicas através da manutenção do tripé macroeconômico de superávit primário, juros altos e câmbio flutuante herdado do governo Fernando Henrique Cardoso, para acalmar o mercado. Ainda, alianças pluriclassistas através da incorporação de setores da burguesia industrial e do agronegócio ao bloco de poder, enquanto cooptava movimentos sociais via políticas assistenciais. Além da substituição da organização política de base por uma relação clientelista com o Estado, segundo Francisco de Oliveira (2010).

Nesse sentido, o partido dos trabalhadores abandonou parte de seu programa radical original, como auditoria da dívida pública e reforma agrária massiva, mas promoveu a redução da pobreza via programas, como o Bolsa Família e aumento real do salário-mínimo, expansão do consumo e a criação de uma base eleitoral entre os "pobres" aliados ao PT e os "ricos" representados pelo PSDB e setores conservadores (Singer, 2009).

Essa ambiguidade é sintetizada na ideia de uma reforma gradual dentro de um pacto conservador, que garantiu governabilidade ao evitar confrontos diretos com o capital financeiro e o agronegócio. Nessa prerrogativa, Eliel Machado (2012), destaca a transformação ideológica e os desdobramentos da governança do PT, especialmente sob a liderança de Lula.

O partido originalmente vinculado às lutas operárias e populares, abandonou seu discurso classista nos anos 1990, substituindo-o por uma retórica de "cidadania" e "Brasil para todos". Isso se refletiu em slogans eleitorais menos confrontacionais, na adoção de estratégias de marketing político, e na divulgação da Carta ao Povo Brasileiro (2002), simbolizando transformações da organização política, garantindo estabilidade econômica e acalmando o mercado financeiro, em detrimento de pautas populares históricas (Machado, 2012).

Desse modo, o pacto social foi capaz de garantir estabilidade política, entretanto, também diluiu o potencial transformador do PT, convertendo-o em um partido de gestão técnica, distante de suas raízes classistas. Ou seja, embora o PT tenha mantido programas sociais, não foi capaz de promover organização política popular nem direitos estruturais. Isso ecoa a crítica de que o neoliberalismo progressista substituiu conquistas coletivas por políticas focalizadas, mantendo a lógica de mercado (Oliveira, 2010).

Segundo Décio Saes (2001), após o governo Fernando Collor, foi inaugurado na política brasileira o populismo neoliberal em que o governo combina retórica social com políticas econômicas conservadoras, cooptando setores pobres sem desafiar estruturas de poder. Nesse contexto, ao chegar ao poder do Estado Restrito, o Partido dos Trabalhadores se enquadra nessa lógica e é capaz de conter a crise de hegemonia por não ameaçar os interesses dominantes,

integrando-se ao regime democrático-burguês. “Isso reforça a ideia de que a hegemonia capitalista se mantém mesmo com mudanças superficiais no bloco no poder” (Saes, 2001).

O primeiro mandato do presidente Lula combinou estabilidade econômica com inclusão social, através de política assistencialista e o cenário externo favorável para sustentar o crescimento. Segundo Victor Leonardo Araújo (2019), os fatores internos como mercado de trabalho, expansão do crédito e políticas de transferência de renda foram capazes de promover a retomada do crescimento, contribuindo para que os fatores externos fossem subestimados na análise do período.

O crescimento econômico moderado, perceptível pelo aumento do Produto Interno Bruto em média 3,5% ao ano superando o indicativo do governo FHC, e a retomada do consumo interno impulsionado por políticas sociais de expansão do crédito, controle da inflação, redução da pobreza e desigualdade e dinamização do mercado interno são considerados avanços importantes durante o governo Lula. Entretanto, o crescimento foi fortemente influenciado pelo cenário internacional favorável e a queda de taxas de juros globais, a estrutura produtiva permaneceu concentrada em setores de baixa complexidade como o agronegócio e com poucos avanços na industrialização, além da continuidade do modelo neoliberal (Araújo, 2019).

Os fatores externos como a valorização do real decorrente da entrada de capital e do superávit comercial contribuíram para o controle da inflação através do barateamento das importações, mas a indústria nacional perdeu competitividade. Apesar disso, o governo Lula priorizou a estabilidade de preços, além disso, os investimentos em setores de baixa complexidade como o agronegócio e a mineração reforçaram a dependência externa e não resolveram problemas estruturais na indústria (Araújo, 2019).

Para Araújo (2019) o sucesso dos primeiros mandatos de governos petistas estão associados a políticas sociais e expansão do crédito e consumo interno que, embora importante, só poderia crescer em virtude da balança comercial garantir divisas para importar bens sem pressionar o câmbio, além da queda de juros globais e não apenas por escolhas domésticas.

Desse modo, o sucesso do período de ascensão política de governos petistas consolidou-se como um período de paradoxos. Por um lado, manteve a ortodoxia econômica herdada de Fernando Henrique Cardoso, e a priorização do pagamento da dívida pública. A nomeação de Henrique Meirelles para o Banco Central e a manutenção de altas taxas de juros sinalizaram compromisso com o mercado financeiro e não com a demanda da classe trabalhadora (Araújo, 2019).

Por outro lado, implementou políticas sociais redistributivas que foram capazes de reduzir a pobreza extrema de 14% para 9,5%, a desigualdade e a expansão do crédito de 26% para 47% do PIB até 2010 (Machado, 2012), dinamizando o consumo, especialmente de bens duráveis, entretanto, aprofundando o endividamento das famílias (Araújo, 2019).

A combinação de políticas neoliberais com inclusão social refletiu uma estratégia pragmática para conciliar estabilidade econômica e legitimidade popular. Contudo, a falta de reformas estruturais como a tributária, agrária e a industrial, perpetuou desigualdades históricas e dependência de ciclos externos.

Outro ponto essencial na análise sobre o governo petista e o pacto social é que Lula governou por meio de uma ampla coalizão (PT, PMDB, PL), o chamado *presidencialismo de coalizão*, que exigiu concessões a grupos conservadores que resultaram na Reforma da Previdência e a redução de benefícios para servidores públicos, medidas impopulares entre a base petista. Nesse sentido, a necessidade de negociar com o *Centrão* limitou reformas progressistas e expôs contradições entre o discurso anticorrupção e práticas clientelistas. Apesar disso, Lula manteve alta popularidade graças à conexão carismática com camadas mais populares e aos resultados sociais (Ferreira, 2021).

O sucesso dos dois primeiros mandatos garantiu ao ex-operário ser projetado como “filho do Brasil”, representando ascensão social e esperança material para as camadas populares junto a sua biografia de migrante nordestino, líder sindical e retórica popular que possibilitou a conexão emocional com classes menos favorecidas (Ferreira, 2021).

Segundo Carlos Eduardo Sell (2022), o carisma do ex-presidente atua como elemento unificador do partido, mitigando fragmentações internas, além de construir a narrativa de missão histórica do Partido dos Trabalhadores inspirada no messianismo brasileiro e na Teologia de Libertação orientada para a transformação social.

Nesse sentido, o Lulismo é uma forma de dominação carismática que vai além da gestão governamental ou política distributiva e se configura como um fenômeno multidimensional que se manifesta na liderança carismática de massas, movimento infra-partidário e regime político. Desse modo, o governo Lula combinou personalização do poder através do estilo carismático paternalista com práticas patrimonialistas, como o clientelismo e coalizões pragmáticas (Sell, 2022).

O Lulismo molda a relação do PT com a sociedade e existe uma relação simbiótica entre os dois. O petismo mantém a identidade ideológica do partido, vinculado a movimentos sociais e à crítica estrutural, enquanto o lulismo adota reformismo gradual sem confrontar diretamente a elite econômica. Ambos são dimensões complementares e conflitantes do mesmo

projeto político, enquanto o petismo configura-se como a essência ideológica, o lulismo é a sua fase adaptativa que amplia a sua base eleitoral, enquanto o petismo preserva sua identidade histórica (Sell, 2022).

Entretanto, a imagem ética do partido foi manchada pelos escândalos de corrupção e a configuração de uma crise de legitimidade, primeiro com o Mensalão durante o governo Lula e com a Lava Jato no governo Dilma Rousseff, utilizados pela imprensa e pela oposição como ferramentas de formação de narrativas contra a corrupção.

O mensalão foi um esquema de corrupção em 2005 envolvendo pagamentos mensais a parlamentares para garantir apoio político ao governo no Congresso. E apesar de não haver provas diretas do envolvimento do então presidente, sua figura foi centralizada nas investigações e na cobertura midiática. Segundo Eric Duarte Ferreira (2021), embora escândalos de compra de voto não fossem novidades na política brasileira, o mensalão ganhou proporções inéditas devido à superexposição midiática e à personificação da crise em torno de Lula.

A cobertura da mídia transformou o escândalo em um drama público, e a biografia de Lula foi contrastada com as acusações de corrupção, gerando a construção de uma narrativa de traição aos ideais petistas que levou à queda de José Dirceu, então ministro da Casa Civil. Para os autores Luis Felipe Miguel e Aline de Almeida Coutinho (2007), a crise de hegemonia protagonizada pelo mensalão foi construída como um “desvio” a ser corrigido pela punição ou exclusão de determinados autores e comportamentos impedindo que se coloque em questão fundamentos do regime político.

Nesse sentido, tanto Ferreira (2021) quanto Miguel e Coutinho (2007) destacam o protagonismo da mídia na conformação da narrativa sobre o mensalão, mas com nuances distintas. O primeiro enfatiza a personalização da crise em torno de Lula, analisando como as entrevistas televisivas operaram um processo de inquirição judicializado, pressionando o presidente a assumir um lugar enunciativo de réu. A mídia, nessa perspectiva, atuou como ator político, demandando transparência e confissão, mesmo sem provas.

Já Miguel e Coutinho destacam que os jornais reduziram a crise a um "desvio" moral do PT, evitando questionar estruturas políticas mais amplas. A imprensa, embora crítica ao governo, manteve-se indiferente ao sistema democrático-liberal, propondo soluções como reformas pontuais e punições individuais.

Todavia, o que se apresenta como ponto fundamental nas duas análises é a divergência sobre o impacto da cobertura midiática do mensalão. Ferreira (2021) vê uma erosão da presunção de inocência, enquanto Miguel e Coutinho (2007) destacam a preservação do *status*

*quo* ao não desafiar fundamentos do sistema e, nesse sentido, Lula foi transformado em símbolo da crise, deslocando o foco de questões sistêmicas. Isso ocorre em virtude de movimentos contra hegemônicos construídos pelos aparelhos privados de hegemonia que não veem Lula e o Partido dos Trabalhadores como representantes do projeto político que consideravam necessário para o país.

A despolitização da crise, em virtude da lógica midiática de espetáculo, e o conservadorismo ideológico da imprensa, que naturaliza o sistema, reforçam a prerrogativa de que a cobertura do escândalo estava mais direcionada a culpabilizar o Lulismo e não em aprofundar o debate sobre a desigualdade social e a corrupção como problemas do sistema político brasileiro, garantindo, assim, a manutenção da ordem política vigente (Ferreira, 2021).

Apesar dos escândalos, em 2006 Luiz Inácio Lula da Silva derrota Geraldo Alckmin no segundo turno com 60% dos votos, em uma campanha que focou em programas sociais e estabilidade econômica. O segundo mandato iniciou-se com o anúncio do Programa de Aceleração do Crescimento- PAC.

A crise financeira mundial de 2008 não foi capaz de fragilizar a postura carismática do líder político que categorizou-a como “marolinha” e a instituição de medidas como redução dos juros e estímulo ao consumo foram capazes de evitar uma recessão profunda no país. Além disso, a descoberta do pré-sal potencializou a imagem da Petrobrás em níveis globais (Miguel; Coutinho, 2007).

Nesse contexto, Lula conseguiu conciliar crescimento econômico e inclusão social em um contexto global favorável, mas sua gestão não rompeu com o neoliberalismo periférico. O modelo, dependente de ciclos externos, mostrou-se insustentável a longo prazo, como evidenciado pela crise fiscal e recessão pós-2014. Sua trajetória ilustra os limites e possibilidades de governos progressistas em economias dependentes, em que reformas estruturais esbarram em constrangimentos políticos e econômicos globais (Ferreira, 2021).

Dilma Rousseff é a escolhida como sucessora do legado Lulista e assume o Estado Restrito com a responsabilidade de continuar um cenário de crescimento econômico, redução da pobreza, aumento do consumo e formalização do trabalho. Para tanto, a primeira presidente mulher eleita na história da política brasileira anuncia a Nova Matriz Econômica, com o intuito de retomar a industrialização com estímulos ao setor produtivo, redução de juros e desonerações tributárias (Oliveira; Herscovici, 2022).

As análises do primeiro mandato de Dilma Rousseff destacam suas escolhas relacionadas à política econômica, as alianças políticas e contextos externos que culminaram em desaceleração econômica e crise política. Para Gabriel Nunes de Oliveira e Nicole

Herscovici (2022), o governo Dilma manteve uma postura ambígua entre o desenvolvimentismo e a ortodoxia fiscal e pontuam que a NME promoveu desonerações tributárias e redução de juros para estimular a indústria, mas enfrentou resistência do setor financeiro e perda de apoio empresarial. Desse modo,

(...) apesar de aparentemente expansionista, a política fiscal foi conservadora uma vez que o investimento público de 0,7% ao ano em 2011-2014 e as desonerações tributárias de 4,5% do PIB em 2014, não compensaram a regressividade da carga tributária de 51,3% sobre consumo (Gentil e Hermann, 2017).

Enquanto a NME atendia demandas históricas do empresariado industrial (Oliveira; Herscovici, 2022), a falta de investimentos em infraestrutura e a priorização de superávits primários limitaram seu impacto (Gentil; Hermann, 2017). Para Singer (2018), a ruptura da coalizão produtivista, entre empresários e trabalhadores, ocorreu porque o governo não conseguiu conciliar estímulos setoriais com reformas estruturais, nesse contexto, a ausência de políticas redistributivas integradas.

Essa situação é uma vertente de explicação para o ápice da crise política do governo Rousseff, o processo de *impeachment*, que é o deslocamento político do empresariado industrial. A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo- FIESP, antes aliada, tornou-se símbolo dessa ruptura, defendendo ajustes neoliberais em 2014 (Oliveira; Herscovici, 2022), o que se alinha à tese de Boito Jr. (2018) sobre a restauração conservadora liderada pela burguesia interna.

O primeiro mandato foi marcado pelo impacto do cenário internacional desfavorável. A crise na Zona do Euro entre 2011 e 2013, bem como a queda dos preços, reduziram a demanda externa, expondo a dependência brasileira de importações e a falta de competitividade industrial (Gentil; Hermann, 2017). Oliveira e Herscovici (2022) acrescentam que a desindustrialização acelerou nesse período, com empresários criticando a valorização cambial e a concorrência internacional. Além disso, Oliveira e Herscovici acrescentam:

(...) falta de coordenação entre políticas fiscal e monetária agravou a crise. Enquanto o Banco Central elevou os juros em 2013-2014 (Selic real de 4,1%), a política fiscal não compensou com investimentos, gerando crowding out. Essa descoordenação minou a confiança dos industriais, que passaram a exigir ortodoxia criando um ciclo vicioso de desaceleração (Oliveira; Herscovici, 2022, p. 36).

Esse contexto de crise se intensifica ao longo do primeiro mandato, e reverbera em manifestações populares nas ruas em 2013, as Jornadas de Junho, manifestações que ocorram inicialmente em São Paulo, contra o aumento das tarifas de transporte público, mas rapidamente se espalharam por outras cidades do país e passaram a abordar uma variedade de

questões sociais, econômicas e políticas, com institutos e organizações civis declarados de direita à frente das manifestações.

As demandas eram as mais variadas, desde melhorias no transporte público até a insatisfação com os escândalos de corrupção. Os protestos reuniram pessoas de diferentes classes sociais e idades, dos mais pacíficos aos mais radicais dos manifestantes e, em virtude disso, foram marcados por uma forte repressão policial em algumas cidades, confrontos entre manifestantes e forças de segurança, além de episódios de vandalismo e depredação. No entanto, também houve uma grande participação pacífica e uma atmosfera de engajamento cívico e mobilização social.

Para Rodrigo Patto Sá Motta (2016), as Jornadas de Junho revelaram uma ebulição política crescente, uma insatisfação difusa entre os jovens, setores das classes médias e o crescimento da opinião de direita no país. A classe média assume o protagonismo nesse contexto, segundo Maria Helena Chauí (2016) em virtude de ser menos favorecida do que a classe trabalhadora pelos programas sociais do governo Lula, demonstrando seu descontentamento pela propalada ameaça de seus padrões tradicionais de vida e consumo pela nova classe trabalhadora<sup>3</sup>.

Segundo Renato Alves (2023), o Partido dos Trabalhadores manteve uma política econômica neoliberal, com concessões a bancos e setores empresariais, enquanto dependia da dinâmica de mercado externo para financiar programas sociais. Entretanto, em 2013 a desaceleração econômica global expôs a fragilidade desse modelo. E nesse contexto, as Jornadas de Junho foram um sintoma da insatisfação com empregos precários e a falta de investimentos em infraestrutura que o governo Rousseff não conseguiu resolver.

Além disso, as jornadas revelaram também uma descrença e insatisfação nas instituições democráticas, as críticas aos partidos tradicionais e a percepção de que o sistema político não respondia às demandas populares. Apesar das conquistas, como a revogação do aumento das tarifas, a pressão estatal e a criminalização de manifestantes demonstraram o limite do diálogo institucional e foram capazes de abrir caminho para narrativas antipolíticas e autoritárias. Condição reforçada com a cobertura da mídia que inicialmente critica os protestos, mas depois passou a difundir narrativas que associaram as manifestações à pautas antipetistas e anticorrupção havendo, então, um deslocamento das reivindicações originais (Singer, 2013).

Após as intensas manifestações de julho de 2013 e a deflagração da operação Lava Jato, Dilma Rousseff construiu uma campanha de reeleição e venceu a oposição representada

---

<sup>3</sup> A nova classe trabalhadora representa um grupo que, mesmo com ascensão socioeconômica, mantém -se estruturalmente vinculado à condição de trabalhador assalariado, desafiando a noção de que renda e consumo definem autonomia de classe (Chauí, 2016).

por Aécio Neves. A candidata petista obteve 43.267.668 (41,59%) e o candidato tucano, 34.897.211 (33,55%) de votos, de acordo com a apuração do TSE, uma vitória acirrada, reflexo da crise de hegemonia petista.

Armando Boito Junior (2016), sobre o contexto de crise política brasileira no começo do segundo mandato de Dilma Rousseff, afirma existirem os que entendem que a política é um campo que se caracteriza pela luta entre grandes personalidades. Neste caso, uma autoritária e incompetente, Dilma Rousseff, e um que não aceitou a derrota, Aécio Neves.

Aos que veem a política sob essa ótica, minimizam o processo, ao acreditar que sozinhos alguns políticos teriam o poder de definir os rumos da política brasileira. Aécio Neves, no processo, virou coadjuvante na cena política, quando antes era estrela e após o golpe restou apenas o apoio a contragosto do governo de Michel Temer (Boito Jr., 2016, p. 36).

Essa dinâmica do jogo político demonstra as incertezas na política brasileira. É preciso entender o processo como luta de ideias, valores e projetos. Em que não são apenas os indivíduos, mas os coletivos partidários, que agem em busca da hegemonia de suas ideias, embora, também seja necessário a percepção de suas raízes sociais, uma vez que o embate político ocorre entre sujeitos livres e conscientes (Boito Jr., 2016).

Além dos desdobramentos da operação Lava Jato, as medidas impopulares adotadas pelo governo, como o aumento de impostos de fornecimento da energia elétrica, mudanças na aposentadoria e a complicação no cenário de crise institucional (Bastos, 2017), corroboraram para as primeiras manifestações em março de 2015, organizadas pelos movimentos Brasil Livre, Revoltados *online* e Movimento Endireita Brasil, movimentos de direita que tomaram centralidade no debate político com as manifestações de rua em 2013.

As manifestações identificam a percepção da classe burguesa da necessidade de unificação e de mobilização das diretas a fim de barrar os avanços da política intervencionista representada pelo governo do Partido dos Trabalhadores (Bastos, 2017).

As novas manifestações mostram que, segundo Rodrigo Patto, “o Brasil está à beira do abismo de novo” (Patto, 2016, p. 88) em virtude do radicalismo de alguns agentes públicos que criam um aspecto comparativo entre o Brasil durante o segundo mandato de Dilma Rousseff e o Brasil de 1964 e a tendência para a polarização, que envolveu não apenas indivíduos, mas também as instituições.

Há um governo de centro-esquerda acuado pela grande mídia e com apoio minoritário no congresso, em quadro de crise econômica. Vemos uma semelhante mobilização de grupos de direita e protestos de rua contra o governo, que é atacado igualmente com argumentos anticomunistas e anticorrupção. Setores majoritários das classes médias e superiores mostraram-se em estado de rebelião, dispostos a derrubar o governo da maneira que for possível (Motta, 2016, p. 90).

Nessa conjuntura, as disputas políticas ultrapassaram o debate racional, gerando rupturas no funcionamento democrático. Além disso, a combinação de crise econômica com apoio minoritário no Congresso criou um ambiente propício à desestabilização. O governo de Dilma Rousseff enfrentou desafios adicionais por perder a capacidade de articular coalizões estáveis no sistema político brasileiro, que é fragmentado. Neste enquadramento, a falta de habilidade para gerar consensos em torno de reformas econômicas ou sociais amplificou a percepção de ineficiência, alimentando insatisfação popular e justificando ações dos movimentos contra hegemônicos.

O combate à corrupção foi um dos motivos associados à insatisfação da classe burguesa contra os avanços do projeto político representado por Dilma Rousseff, assumindo centralidade nos debates públicos, contribuindo para o seu pedido de *impeachment*, que se configurou em um golpe parlamentar, culminando na passagem do comando do Estado Restrito ao vice-presidente, Michel Temer, que dificultava as investigações e defendia um projeto conservador e de redução dos avanços sociais.

Segundo Rodrigo Patto S. Motta (2016), três motivos podem explicar a movimentação da direita brasileira nesse processo de crise do governo petista. O primeiro diz respeito a perda de alguns privilégios em virtude dos efeitos simbólicos e políticos de um governo que possibilitou redistribuição de renda, pobres viajando de avião, empregadas com direitos trabalhistas, para citar alguns exemplos.

O segundo, “é a insatisfação da grande mídia, cujo temor maior é que os governos petistas estabeleçam controle sobre os meios de comunicação ou reduzam os privilégios das grandes empresas” (Motta, 2016, p. 93). Fator que está diretamente relacionado ao crescimento da “opinião liberal” que discorda das políticas desenvolvimentistas. E o terceiro, é o combate a corrupção, que deixa de ser posta como um quadro sistêmico no Brasil e é posta como elemento de mobilização política para desestabilizar o governo. Narrativa adotada pela direita e pela grande mídia (Motta, 2016).

Nesse enquadramento, um movimento contra hegemônico organizou-se na Câmara dos Deputados, com a eleição de Eduardo Cunha para a presidência, com apoio da oposição como estratégia para inviabilizar o governo Dilma. A eleição de Eduardo Cunha apresenta-se como um acontecimento crucial para o desdobramento do processo de *impeachment* contra a presidente Dilma Rousseff. Cunha, que pertencia ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), atuou como líder de uma ala conservadora do Congresso Nacional e como articulador político que utilizou sua posição de poder para atrasar pautas do governo, criar

obstáculos para a presidente Dilma Rousseff e fortalecer uma coalizão de oposição ao seu governo.

Além do mais, foi sujeito histórico fundamental na aceitação e tramitação do pedido de *impeachment*, conduzindo todo o processo de forma controversa, acolhendo o pedido sob alegações fiscais, mas também em meio a uma série de acusações de corrupção e desvios éticos que pairavam sobre ele próprio.

Enquanto o processo de *impeachment* caminhava, as manifestações contra o governo mostravam a potencialidade da oposição organizada na sociedade civil. Os movimentos Brasil Livre (MBL), Vem pra Rua, Revoltados *online*, Partido Solidariedade e SOS Forças Armadas mobilizam em torno de um milhão de manifestantes em várias cidades brasileiras, condição que evidencia o fim da aliança de classe e a polarização existente na sociedade brasileira nesse período. O momento era de insatisfação da fração de classe dominante, que não reconhecia mais Dilma Rousseff como representante e exigia um representante legítimo da classe.

O cenário de instabilidade política e econômica é agravado com a análise das contas públicas do governo realizadas pelo Tribunal de Contas da União, que mostra a irregularidade no repasse de dinheiro do governo para os bancos públicos (Vieira, 2017). As chamadas “pedaladas fiscais” foram o principal motivo apresentado pelo movimento contra hegemônico para embasar o golpe que sofreu a presidente eleita democraticamente. O pedido de *impeachment* foi encaminhado à Câmara dos Deputados em outubro de 2015.

Segundo Vieira, três eixos nortearam a crise do governo Dilma: o político, o gerencial e o operacional. Dilma Rousseff não foi capaz de dialogar com o Congresso, a grande imprensa, e com a sociedade civil e, por conta disso, não conseguiu gerenciar a crise política e impedir os movimentos *pró-impeachment* (Vieira, 2017).

Segundo análise do *impeachment* realizada por Casimiro Lopes e Alice Ribeiro Albuquerque (2018), a tentativa de afastamento de Dilma Rousseff não ocorre quando acontece a aceitação do pedido pela Câmara dos Deputados, mas no início do mandato, quando há o pedido de impugnação realizado pelo candidato vencido no pleito. Quando Aécio Neves e o PSDB pedem auditoria do resultado da eleição ao TSE, garante a montagem de uma agenda antigoverno que já sinaliza com a pauta do *impeachment* (Lopes; Albuquerque, 2018). Os desgastes políticos, somados às medidas impopulares e aos desdobramentos da operação Lava Jato, aprofundam a crise governamental e o arremate se deu com a aceitação do pedido de *impeachment* pela Câmara dos Deputados.

A partir da discussão apresentada, Dilma Rousseff tem seu mandato interrompido a partir de um golpe parlamentar orquestrado pelo movimento contra hegemônico que não via

em seu governo uma agenda favorável à sua fração de classe e, por conta disso, através de um golpe, implementa-se uma agenda que não passou pela aprovação do voto popular e a ascensão de movimentos de direita na política nacional (Ferreira, 2016).

## **1.2 Direita e Esquerda: Política no Brasil e Projetos de Sociedade em Disputa**

O mundo tem perpassado por crises políticas infundáveis que têm colocado em xeque, nos países que adotam o regime democrático, o ideal da soberania popular e a máxima da representação política e que, por consequência, trazem a voga o debate acerca da contraposição esquerda *versus* direita disputando hegemonia com contexto político e ilustrando o desgaste de regimes democráticos (Lowy, 2015).

A ascensão de movimentos e ideologias políticas extremista, tanto de esquerda quanto de direita, com pautas extremamente nocivas aos interesses coletivos, assume uma posição acentuada que, segundo Bobbio (1994), tem apenas a contraposição a democracia como elo incomum. Nesse sentido, observa-se não apenas a proclamação de condutas violadoras de direitos humanos fundamentais, bem como, a própria condução do Estado em favor de interesses escusos, com viés autoritário e completamente desprendido das amarras que o regime democrático costuma assegurar (Andréa; Sobrinho; Gundim, 2020).

Os termos conflitantes, direita e esquerda, segundo Norberto Bobbio (1994), antitéticos e excludentes, formam a base explicativa para essa conjuntura política mesmo que as ideologias a que se referem sejam pouco exploradas e em parte esvaziadas no debate político contemporâneo.

Segundo Norberto Bobbio (1995), os termos “esquerda” e “direita” são duas palavras que são ainda hoje carregadas de significado emotivo que acirram os ânimos e são usadas para magnificar os seus campos de atuação e para insultar o campo adversário. É comum, também, atribuir aos termos designações como igualdade e desigualdade, violência e não violência, conservadorismo e progressismo, como antíteses conceituais. Mas, para Bobbio, essas diferenciações não podem ser estáticas, e essas categorizações diminuem as discussões, já que para os que se consideram esquerdistas e de direita, as expressões se referem a valores positivos.

Críticos de Bobbio pontuam que durante dois séculos, a contar da Revolução Francesa, os termos que serviram para dividir o universo político não possuem mais essa finalidade. No Brasil, os anos que decorrem do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff trazem os termos para a centralidade do debate político, exaltando um juízo de valor entre o

positivo e o negativo na díade clássica de oposição, marcando a polarização política e a crise democrática que se apresentava.

É importante, entretanto, não deixar de pensar o momento histórico em que a obra foi pensada e produzida Bobbio, 1994, que sintetiza a sua vivência. Sua argumentação reside na negação sobre o fim da dicotomia Esquerda-Direita e o fim das ideologias em virtude do desmoronamento da URSS e da onda utópica do socialismo real, além da expansão do neoliberalismo (Cepêda, 2018). O autor, então, além de afirmar que a definição dos termos adversos continua, apresenta critérios para essa distinção. Embora o texto seja escrito nesse contexto histórico, ainda se apresenta como obra fundamental para discussão política atualmente, fato que demonstra que os conceitos não são estáticos como já apontava Bobbio e que não poderiam cessar com “o fim das ideologias”:

(...) “Esquerda” e “Direita” não indicam apenas ideologias, reduzi-las a pura expressão do pensamento ideológico seria uma indevida simplificação. Esquerda e Direita indicam programas contrapostos com relação a diversos problemas cuja solução pertence habitualmente à ação política, contrastes não só de ideias, mas também de interesses e valorizações a respeito da direção a ser seguida pela sociedade, contrastes que existem em toda sociedade e que não vejo como possam simplesmente desaparecer (Bobbio, 1994, p. 33).

Desse modo, pensar a redução desses conceitos a ideologias é não levar em consideração os contrastes de ideias e interesses existentes em uma sociedade. Ao pensar o contexto de crise brasileira, objeto de estudo dessa pesquisa, é quase impossível não fazer essa correlação, sobretudo em relação a busca por hegemonia e construção de projetos políticos legitimados ou não pelas urnas.

No que se refere à ascensão dos governos petistas (2003-2010, Lula; 2011- 2016, Rousseff), observou-se a ação política destinada a minimizar as desigualdades sociais, embora não pelas vias de ruptura e revolução popular, mas através de um pacto social. Em contrapartida, após o golpe parlamentar e a chegada ao Estado Restrito de um projeto político não validado pelas urnas, notou-se uma agenda de intensificação de valorização de interesses de mercado neoliberal e a diminuição dos aspectos sociais de igualdade através dos projetos sociais de distribuição de renda.

Os contrastes pontuados por Bobbio, dentro do campo ideológico e com a visualização da situação política nacional, reforçam a máxima de Paulo Freire: “Não existe imparcialidade, todos são orientados por uma base ideológica, a questão é: a sua base é inclusiva ou excludente?” (Freire, 2018, p. 34). As disputas de projetos políticos e ações políticas mostraram ideologias hora inclusivas, hora excludentes ao longo da crise política brasileira através de coligações mais alinhadas à esquerda ou à direita durante o contexto de crise política.

A diferença nesse caso entre os termos é necessariamente a que grupo específico se referem as transformações sociais. No raciocínio de Bobbio, no que se refere à igualdade, por exemplo, a direita é inigualitária, não por mau juízo moral, mais por acreditar que as diferenças entre os homens são inelimináveis ou que são elimináveis apenas com a quebra da liberdade, além de pensar que as desigualdades são úteis para a busca constante pela melhoria social (Bobbio, 1994).

Enquanto os movimentos de esquerda pretendem a transformação social, a liberdade e igualdade social como fatores fundamentais, além de “derrubar movimentos fundados na desigualdade entre quem está em cima e quem está embaixo na pirâmide social” (Bobbio, 1994, p. 18).

Para além dessas distinções, cabe ainda afirmar que a diferenciação entre direita e esquerda não implica em uma linha contínua. Há, nesse contexto, o centro, mecanismos políticos que se colocam entre os dois termos. E sobre essa prerrogativa, Norberto Bobbio caracteriza como Terceiro excluído, Terceiro incluído e Terceiro inclusivo, como termos que, a partir da interpretação, configuram partidos políticos que não se consideram totalmente de esquerda ou de direita, mas flutuam entre essa díade e suas existências não eliminam a polarização, pelo contrário.

Nesse contexto conceitual, o que os movimentos políticos têm em comum, no âmbito do alinhamento apresentado por Bobbio, são as alas extremistas e moderadas dos dois movimentos, esquerda e direita. Nessa conjuntura, a díade extremismo e moderantismo tem pouco a ver com ideias professadas, mas diz respeito à radicalização e, por consequência, às diversas estratégias empregadas para chegar ao poder. O autor ressalta ainda que os movimentos extremistas de esquerda ou de direita representam apenas a antidemocracia no alinhamento político, reforçando ainda que “na linguagem política os bons e respectivamente os maus, podem ser encontrados tanto à direita quanto à esquerda” (Bobbio, 1994, p. 76).

Segundo Vera Alves Cepêda (2018), Bobbio, ao apresentar a conceituação dos termos, o faz a partir de eixos ordenados cartesianamente, envolvendo variáveis centrais, como igualdade e desigualdade, liberdade, hierarquia, ordem, autonomia, democracia, totalitarismo, autoritarismo, conceitos subjetivos e sujeitos à análises históricas densas. Em sua interpretação dos escritos do autor, Vera Cepêda pontua que “obviamente há diferença entre essas variadas correntes, mas, seu leito comum pauta-se na aceitação da desigualdade de acesso ao poder político e a inclusão como cerne da vida social” (Cepêda, 2018, p. 44).

A autora realiza um panorama conceitual valioso, principalmente sobre a diversidade dos conceitos Esquerda e Direita e Conservadorismo, para então discutir o conceito de “Nova

Direita”, pontuando a pluralidade do movimento. Entretanto, antes dessa discussão, Cepêda, faz uso de uma análise realizada por Albert O. Hersch, que se configura como pertinente para o entendimento da direita e sua ascensão no Brasil, naquilo que o autor descreve como conservadorismos e que se apresentam como uma “marcha expansiva” através do reposicionamento em oposição à evolução da igualdade, ou seja, se a esquerda avança incluindo, a direita organiza-se recusando (Cepêda, 2018, p. 45).

Esse método de recusa ocorre por três vertentes: a perversidade, a futilidade e a ameaça. Na primeira, refuta as mudanças propostas pelas políticas públicas como promotora de efeitos indesejáveis. A futilidade apresenta-se quando a direita aponta o risco uma política adotada inócua e incapaz de alcançar os efeitos desejados de mudança social; e a última vertente que é a ameaça que propaga a ideia do risco da perda de algum ganho em virtude de uma nova política. Essas três vertentes são construídas a partir de disputas ideológicas no âmbito da argumentação racional e se desenvolvem através da chamada “guerra híbrida”, como um novo sistema construído pelos intelectuais, pela defesa de ideologias, pelos militantes dentro das arenas de disputas, como as mídias sociais, a imprensa e o mundo acadêmico (Cepêda, 2018).

Nessa prerrogativa, é possível estabelecer um paralelo com a teoria política de Antônio Gramsci (2012), segundo o qual a política se estabelece a partir da disputa de projetos e pela busca da hegemonia. A concepção ampliada de Estado, do pensador italiano, que faz a junção de sociedade política e sociedade civil nas chamadas "sociedades ocidentais", ocorre de modo equilibrado entre a sociedade política e a sociedade civil, e a luta de classes tem como terreno decisivo os Aparelhos Privados de Hegemonia.

Na medida em que visam à obtenção do poder político-ideológico, os intelectuais são responsáveis pela elaboração e difusão dos projetos e pela construção de consenso, para tanto, os Aparelhos Privados de Hegemônia são utilizados. No caso brasileiro analisado, as mídias e as universidades configuram-se como Aparelhos Privados de Hegemonia e ajudam a nacionalizar projetos políticos que defendem e representam seus interesses.

Desse modo, a busca pelo poder político e ideológico ocorre através da conquista da hegemonia e do embate entre projetos que pretendem tornar-se hegemônicos, ou seja, a sociedade é movida pelo embate de projetos. Esse embate, relacionado ao período aqui analisado, ocorre através de diversas instâncias sendo a mídia uma delas.

Ampliando o debate, a autora Célia Pereira (2018) pontua que os dois conceitos são retomados com frequência para classificar a orientação ideológica dos partidos políticos, geralmente explicadas através das preferências e vínculos com as classes sociais. Entretanto, ressalta que falar de classificação político-ideológica a partir de termos generalistas como

esquerda e direita é preciso pontuar o aspecto importante que dentro desse campo existem disputas e diferentes segmentações que mostram a amplitude do espectro político.

Conforme aponta, os termos direita e esquerda, indicam um conteúdo valorativo, que acompanha as práticas dos sujeitos sociais que as traduzem em políticas públicas. A partir de uma análise histórico conceitual para a autora:

A direita pode ser entendida como forças sociais pró-capitalismo, cujas práticas políticas e orientação ideológica possuem o intuito de manter as estruturas econômicas, políticas, culturais e morais que favorecem a reprodução desse sistema. (...) Já a esquerda, na sociedade capitalista comporta as forças sociais que disputam a direção das massas com vista a um projeto societário igualitário construído por e em prol da classe trabalhadora.” (Pereira, 2018, p. 69).

Ao atribuir aos termos um conteúdo valorativo, a autora se distancia de Bobbio, que acrescenta com respeito ao significado avaliativo, “a conotação positiva implica na negativa do outro e o entendimento do sentido axiológico não depende do significado descritivo, mas dos opostos juízos de valor que são dados às coisas descritas” (Bobbio, 1994, p. 71). À vista disso, por exemplo, os militantes tanto de uma corrente quanto da outra, tendem a atribuir ao seu programa um valor positivo, ao programa dos adversários um valor negativo.

O conceito então apresentado por Pereira (2018), situa a discussão política com destaque ao Estado e ao mercado e a implicação de cada um dos projetos no âmbito social. Aproximando-se de uma análise mais clássica da díade situada a partir do contexto do século XIX e XX.

Outro ponto importante na discussão levantada por Pereira (2018), é que entre o final dos anos 1980 e 1990 as dificuldades de classificação ideológica entre os termos acentuou-se em virtude da crise das experiências socialistas reais e a adoção da chamada “terceira via” que fizeram com que questões antes localizadas no campo das direitas fossem tomadas também pela esquerda, com o caso da liberdade individual. Dessa nova configuração, amplia-se as questões, principalmente ao que se refere aos termos progressismo e conservadorismo. Geralmente também associados aos termos direita e esquerda.

O conservadorismo e o liberalismo, com a consolidação do capitalismo, passaram a compartilhar ideologicamente a defesa desse sistema, expressando-se a direita, enquanto que o progressismo e o socialismo constituíram-se como críticos dele e, por isso, foram associados à esquerda (Pereira, 2018, p.76).

Entretanto, para a autora, os termos conservadorismo e progressismo apresentam-se como chaves analíticas distintas, mesmo que relacionadas aos termos esquerda e direita. Ou seja, os termos conservadorismo- progressismo compõem campos de direita- esquerda, mas não podem ser igualados a ele. Isso por que, as pautas conservadoras prioritariamente são

associadas à direita, o mesmo não ocorre mais em relação às pautas progressistas anteriormente associadas à esquerda, ainda que de modo limitado essas pautas foram incorporadas à direita (Pereira, 2018). Nesse sentido, a autora se aproxima dos argumentos de Bobbio, que acrescenta:

(...) o fato de direita e esquerda representarem uma oposição quer simplesmente dizer que não se pode ser simultaneamente de direita e de esquerda. Mas não diz nada sobre o conteúdo das duas partes contrapostas. A posição permanece, mesmo que os conteúdos dos dois opostos possam mudar (Bobbio, 1994, p. 92).

Em análise sobre os conceitos em um contexto brasileiro, Rafael Madeira e Gabriela Tarouco (2011a), levantam questões sobre as variações no significado de esquerda e direita. A diferença ideológica continua sendo utilizada como variável independente para explicar desde a coerência das coalizões partidárias até políticas públicas implementadas pelos governos.

Os conteúdos das categorias de esquerda e direita mudaram ao longo do tempo, como já apresentado nessa discussão, entretanto, “o significado que vincula a defesa da igualdade social, herdeira de princípios socialistas, com a esquerda, e a defesa do livre mercado capitalista parece ter sobrevivido aos arranjos mundiais do final do século XX.” (Madeira; Tarouco, 2011a).

No Brasil, essa classificação entre partidos deve ser considerada a partir de especificidades históricas, dentre os quais destacam-se o fato do país configurar-se como ex colônia e em virtude disso não ter passado pelos mesmos processos revolucionários que moldam a visões políticas de países europeus, além do que as referências a democracia apresenta-se como presente em todos os partidos no Brasil devido ao contexto da transição de regime que a maioria dos partidos foram criados (Madeira; Tarouco, 2011a). Nesse sentido, o debate desloca-se não para o sentido de igualdade entre a direita e a esquerda, no Brasil se trata dos meios para alcançá-la:

A direita reforçaria a autoridade do Estado para que a promoção da igualdade não implique prejuízo da ordem, e a esquerda contestaria a autoridade do Estado quando ele reprime os movimentos sociais e políticos igualitários, apesar de demandá-la na sua função redistributiva” (Madeira; Tarouco, 2011a, p. 158).

Nesse sentido, os autores apresentam ainda categorias de análises que devem ser utilizadas para a categorização dos partidos brasileiros a partir dos contextos políticos históricos aqui estabelecidos, que são:

Como categorias indicativas de posicionamento à esquerda: regulação do mercado, planejamento econômico, economia controlada, análise marxista, expansão do *Welfare State* e referências positivas às classes trabalhadoras. Como categorias indicativas de posicionamento à direita: menção positiva as

forças armadas, livre iniciativa incentivos, ortodoxia econômica, limitação do *Welfare State* e referências favoráveis à classe média e grupos profissionais (para contrastar com as referências à classe operária) (Madeira; Tarouco, 2011a, p. 159)

Em uma análise conceitual os autores apontam que no Brasil após o final do regime autoritário, a definição do significado de esquerda-direita estava intimamente relacionada ao envolvimento, ou não, de partidos e grupos políticos com o antigo regime ditatorial. Dando origem ao termo “Direita envergonhada” e a identificação de partidos e membros considerados de direita como de centro (Madeira; Tarouco, 2011b, p. 159).

Outro ponto relevante na análise conceitual realizada pelos autores encontra-se na afirmação de que ao longo dos anos 1990, o debate político/ideológico recolocou na agenda política temas como a privatização, desregulamentação da economia, que se aproximam mais dos critérios clássicos de distinção entre esquerda e direita. Entretanto, no Brasil há uma mudança na principal dimensão utilizada para definir o conteúdo dos conceitos de esquerda-direita que se refere propriamente a esse contexto histórico-político de apoio e oposição ao regime para uma dimensão econômica relacionada a desregulamentação e privatização (Madeira; Tarouco, 2011b, p. 159).

De certo, as conceituações até esse momento apresentadas ressaltam a importância da dicotomia no contexto político. Além de resistirem às novas configurações histórico-políticas. Para Bobbio (1995, p. 124), por exemplo, “a esquerda não só não completou o seu caminho como mal o começou”. E para Cepêda (2018), a direita saiu do armário, um armário com muitas prateleiras. Essas duas conotações reforçam o quanto a temática não se esvazia e a necessidade de pensar suas especificidades, sobretudo, no Brasil com a ascensão de projetos políticos extremistas pós golpe parlamentar de 2016.

Nesse contexto, a abordagem dos conceitos de direita e esquerda em sala de aula exige, em primeiro lugar, o reconhecimento de que tais categorias não são meramente abstratas e expressam projetos políticos e sociais em disputa na sociedade. No entanto, o debate brasileiro contemporâneo carrega especificidades próprias, atravessadas por heranças autoritárias, fragilidade institucional e uma crescente polarização mediática e política.

Levar esse debate para a escola, especialmente em contextos marcados por conflitos políticos recentes como o período de 2015 a 2018, é defender a escola como um lugar para discussão das realidades, formação de indivíduos críticos, além de pensar a educação enquanto ferramenta de transformação social, mesmo que um projeto neoliberal de educação imponha o contrário.

Ao longo dos anos, as reformas educacionais no Brasil refletiram as disputas políticas e os projetos de sociedade e cada uma das reformas educacionais revela não apenas mudanças legais ou estruturais, mas sobretudo disputas em torno da formação dos sujeitos determinados projetos políticos sendo o ensino de História um campo privilegiado dessas disputas.

As classes dominantes em cada período histórico sempre estiveram diretamente ligadas à discussão educacional revelando como a educação tem sido utilizada como ferramenta de controle ideológico, formação moral e legitimação de estruturas de poder. Como destaca Kátia Abud (2011), desde a Antiguidade Clássica, a história foi apropriada como um saber reservado às elites, vinculada à oratória e à formação de líderes, antecipando um modelo educacional excludente que se perpetuaria.

No Brasil, a criação do Colégio D. Pedro II e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ainda no século XIX, representou a consolidação de um modelo de ensino de História voltado para a formação de uma identidade nacional elitista, eurocentrada e influenciada pelo positivismo e pela historiografia linear e excludente.

A partir de 1931, a reforma Francisco Campos, organizou a educação brasileira com criação do Ministério da Educação, mas manteve a centralização autoritária do conteúdo e serviu a um projeto de modernização conservadora do Estado, compatível com o autoritarismo do período Vargas. Ao priorizar a estrutura e não a democratização do conhecimento, essa reforma reforçou o distanciamento entre o ensino secundário e a produção universitária, como aponta Abud (2011), perpetuando uma escola voltada para a formação de uma elite dirigente.

A Reforma Capanema de 1942, como analisa Circe Bittencourt (2018), não rompeu com essa lógica: manteve os programas tradicionais e continuou tratando a História do Brasil como um apêndice da europeia, com forte viés moralista e nacionalista, alinhada ao projeto autoritário do Estado Novo e à ideia de civismo e obediência como fundamentos da formação juvenil.

As reformas das décadas de 1960 e 1970, sob análise de Bittencourt (2018), especialmente a Lei nº 4.024/61 e a Lei nº 5.692/71, refletem a intensificação do uso da educação como instrumento de adequação da força de trabalho às demandas do capitalismo e da ditadura militar. A primeira promoveu ajustes na estrutura curricular, mas sem romper com o modelo conteudista e técnico. Já a segunda teve consequências mais drásticas: suprimir as disciplinas de História e Geografia e instituir os Estudos Sociais.

Nesse contexto, a reforma apagou a dimensão crítica do ensino, substituindo a análise histórica pela memorização de conteúdos fragmentados, com ênfase na ordem, disciplina e nacionalismo. Tratava-se de formar sujeitos disciplinados, acríticos e funcionalmente úteis ao

mercado de trabalho, reforçando o projeto autoritário e tecnocrático da ditadura (Bittencourt, 2018).

Com a redemocratização, a educação do país ganha novas orientações a partir da Lei de Diretrizes e Bases da educação (LDB) nº 9.394/1996, em que a educação passa a ser compreendida como um direito social articulado ao mundo do trabalho e à prática social. Contudo, ao mesmo tempo em que valoriza a formação crítica e o pluralismo, a LDB também incorpora a lógica da produtividade, da meritocracia alinhada ao ideário neoliberal (Lopes, 2020).

De acordo com a lei, o ensino é ministrado com base em princípios como: igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, liberdade de aprender, ensinar e pesquisar. Além de divulgar a cultura, pensamento, arte e saber, defende o pluralismo de ideias, o apreço à tolerância e valorização dos profissionais da educação (Brasil, 2017). Entretanto, o que se percebe atualmente é uma falência das relações educacionais, com adoecimento de professores e a educação resumida a índices e classificações manipuladas, consequência do processo de transformação da educação em um produto e os professores em operadores de metas e a cobrança por produtividade.

Os debates mais recentes sobre a educação estão relacionados à implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), criada no ápice da crise política do governo Dilma Rousseff e que foi objeto de intensa disputa ideológica e pedagógica, refletindo diferentes projetos de sociedade e concepções de educação. Aprovada em 2017 para educação infantil e ensino fundamental e em 2018 para o ensino médio insere-se nesse processo de disputa por apresentar-se como um documento normativo que:

Aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996)<sup>1</sup>, e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN) (Brasil, 2017, p. 01).

Segundo Leonardo Leal Chaves (2018), em análise sobre a implementação da BNCC, nota-se a influência de entidades empresariais no processo de construção da Base e a pouca participação de professores, pais e escolas, o que enfraquece a legitimidade democrática do documento. Em outras palavras, quem vive o cotidiano escolar teve pouca voz na formulação do que deveria ser ensinado.

A versão atual da Base define que as decisões pedagógicas devem estar orientadas para o desenvolvimento de competências que se caracterizam por indicações do que os estudantes devem “saber” no que se refere à construção do conhecimento, habilidades e valores, bem

como, o que os estudantes necessitam “saber fazer”. Nesse caso, relacionados às habilidades para resolver problemas cotidianos, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho e, nesse contexto, as competências oferecem referências para o fortalecimento de ações que assegurem as aprendizagens consideradas essenciais (Brasil, 2017).

De acordo com o documento, cabe às escolas do ensino médio garantir aos estudantes aprendizagens necessárias para a leitura da realidade, o enfrentamento dos novos desafios sociais, econômicos e ambientais e a tomada de decisões éticas e fundamentadas (Brasil, 2017), entretanto, a educação nesse período de crise política é atingida pelo teto de gastos e o congelamento de investimentos em educação durante vinte anos. Contraditório, uma vez que uma educação integral do indivíduo não se faz sem investimentos estruturais e valorização de educadores.

O discurso de protagonismo e projetos de vida do estudante também ganham destaque na nova BNCC e refletem uma educação técnica voltada para o trabalho, baseada na meritocracia, sem levar em consideração as desigualdades sociais ou as ações efetivas necessárias para diminuí-las.

Essas novas dinâmicas para o ensino emergem no debate público com a reforma do ensino médio, instituída pela medida provisória nº 13.415/2017, que, além de aumentar progressivamente a carga horária mínima anual, criou os itinerários formativos, parte flexível do currículo em que o estudante escolhe com base em seus interesses e no que a escola oferece, as disciplinas que vai cursar. Além disso, apenas português e matemática passam a ser disciplinas obrigatórias (Ferretti, 2018).

As críticas a essa conjectura estão na imposição sem nenhum debate público e a falta de estruturas das escolhas para as escolas oferecerem todos os itinerários formativos, além da centralidade da formação do indivíduo para o mercado e o esvaziamento da formação crítica, sem citar a falta de formação dos profissionais para atender a essa nova dinâmica educacional, condição que reflete um projeto político de sucateamento da educação e a perpetuação de disparidades socioeconômicas. Além disso, evidenciam a implementação de modificações no ensino sem consulta à comunidade escolar, revelando um modelo autoritário e vertical de elaboração das políticas públicas (Ferretti, 2018).

Durante o período de crise política e institucional também surgiram iniciativas que questionam o papel político da educação, como o movimento Escola Sem Partido (ESP). Essa proposta ganhou visibilidade ao defender uma suposta neutralidade ideológica no ambiente escolar, através dos projetos de leis nº 867/2015 e nº 193/201, que buscavam mudar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e que, na prática, atuaram como um mecanismo de vigilância

sobre os educadores e como forma de censura a determinados temas, principalmente os relacionados à diversidade, aos direitos humanos e à crítica social.

Em análise sobre o movimento, Alexandre Anselmo Guilherme e Bruno Antônio Picoli (2018) apontam que o ESP representa uma articulação entre o avanço da extrema direita, a censura pedagógica e o desmonte das políticas educacionais no Brasil, que converte a escola em instrumento de reprodução conservadora. Essa visão que ganha os debates educacionais em 2016, em defesa de uma suposta “escola sem ideologia” que não leva em consideração o fato de que toda educação carrega pressupostos filosóficos, políticos e culturais.

Além disso, existe uma relação entre a busca por limitar o debate na escola, a retirada de investimentos e a transformação do ensino crítico em uma educação tecnicista, despolitizada e acrítica e o enfraquecimento da escola pública (Ferretti, 2018). Amparado por parlamentares da direita e por setores religiosos moralistas, o ESP atua como instrumento político na tentativa de silenciar debates sobre gênero, sexualidade, desigualdade e direitos humanos, reconfigurando a escola pública como espaço de reprodução de valores tradicionais (Guilherme; Picoli, 2018).

Essa perspectiva opera na lógica de um discurso antipluralista, que se vale da acusação de doutrinação nas escolas para promover uma ideologia autoritária e alinhada aos interesses de uma nova direita radicalizada. Nesse sentido, o movimento se insere no centro da disputa política principalmente pós *impeachment*, constituindo-se como expressão de uma reação conservadora à ampliação de direitos e à presença de grupos historicamente marginalizados no espaço escolar. Ao mesmo tempo, reforça a narrativa de uma sociedade dividida entre “bons cidadãos”, defensores da moral e da família, e os ideólogos perigosos de esquerda, os professores e agentes sociais críticos, aprofundando o processo de polarização e alimentando um projeto de controle da educação por meio da censura e da deslegitimação do pensamento crítico.

A direita, nesse período, apresenta-se reorganizada, assumindo pautas morais como estratégia de mobilização política e buscando consolidar um projeto de poder que passa pelo controle simbólico da escola e pela negação da diversidade como valor democrático. Já a esquerda, tradicionalmente ligada à defesa de direitos sociais, à democratização do ensino e à valorização do pensamento crítico, torna-se alvo constante dessa ofensiva ideológica (Guilherme; Picoli, 2018).

Assim, compreender o que está em jogo quando se fala em “escola sem ideologia” exige não apenas o domínio de conceitos políticos fundamentais, mas também o

reconhecimento de que toda disputa sobre a escola é, antes de tudo, uma disputa sobre o projeto de sociedade que se pretende construir.

### **1.3 A Nova Direita no contexto brasileiro: Uma Onda Conservadora**

Segundo Michael Lowy (2015), em análise sobre o contexto político em países da Europa e no Brasil, as causas do fenômeno de ascensão de movimentos de direita podem ser buscadas na globalização, na crise econômica europeia - embora esse não deve ser encarado como principal e exclusivo motivo, como faz a esquerda, para justificar a ascensão da direita - e a conjuntura internacional, principalmente, as questões ligadas ao Oriente médio.

Segundo o autor, a extrema direita europeia é muito diversa e se enquadra em três tipos: os partidos de caráter fascistas e neonazistas, os partidos semifascistas, que possuem fortes raízes fascistas, mas não são considerados clássicos, e os partidos de extrema direita, que não possuem origens fascistas, mas compartilham dos ideais racistas, xenofóbicos e da retórica antiimigrante. Entretanto, essa definição não é estática, já que os partidos europeus movimentam-se de acordo com a temática e o interesse de acordo com a conjuntura política (Lowy, 2015).

Para além disso, o ponto mais importante, segundo o autor, é pensar na perspectiva da esquerda europeia que subestimou a chamada “Onda Marrom”<sup>4</sup> e viu a ascensão da direita apenas como consequência da crise econômica e do desemprego e por decorrência, essas são as causas que devem ser combatidas e não o fenômeno do fascismo propriamente dito (Lowy, 2015).

No que se refere ao Brasil, o autor apresenta diferenças significativas em relação à extrema direita europeia, principalmente no que diz respeito à pouca relação com matrizes clássicas do fascismo e do nazismo, além de não ter no Brasil um partido político de massa que apresente a questão racial. como principal bandeira.

Outra característica da direita brasileira diz respeito à luta contra a corrupção, que não é uma luta específica da extrema direita, mas tem sido utilizada demagogicamente para embasar e justificar os pedidos de intervenção militar, que, segundo o autor, é a característica de maior diferença entre a extrema direita europeia e a extrema direita brasileira, o apelo aos militares (Lowy, 2015).

---

<sup>4</sup> O autor atribui a ascensão na extrema direita na Europa com o termo “Onda Marrom”, fazendo alusão ao uniforme do exército nazista Alemão.

Em análise sobre as direitas no Brasil, Guilherme Boulos (2016) identifica a sua ascensão como uma onda conservadora e é contextualizada a partir de fatores interligados como políticos, sociais e econômicos. Desde a crise de legitimidade pós jornadas de junho de 2013, o esgotamento do modelo petista e a crise econômica, além da estratégia de captação eleitoral da direita, que tem como resultado a disputa acirrada entre Aécio Neves e Dilma Rousseff e capitalização pela direita do discurso de mudança, têm como o resultado a chegada ao poder de uma corrente a direita, em 2018.

As manifestações de 2013, inicialmente progressistas, expuseram a insatisfação popular com questões estruturais, entretanto, notou-se a incapacidade do PT de responder eficazmente a essas demandas, permitindo que setores conservadores reinterpretassem o descontentamento. A direita capitalizou o momento, associando a crise à "ineficiência do Estado" e à "esquerda no poder", construindo uma narrativa de mudança que ressoou em parte da população cansada do *status quo* (Boulos, 2016, p. 41).

Além disso, o PT, após mais de uma década no poder, enfrentou o desgaste de seu modelo de governança, marcado por contradições entre alianças com setores neoliberais e a promessa de reformas progressistas. A crise econômica pós 2014, agravada pela queda nos preços das mercadorias e ajustes fiscais impopulares, distorceu a imagem do partido como gestor competente. E nesse contexto, a direita soube vincular essa crise ao "esgotamento do Lulismo", apresentando-se como alternativa para restaurar a "ordem econômica"(Boulos, 2016).

Segundo o autor, a eleição de representantes da "bancada da bala" e de evangélicos em vários estados já configurava uma guinada conservadora no eleitorado, impulsionada principalmente por pautas como combate à violência, defesa da família tradicional e crítica à "ideologia de gênero". Esses grupos, articulados em redes locais e com apoio midiático, construíram uma base eleitoral sólida, especialmente em regiões periféricas e urbanas (Boulos, 2016). A direita associou sua agenda a valores antissistema, mesmo representando elites tradicionais, utilizando um discurso moralizante para atrair até mesmo setores populares desiludidos com o PT.

Essa reorganização do movimento de direita foi eficaz na disputa eleitoral em 2014, com o candidato Aécio Neves como representante desse movimento, apenas 8% atrás de Rousseff no segundo turno. Sua campanha, apoiada por setores empresariais e midiáticos, mobilizou um discurso antipetista e pró-mercado, atraindo não apenas elites, mas também classes médias afetadas pela crise (Boulos, 2016). A polarização acirrada na eleição revelou

que os movimentos de direita haviam conseguido unir diferentes setores do centrão ao liberalismo econômico em torno de um projeto comum.

Isso só foi possível porque o PT insistia em um modelo associado à estabilidade do passado e à retórica dos avanços sociais, enquanto a direita apropriou-se do sentimento de urgência por mudanças, posicionando-se como força antissistema. A crise política subsequente, representada pelo *impeachment* de Dilma, consolidou essa narrativa, mas sua semente já estava plantada em 2013-2014, quando a direita passou a ser vista como única capaz de oferecer uma mudança efetiva (Boulos, 2016).

Para Felipe Demier (2016), o Partido dos Trabalhadores, ao adotar políticas neoliberais e aliar-se a setores conservadores, desmoralizou a imagem como representante da esquerda e com isso alienou bases históricas e criou um vácuo político, além disso, a crise econômica pós-2013, marcada por inflação, desemprego e cortes em serviços públicos aprofundou a insatisfação popular e a situação ficou ainda mais insustentável quando para resolver a crise Rousseff abandonar promessas de campanha e adota o programa da oposição de privatizações e terceirizações e, desse modo, transfere para a classe trabalhadora a demanda da crise, direcionando sua frustração contra políticas sociais e contra o próprio PT. Narrativa utilizada pela direita que se apresenta como alternativa à corrupção e ao esgotamento do projeto petista.

A disputa de poder no contexto de crise política brasileira, segundo Demier, resume-se em uma “disputa entre dois partidos pela representação política do mesmo bloco burguês hegemônico” (Demier, 2016, p. 71), de um lado o Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) e, do outro, o Partido dos Trabalhadores. O primeiro, representante do núcleo duro da direita brasileira, que viu seu projeto político ser implementado pelo segundo. Um partido que nasce do movimento operário e que dialoga com movimentos sociais e que conseguiu administrar o capitalismo brasileiro de modo eficaz e eficiente, tanto quanto partidos representativos da burguesia brasileira.

Entretanto, com a crise econômica, o PT perde sua capacidade de dialogar com os movimentos sociais e aplicar ajustes fiscais e, por conseguinte, deixou de ser útil ao capital. Essa situação possibilitou a reativação da direita tradicional que conseguiu destilar todo ódio ao PT, entretanto, não ao que o partido se tornou, mas aquilo que um dia representou, o movimento operário e movimentos sociais (Demier, 2016).

Por conseguinte, Jessé Souza (2016), ao pensar as relações sociais no Brasil pontua como a elite brasileira utiliza estratégias de manipulação ideológica e divisão social para deslegitimar movimentos sociais e resistência popular, enfraquecendo assim qualquer ameaça

ao seu status quo. Fato que explica a organização dos novos movimentos de direita. É necessário compreender essas dinâmicas de classe para entender os eventos políticos recentes no Brasil, como o impeachment de Dilma Rousseff, que ele caracteriza como um golpe da elite para proteger seus interesses.

Segundo o autor, a estrutura de classe no Brasil está dividida entre uma elite dominante e as classes trabalhadoras. Elite, composta por grandes empresários, políticos influentes, e uma parcela da classe média alta, que detém o controle dos principais recursos econômicos, políticos e culturais do país (Souza, 2016).

Haja vista, essa elite utiliza sua influência para manter suas posições de poder e privilégio, garantindo políticas públicas que beneficiam seus interesses em detrimento da maioria da população. Além disso, utiliza do sistema político para perpetuar sua hegemonia, estabelecendo alianças com setores conservadores e manipulando as instituições democráticas em seu favor (Souza, 2016).

Por outro lado, o autor ressalta que as classes trabalhadoras e os setores mais vulneráveis da sociedade enfrentam desafios estruturais, como a falta de acesso à educação de qualidade, serviços de saúde adequados, e oportunidades econômicas. Desigualdades que são agravadas pela concentração de poder e riqueza nas mãos da elite, criando um ciclo de reprodução de desigualdades.

Em análise sobre a direita no Brasil, Cepêda (2018) acrescenta ao debate conceitual sobre a dicotomia, esquerda e direita no Brasil, questões importantes. Ao utilizar a metáfora de que a direita no país saiu do armário, a autora deixa claro a guinada política pela qual o país passa. Ressaltando ainda, que esse armário possui diversas prateleiras, marcando o seu posicionamento sobre a pluralidade do conceito, “tido como rótulos utilizados para denominar movimentos profundamente plural em que coabitam ‘famílias’ políticas diferentes” (Cepêda, 2018, p. 14).

As análises realizadas por Fernando Rosas (2020) buscam estabelecer paralelismos entre autoritarismo de caráter liberal e fascismo, o autor traça colocações relevantes sobre o neoliberalismo como resposta a uma crise capitalista que causam tensões a ordem democrática e liberal e como consequência atinge tanto os centros quando as periferias. Para o autor, o neoliberalismo enquanto estratégia global do capitalismo com seus recursos de hegemonia e manipulação ideológica nas lógicas econômicas, financeiras e sociais abriu espaço para subversão política autoritária e antidemocrática representada pela extrema direita e suas novas configurações.

Com a imposição neoliberal que se fez possível em virtude da implosão do socialismo real e por consequência o descrédito das esquerdas marxistas e possibilitou a influência do chamado populismo de extrema direita que se caracteriza pela capitulação da social-democracia desmontando as defesas do estado social em que os partidos sociais democratas se estabelecem como instrumentos de políticas econômicas e sociais neoliberais (Rosas, 2020). Com consequências diretas ao contexto político, econômico e social:

A reversão das conquistas dos direitos sociais, o crescimento acelerado da pobreza e das desigualdades, a financeirização especulativa e a desprodutização das economias, a privatização mercantilista dos setores rentáveis do Estado social, o endividamento sem alternativa dos países periféricos, o rearmamento e o fomento de novas guerras pela partilha de mercados e de zonas de influência, a marcha cega para a catástrofe climática e ambiental (Rosas, 2020, p. 5).

Essa leitura realizada por Rosas, que esboça um raio x da sociedade contemporânea, é ampliada pela constatação de que “quanto mais as nações perdem o seu poder econômico mais se proclama a imensa glória da nação.” (Rosas, 2020, p. 6). Nessa prerrogativa, impossível não fazer relação com as pautas discutidas e defendidas pelo governo Bolsonaro (2019-2022).

Como causas para essa ascensão da direita no Brasil, Cepêda (2018), ressalta que existe uma coerência com o cenário internacional, e que ocorre em virtude do distanciamento da temporalidade do regime ditatorial, de mudanças tecnológicas e institucionalização do pensamento liberal, além da emergência de governo de esquerda e a crise dos sistemas partidários. Nesse cenário, “surge uma nova direita capaz de circular e inovar elementos de tradição conservadora com princípios minimalistas e competitivos do neoliberalismo.” (Cepêda, 2018, p. 62).

Os pontos de análise da questão para José Maurício Rodrigues (2023), estão a ascensão do neoliberalismo e seus efeitos particulares no Brasil, compactuando com a perspectiva de Cepêda. Para Rodrigues, a nova direita toma protagonismo no Brasil em virtude da forte oligarquização do sistema político brasileiro que foi responsável por não acolher os participantes e as demandas positivas das jornadas de junho 2013, momento histórico importante para o entendimento da crise política pela qual passa o país do golpe a ascensão da extrema direita no país.

De acordo com esses autores, o ponto de convergência principal nas análises sobre a nova configuração da direita, é o Neoliberalismo. Enquanto ideologia política e econômica enfatiza a importância da livre iniciativa, da desregulamentação dos mercados, da privatização de empresas estatais e da redução do papel do Estado na economia. No contexto econômico,

os neoliberais defendem políticas que promovam a liberalização dos mercados, como a redução de impostos, a flexibilização das leis trabalhistas e a liberalização do comércio internacional (Cepêda, 2018; Rodrigues, 2023).

A competição e a busca pelo lucro são os principais motores do crescimento econômico e da eficiência, ao que tange a esfera política, geralmente defendem o Estado mínimo, argumentando que ele deve ter um papel limitado na economia e na sociedade, focando-se principalmente em garantir a segurança e a aplicação da lei (Rodrigues, 2023).

Em vista disso, o neoliberalismo pode criar condições sociais e econômicas que alimentam o descontentamento e a alienação, criando um ambiente propício para a ascensão da extrema direita, que muitas vezes, durante momento de crise, capitaliza essas preocupações para promover sua agenda política.

A tentativa de ocupação do espaço social pelas organizações emergentes da extrema direita só foi possível em virtude da capitulação da social-democracia, o colapso dos partidos comunistas e o surgimento tardio de forças das esquerdas radicais. Além disso, a ascensão ao Estado Restrito só foi possível em virtude da união da extrema direita com a direita tradicional (Rosas, 2020).

As ferramentas e metodologias para o protagonismo dessa nova direita ao contexto político brasileiro é detalhadamente apresentado por Camila Rocha (2018), que em sua análise marca a organização a nova direita, designada de contra público digital quando de suas primeiras organizações como movimento contra hegemônico, com suas primeiras mobilizações no auge do Lulismo, entre 2006 e 2010, através de redes sociais digitais como *Orkut*.

Em virtude da popularidade do então presidente, mesmo com os escândalos do mensalão, a oposição institucional ao governo praticamente desapareceu da esfera pública, o que fez com que uma parte significativa da sociedade civil deixasse de se sentir representada e passasse a buscar refúgio na internet que passa a ser o meio da constituição e organização de contra públicos digitais (Rocha, 2018, p.111).

Esse contra público é inflamado com os descontentamentos da política e dos governos petistas e a mobilização cresce no âmbito da sociedade civil em virtude dos escândalos de corrupção, declínio da economia e os desdobramentos da operação Lava Jato, durante o governo de Dilma Rousseff. A energia das ruas acabou provocando o início de uma crise política, e com a reeleição de Dilma Rousseff em 2014, a nova direita intensificou a oposição e os movimentos de ativismo na internet e nas ruas através dos protestos pró *impeachment* (Rocha, 2018). Entretanto, nas primeiras ações contra hegemônicas:

A nova direita em formação ainda continuava a ser constituída por diferentes forças políticas que não haviam se unificado sob um único projeto, o que ocorreria apenas a partir das eleições de 2018, quando formou-se uma frente ampla, ultraliberal- conservadora, em torno da campanha à presidência de Jair Bolsonaro (Rocha, 2018, p. 113).

Como marco cronológico a autora aponta as primeiras ações contra hegemônica do chamado contra público ainda durante o primeiro mandato de Lula, em 2006 com a criação do Movimento Endireita Brasil (MEB)<sup>5</sup> formado por estudantes de direito, engenheiro e administradores no Rio de Janeiro, liderados por nomes como Ricardo Salles, ainda no auge da “direita envergonhada”, uma vez que se associar a direita em um período de aprovação do governo social democrata, sobretudo, em virtude do Lulismo não era uma ação positiva para a opinião pública e grande mídia.

Essa primeira articulação pedia o *impeachment* de Lula, em virtude dos escândalos de corrupção do Mensalão que afastou do núcleo duro do governo José Dirceu, chefe da Casa Civil, e Antônio Palocci, ministro da Fazenda. Apesar disso, Lula se reelegeu e o MEB passou a se mobilizar apenas em círculos restritos em fóruns digitais.

O meio digital então passa a ser um ambiente propício para as pautas da direita contra a hegemonia da esquerda, Olavo de Carvalho<sup>6</sup>, passa a ser um intelectual orgânico e ganha adeptos de suas teorias e defensores de suas críticas através do blog “Mídia sem máscara” e seus textos reverberam também nas comunidades criadas no Orkut fazendo com que vire um grande expoente da direita (Rocha, 2018).

Entretanto, a institucionalização efetiva da direita no Brasil através da criação de institutos como Instituto da Realidade Nacional (2005) depois rebatizado de Instituto Millenium (2006), que tinha como membro, Paulo Guedes<sup>7</sup>, acadêmicos, executivos e profissionais liberais e que contou com financiamento de grupos empresariais e veículos de mídia. E o Instituto Misses Brasil (IMB)<sup>8</sup>, que apesar de não possuir uma sede própria, era

---

<sup>5</sup> Fundado em 2006, durante a reeleição do ex-presidente Lula para a defesa da intolerância ao crime, a renovação da política e o fim da farra das estatais (MEB, 2006), apresenta-se como um defensor da renovação política, já que o Partido dos trabalhadores já estava no poder há mais de 12 anos, adotando “políticas intervencionistas que acabariam com o Brasil” (MEB, 2006).

<sup>6</sup> Escritor, filósofo, professor e polemista brasileiro que nasceu em 29 de abril de 1947 e faleceu em 24 de janeiro de 2022. Ele é conhecido por suas opiniões conservadoras e sua influência no cenário político e intelectual do Brasil, defendia ideias relacionadas ao conservadorismo, crítica ao marxismo, defesa do liberalismo econômico e valorização da cultura ocidental.

<sup>7</sup> economista brasileiro nascido em 24 de agosto de 1949, no Rio de Janeiro. Ele é conhecido por sua atuação no campo econômico e sua participação como ministro da Economia do governo do presidente Jair Bolsonaro, assumindo o cargo em janeiro de 2019. Antes de ingressar na política, Guedes teve uma carreira acadêmica destacada. Ele é formado em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e possui doutorado em Economia pela Universidade de Chicago, uma das principais instituições do pensamento econômico liberal.

<sup>8</sup> Fundado em 2009 por Hélio Beltrão, o IMB tem como objetivo educar e conscientizar a população sobre os benefícios do livre mercado, da liberdade individual e da responsabilidade pessoal (Rocha, 2018).

detentor de uma página na internet e reunia ultraliberais (Rocha, 2018). O primeiro, representa o caráter academicista do movimento sem atender as demandas dos internautas de direita, enquanto o segundo conseguia atender a essa demanda advinda das comunidades digitais.

Os chamados ultraliberais configuram-se como um grupo da direita que defendiam a abolição de políticas neoliberais e apresentavam-se como liberais nos costumes, defendendo pautas como o porte de arma, aborto, casamento homoafetivos e liberação de drogas sem a regulação do Estado. Fator que colocava em embate com os liberais conservadores (Rocha, 2018). Configuração que representa a pluralidade da direita brasileira e a densidade do debate como bem apresentou Bobbio (1994).

Além disso, a criação de grupos de estudos e articulação realizadas através das comunidades digitais e demais redes sociais foi possível a concepção de um partido, Líber, Partido libertário Brasileiro em 2007, movimento organizado por estudantes universitários e profissionais liberais que possuíam a articulação necessária com núcleo em várias cidades, entretanto sem os meios materiais para a sua efetiva materialização (Rocha, 2018).

Em 2009, os contra públicos criaram o Instituto Ordem Livre<sup>9</sup>, como ação contra hegemônica que rompia as barreiras das telas e criava a ação “Liberdade na Estrada” promovendo palestra com intelectuais de direita através de financiamento recebido pelo Grupo Localiza, além de chapas estudantis para criar uma frente a esquerda no movimento estudantil. Outra ação no seio acadêmico foi a criação do movimento “Estudantes pela Liberdade” constituído por líderes do Líber que em 2013 constituem a liderança do Instituto Liberal (Rocha, 2018).

Os militantes se organizam de modo descentralizado e conseguem se mobilizar sem dispor de grandes recursos iniciais, apenas fazendo uso intensivo de suas redes na internet e fora dela. Este modo de organização mais descentralizado, no entanto, não é sinônimo de falta de profissionalização, pelo contrário. Segundo Rocha, os militantes que passaram a atuar a partir dos contra públicos digitais se profissionalizaram por meio de cursos de formação política e treinamento específicos oferecidos por organizações norte-americanas<sup>10</sup>.

Além disso, também passaram a adotar formas de intervenção na esfera pública completamente diferentes das adotadas pelas gerações anteriores de defensores do livre-mercado, como atos e protestos de rua voltados para a “conquista de corações e mentes de

---

<sup>9</sup> Fundado em 2013 com o propósito de promover os princípios do liberalismo clássico e da defesa dos direitos individuais. Seu fundador é Leandro Narloch, conhecido por suas obras de não ficção, especialmente relacionadas à história do Brasil (Rocha, 2018).

<sup>10</sup> Organizações como a Atlas Network e o Cato, que são organização não-governamental, sediada nos Estados Unidos, que promovem treinamentos, conexões e subsídios para grupos libertarianistas e pro-livre mercado em todo o mundo (Rocha, 2018).

peças comuns”, sedimentando sua atuação para além da internet e da discussão de políticas públicas com formadores de opinião (Rocha, 2018, p. 36).

Para difundir suas pautas para públicos mais amplos, os militantes oriundos dos contra públicos digitais, além de promoverem em maior ou menor grau, discursos mais agressivos e ácidos contra a hegemonia esquerdista denunciada por Olavo de Carvalho, também passaram a utilizar uma linguagem mais popular e de 2011 a 2013 passam a ocupar as ruas em manifestações contra a corrupção, aumento de passagem e ética na política. Além de realizarem ações com maior aproximação com a sociedade civil como o “dia sem impostos” e o “impostômetro” em ações pró mercado (Rocha, 2018).

A partir da análise apresentada, pontos reflexivos importantes para a percepção de que esse movimento não surge de modo espontâneo durante a campanha eleitoral de 2018, resumindo a análise a uma conjectura simplista de um movimento contra hegemônico capaz de trazer à tona o lado mais perverso da sociedade brasileira, observado durante o período de 2019 a 2022. É a não percepção da gestação desse movimento da direita no Brasil entre 2006 e 2013 pode ser atribuída a uma combinação de fatores, incluindo estabilidade política e econômica, ações políticas da oposição, contexto internacional e predominância de discursos e movimentos de esquerda nesse período (Miranda, 2020).

Segundo João Elter Borges Miranda (2020), desde o final da década de 1980 e início da década de 1990, em virtude do fim do Regime Empresarial Militar e do processo de redemocratização, a burguesia nacional viu-se obrigada a uma reorganização. A chamada “burguesia nativa” necessitava nesse contexto, reconstruir a hegemonia e redefinir as bases de dominação e atuação diretamente interligadas ao Estado. A nova forma de organização foi pautada na criação de Aparelhos Privados de Hegemonia ou Aparelhos da Burguesia (Miranda, 2020).

Esses aparelhos ideológicos são responsáveis por instrumentalizar, objetivar e reproduzir os projetos e valores da burguesia nativa em diversos meios, de forma que os seus interesses tomem amplitude e intensidade e com o tempo se consolidam. Nesse contexto, as ideologias da burguesia foram ganhando força e tornando-se agenda de Estado, ganhando notoriedade e adquirindo ressonância em diferentes espaços da vida social e estabelecendo conexões nacionais e transnacionais. Para Borges Miranda, esse processo de reorganização da direita através dos Aparelhos de hegemonia é que se chama de “Nova direita” brasileira (Miranda, 2020,).

(...) através da instrumentalização, objetivação e reprodução de seus projetos e valores em diversos meios, de forma que seus interesses tomem amplitude e intensidade. Paulatinamente, vão radicalizando-se. Através da manipulação de uma miríade de aparelhos de difusão, gradativamente a ideologia

dominante ganha notoriedade e formas de atuação da burguesia estabelecem conexões nacionais e transnacionais. Tais aparelhos compõem o que consumou-se denominar de “nova direita” (Miranda, 2018. p.34).

Dessa análise destaca-se que se existe uma nova direita e porque houve um processo de superação de uma “velha direita”. A nova direita, segundo o autor, não se limita à percepção dos ideais de Estado mínimo, mas busca a inter-relação com o Estado através da coerção e da educação, para a intensificação da exploração e expropriação da classe trabalhadora através da retirada de direitos sociais histórica e arduamente conquistados (Miranda, 2020).

Para Miranda, a nova direita brasileira foi ganhando força durante o início dos anos 2000 através do acesso à internet e a redes sociais através dos Aparelhos de Hegemonia criados por sujeitos oriundos da burguesia e os aparelhos criados por sujeitos não burgueses mas à serviço da burguesia como é o caso dos movimentos sociais pró *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016, organizados por grupos em redes sociais e que conseguiram reunir milhares de pessoas pedindo o afastamento da presidente e uma parte significativa exigindo a volta do Regime Militar (Miranda, 2020).

Essa análise levanta questões pertinentes sobre a ascensão da direita, que se organizou e ganhou espaço frente a um governo dito de esquerda, bem aos moldes da disputa de projetos e da busca por hegemonia. A direita foi se transformando, e buscando um novo modo operante, utilizando as mídias sociais para criar consenso em torno de suas ideologias e torná-las agenda de governo, a consequência direta é a chegada ao poder do seu representante, Jair Bolsonaro em 2018.

O ponto divergente da análise realizada por Miranda em relação aos autores apresentados nesta discussão é a separação que o autor realiza entre a extrema direita e a nova direita, localizando-as em segmentos diferentes, enquanto que os demais autores entendem o processo da nova direita como processo de reorganização através da internet, imprensa e demais aparelhos de hegemonia partes diferentes de grupos considerados de direita e com pautas diversificadas, Miranda defende que além desse grupo diversificado chamado de nova direita existe uma extrema direita conservadora que veem em Bolsonaro a sua principal representação.

Para Miranda (2020) a nova direita através dos aparelhos de hegemonia e intelectuais da extrema direita se unem em 2014 em torno de um objetivo comum: derrubada de Dilma, o Golpe de 2016, e a radicalização do processo de implementação da agenda ultraliberal. Além disso, para o autor o movimento contra hegemônico é construído “debaixo do nariz” do governo Lula e, depois, do governo Dilma, mas por uma escolha política tais governos

“optaram por não só não realizarem o combate político-ideológico, como também promoveram a fragmentação e o isolamento político da esquerda socialista” (Miranda, 2020, p. 41).

Outro ponto interessante das análises é a convergência entre a atuação dos intelectuais orgânicos na legitimação de sua classe social, na visão de Rocha, atuantes principalmente durante a institucionalização da nova direita, através das comunidades, ocupação nas mídias, grupos de estudos e lideranças estudantis e partidárias. Na prerrogativa de Miranda, esses intelectuais são formados historicamente e constituem categoria especializada para a função intelectual.

Gianfranco Faggin Mastro Andréa, Osório Silva Barbosa Sobrinho e Wagner Wilson Deiró Gundim (2020) ao realizarem a análise sobre a ascensão da extrema direita apontam que o direitismo (destrismo), enquanto processo segundo o qual o deslocamento para as posições extremas tem por efeito, diante de tensões sociais, a formação de uma “direita mais radical à direita da direita oficial” (Bobbio, 2011, p. 108- 109), com efeito, a extrema direita pode ser caracterizada por doutrinas e movimentos antiliberais e antiigualitários, que têm como exemplos o fascismo e o nazismo.

Desse modo, para os autores, o que se nota na atualidade é uma ascensão da extrema direita ou da Nova Direita Radical. Em que se faz necessário a diferenciação com relação às pautas defendidas pela direita oficial (velha direita):

É sabido que a direita oficial pauta-se pelo elemento da tradição. Consiste na defesa de determinados conceitos como família tradicional, em alguns pontos um elevado grau de religiosidade, embora este não seja o seu elemento principal, bem como ostentam a característica de igualitários, ou no máximo, um igualitarismo mínimo, consistente na igualdade meramente formal perante a lei (dever do juiz aplicar imparcialmente a lei). Há forte proteção do direito de propriedade também (Andréa; Sobrinho; Gundim, 2020, p.78).

Observa-se pela definição dos autores que a direita oficial se configura como um discurso moderado com apego às tradições, religiosidade, igualdade perante a lei e direito à propriedade. Já a extrema-direita distancia-se da direita oficial, porquanto leva até às últimas consequências o elemento tradição. Além de demonstrar desprezo pela democracia (Andréa; Sobrinho; Gundim, 2020). Dentre as pautas do projeto da nova direita radical estão:

A defesa sem qualquer pudor da homofobia; anti-islamismo; antisemitismo; xenofobia; racismo, bem como a adoção de um ultranacionalismo atrelado a um revisionismo histórico. Há pouco apreço pela liberdade de imprensa e ostenta posições anti-globalizadoras. A extrema direita busca aniquilar o diferente, o diverso. Enxerga em seus rivais políticos verdadeiros inimigos que merecem ser combatidos e, para tanto, utilizam-se de “argumentos espantelhos”, como a possível iminência da implantação do comunismo;

ameaça de destruição da família, nação e religiões (Andréa; Sobrinho; Gundim, 2020, p.78).

Essa transformação de direita oficial em nova extrema direita pode ser entendida também na análise de Rosas (2020, p.7) ao defender que para alcançarem apoio social e capacidade de intervir na vida política no interior do sistema, vários militantes da extrema direita “engravataram-se, adotaram posturas ‘responsáveis’ e entraram, no quadro de uma radicalização política geral, em acordos de sustentação ou de participação no governo com os partidos da direita tradicional”.

Essa associação ocorre em virtude das críticas existentes à elite política e à esquerda, destacando a corrupção e a ineficiência do viés ideológico desse grupo, além da defesa de valores conservadores, lideranças políticas compartilhadas e agenda política comum.

Segundo Flávio Henrique Calheiros Casimiro (2020), ressalta a necessidade de analisar o processo de estruturação desse movimento reacionário a partir da atuação articulada de segmentos empresariais, dos quais o autor designa como Nova direita, cuja arena fundamental para seus discursos e difusão ideológica passou a ser o chamado Fórum da Liberdade<sup>11</sup>, aparelho ideológico utilizado para reuniões, palestras com intelectuais, acadêmicos e empresários pró mercado.

Nesse sentido, para Casimiro, a chamada Nova Direita, é um movimento reacionário, que congrega diferentes matrizes do pensamento liberal e conservador. é que no Brasil, é caracterizado pelos discursos de ódio, truculência, intolerância, autoritarismo, racismo e LGBTQ fobia. Movimento que ocorre desde o processo de redemocratização brasileira.

Entretanto, o autor pontua que a redefinição das bases de atuação das direitas pós redemocratização, não dá conta de explicar sozinha a guinada recente para um projeto de extrema direita e o sucesso na conquista do poder do Estado Restrito através da aglutinação de outros estratos de classe. Em virtude disso, é necessário aprofundar-se no modo de operação desse segmento ideológico. Principalmente a partir da atuação do empresariado brasileiro que tiveram um importante papel na produção de conteúdos e disseminação dos valores característicos dessa nova direita (Casimiro, 2020).

A ideia central do autor é que os empresários desempenham um papel fundamental na disseminação e consolidação das ideias e agendas políticas associadas à nova direita, através

---

<sup>11</sup> O primeiro Fórum da Liberdade foi realizado no ano de 1988, ano que marca as disputas dos diferentes segmentos da política brasileira, no estabelecimento das novas diretrizes para o país com a redemocratização, a partir da construção da nova carta Constituinte. O evento tem como instituição organizadora o Instituto de Estudos Empresariais (IEE). Aparelho de proposta doutrinária, fundado em 1984, no Rio Grande do Sul, com fortes conexões com outra organização de atuação doutrinária, o chamado Instituto Liberal (IL), precursora desse modelo de atuação no Brasil, fundado em 1983 (Casimiro, 2020, p.88).

da influência significativa na formação da opinião pública e na elaboração de políticas, devido aos seus recursos financeiros, acesso aos meios de comunicação e conexões políticas para a criação de consenso ao que se refere a liberalização econômica, a redução do papel do Estado na economia, a flexibilização das leis trabalhistas e a promoção de políticas pró-mercado. De modo geral a nova direita atua de modo sistemático “para a produção de consenso em torno de pautas neoliberais na economia e ultraconservadoras no âmbito dos costumes” (Casimiro, 2020, p. 87).

A criação de consenso em torno dessas pautas, é realizada, sobretudo, através de redes de influência para promover essas ideias junto a outros setores da sociedade, como políticos, intelectuais e a mídia. Por meio de financiamento de campanhas políticas, *lobby*, patrocínio de eventos e iniciativas, e participação ativa em grupos de pressão. Sobretudo através da atuação massiva em relação a sociedade civil em que:

Demonstra-se como um elemento fundamental para a naturalização de determinados discursos e a produção de espécies de ‘verdades socialmente aceitas’, em virtude da replicação desses conteúdos em diferentes meios (...) a produção em massa de conteúdos compartilhados e replicados nos mais diferentes aparelhos, desdobrando-se na mídia de forma geral, em blogs e, mais recentemente, redes sociais e aplicativos móveis. Trata-se de uma forma sofisticada, extremamente complexa, difusa e eficiente de produção de consenso (Casimiro, 2020, p. 89).

A atuação da nova direita através da produção em massa de conteúdo e a utilização das redes sociais configura-se como estratégia eficiente de criação de consenso e traz ao debate a utilização de forma exacerbada através do fenômeno das *fakes news*. Nesse sentido, as redes sociais desempenharam um papel fundamental na ascensão da nova direita no Brasil, fornecendo uma plataforma para comunicação, mobilização e construção de apoio popular, e ajudando a moldar o debate político e as dinâmicas eleitorais no país.

Em análise sobre o período de crise do governo Dilma Rousseff, Maria Helena Chauí (2016) destaca uma transformação na mentalidade da classe trabalhadora do período que, ao invés de uma classe trabalhadora revolucionária e progressista, como historicamente costumava ser vista, há uma nova configuração que essa se alinhou ideologicamente com valores conservadores adotando uma postura conservadora, muitas vezes apoiando políticos e partidos com agendas conservadoras e de direita.

Para a autora, fatores como a ascensão do individualismo, a influência da mídia e das igrejas, bem como, a percepção de ameaças à segurança e estabilidade econômica, contribuíram para essa mudança ideológica. Entretanto, pensando a análise Casimiro, essa mudança também pode ser explicada a partir desse modo operante da nova esquerda de criação de consenso.

O fato é que em 2013 com as manifestações de junho de 2013 iniciadas pelo Movimento Passe Livre<sup>12</sup> na cidade de São Paulo, as manifestações se alastraram pelo país inteiro e logo passaram a reunir milhões de pessoas nas ruas em torno de pautas mais diversas e fazendo uso de repertórios variados, entre os manifestantes estavam os militantes pró mercado, principalmente lideranças do Líber e lideranças de extrema direita como Marcello Reis idealizador da página “Revoltados *online*”<sup>13</sup>.

Entretanto, essas frações das direitas ainda não se misturavam e tinham visões diferentes sobre o andamento da crise política. Enquanto os ultraliberais estavam mais preocupados em difundir a ideia de que os problemas do país poderiam ser resolvidos com reformas pró-mercado, os “Revoltados *online*” e seus seguidores defendiam uma intervenção do exército “para lavar todos os políticos corruptos e comunistas que ocupam o congresso” (Rocha, 2018).

Nota-se a crescente ambiguidade ideológica dos manifestantes que passou a se manifestar e a oportunidade identificada pela nova direita para atuação do movimento na medida em que causaram um aumento importante da percepção da corrupção como principal problema do país. Dessa situação surge um movimento contra hegemônico capaz de unificar tanto os ultraliberais quanto a direita intervencionista, o chamado Movimento Brasil Livre, com atuação massiva quando da reeleição de Dilma Rousseff (Rocha, 2018).

Durante o primeiro protesto pró *impeachment*, estavam presentes outros grupos e movimentos que, a princípio, não faziam parte das redes da militância ultraliberal, os Revoltados *online*, e figuras icônicas da nova direita em formação, como Eduardo Bolsonaro, Lobão, e Olavo de Carvalho, se uniram em torno de pautas em comum, em um movimento contra hegemônico organizado e sistemático como consolidação da nova direita (Rocha, 2018).

Segundo Arnaldo Boito Jr (2016), os coletivos partidários explicam melhor o embate político que ocorre no Brasil, do golpe à ascensão da extrema direita. Uma vez que, o processo político não ocorre por poderes individuais, mas a partir de uma organização de indivíduos conscientes e defensores de suas ideias e hegemonia.

---

<sup>12</sup> movimento social brasileiro que ganhou destaque em 2013, durante uma série de protestos que ocorreram em várias cidades do país, especialmente em São Paulo. O movimento surgiu em 2005, em Porto Alegre, e inicialmente tinha como objetivo lutar pela gratuidade total no transporte público. Apresenta-se como uma organização de estrutura horizontal e pela ausência de lideranças formais. Em vez disso, o movimento adota uma abordagem de tomada de decisão baseada em assembleias populares e decisões coletivas. Isso significa que não há líderes individuais identificados ou porta-vozes oficiais do MPL.

<sup>13</sup> Foi criado em uma rede social em 2014 com o objetivo de rastrear pedófilos e, durante a crise de hegemonia do governo Dilma Rousseff, passou a nacionalizar notícias e opiniões contrárias ao governo (MRO, 2014). Com mais 700 mil seguidores, a página passou a mobilizar os seus membros a comparecer às manifestações contra o governo Dilma Rousseff e durante as campanhas eleitorais de 2018.

Para o autor, o processo político é concebido como resultado de conflitos entre classes e frações de classe, e a crise aparece como resultado do aguçamento desses conflitos. Entretanto, esse conflito não diz respeito ao embate entre burguesia e classe trabalhadora ou uma disputa entre capitalismo e socialismo. No Brasil o que se tem é um conflito distributivo pela apropriação da riqueza e isto envolve diversas classes e frações de classe. Nessa condição, o contexto de ascensão da extrema direita no Brasil não exclui o surgimento de alianças e mutações no quadro político. São essas mutações, variedade e complexidade que configura a chamada Nova Direita brasileira.

Nesse contexto, essa ascensão não foi apenas reação ao Partido dos Trabalhadores, mas resultado de uma combinação entre falhas progressistas em renovar seu projeto, estratégias conservadoras de ocupação de espaços na política e na mídia e a construção de um imaginário de "mudança" associado a valores autoritários e neoliberais. Sem uma esquerda capaz de responder às novas demandas, o campo político foi dominado por quem soube transformar a crise em oportunidade, mesmo que à custa de aprofundar desigualdades e retrocessos sociais (Boulos, 2016).

Diante desse cenário de reconfiguração política, é necessário analisar o papel estruturante dos meios midiáticos, que não só refletiram, mas moldaram ativamente as narrativas e crises discutidas neste capítulo.



## **CAPÍTULO 2- OS MEIOS MIDIÁTICOS: CONCEITUAÇÕES E METODOLOGIAS POSSÍVEIS**

Nos anos compreendidos entre 2015 e 2018, o Brasil enfrentou uma das crises políticas mais significativas de sua história recente, marcada por escândalos de corrupção, instabilidade política e polarização ideológica. A opinião pública, desse período, foi, assim como defende Pierre Bourdieu (1972), moldada por instituições midiáticas e políticas que definiram os temas e as alternativas de discussão sobre a crise política que atinge o governo de Dilma Rousseff e o pós-impeachment.

Nesse contexto, os meios midiáticos desempenharam um papel fundamental na disseminação de informações, na formação de opinião pública e na cobertura dos eventos políticos que abalaram o país. A imprensa brasileira, composta por uma variedade de veículos de comunicação, incluindo jornais, revistas, emissoras de televisão, rádio e portais *online*, desempenhou um papel crucial na narrativa e na análise dos acontecimentos políticos que se desenrolaram.

Desde os desdobramentos da Operação Lava Jato, que revelou um vasto esquema de corrupção envolvendo políticos, empresários e estatais, até os debates acalorados sobre o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff e as eleições presidenciais de 2018, os meios de comunicação estiveram no centro do debate público, não como meros instrumentos de informação, mas como aparelhos privados de hegemonia.

Por meio de reportagens, análises políticas, entrevistas e debates, os meios midiáticos acompanharam de perto cada capítulo dessa crise política, informando a população, expondo irregularidades e promovendo o debate sobre a classe política. Ao mesmo tempo, a cobertura midiática também refletiu as divisões sociais e políticas do país, com diferentes veículos adotando perspectivas e abordagens distintas em relação aos eventos em curso e optando pelo projeto político considerado mais adequado, ou pelo representante ideal desse projeto a partir do que já foi discutido nesse estudo.

Em virtude da relevância do processo político de 2015 a 2018, o segundo capítulo deste trabalho se propõe a fazer uma discussão teórica sobre papel da imprensa nas dinâmicas sociais, apresentar algumas vertentes metodológicas e conceituais sobre essa temática e a necessidade de entender as mídias como empresas de comunicação servindo a um projeto político e econômico.

## **2.1 A Imprensa Tradicional: Discussões teóricas e conceituais**

A imprensa surge como resultado de combinações de avanços tecnológicos, mudanças sociais e econômicas ao longo da história. A invenção da prensa de tipos móveis por Gutenberg marcou o início de uma revolução na produção e disseminação de informações, que transformou radicalmente a sociedade europeia e teve um impacto duradouro na história mundial.

Segundo Robert Darnton (1996), a prensa tipográfica foi o principal instrumento de criação de uma nova cultura política na Europa em virtude do acesso mais amplo à informação, pela emergência de uma opinião pública mais consciente e participativa e pelo desenvolvimento de uma cultura mais engajada e principalmente pensando os contextos da Revolução Francesa, apresentando a leitura dos impressos como modalidade de sociabilidade revolucionária e como forma de tornar o processo revolucionário mais inteligível.

Ressaltando desse modo, a importância da leitura e da imprensa no processo de tomada de poder. Em análise sobre essa questão, Raymond Birn (1996), amplia o debate ao apontar a importância de uma imprensa livre como valor fundamental para a democracia e como garantia essencial para a proteção dos direitos individuais e de justiça social. Nesse contexto, a imprensa é vista como um meio de promover a transparência e a responsabilidade por parte do Estado, além de assegurar que os abusos de poder fossem expostos e contestados. Entretanto, entende que a tipografia é influenciada por interesses comerciais e econômicos, bem como, por pressões políticas e ideológicas.

No Brasil, ocorre uma demora em sua institucionalização na colônia, em virtude da tentativa de impedir com que críticas a dominação metropolitana circulassem pelo território colonial inflamando a população. Além disso, a maioria da população encontrava-se no campo constituíam-se de escravizados e uma parcela significativa de analfabetos. Entretanto, essas barreiras não foram suficientes para o surgimento de pequenos diários e panfletos, mesmo que de duração efêmera, em que as leituras em voz alta possibilitaram a recepção das mensagens, na maioria de cunho político (Capelato 1988).

Apenas com a chegada da família real em 1888, e a criação da Imprensa Régia, tem-se um aparato institucional legitimado pelo Estado para a divulgação de ideias e informação e com o advento da luta pela independência do país, a constituição de uma polaridade entre a imprensa real e a imprensa de oposição e como resultado a imposição da censura real, afim de preservação da ordem social (Capelato, 1988).

Nesse aspecto, a imprensa já era entendida como lugar de embate ideológico, político e social e a censura posta como ferramenta de controle desses veículos quando não compactuam dos mesmos projetos defendidos pelo Estado. E ao longo da história política do país é possível

a percepção da sua atuação como reconstrutora e destruidora de projetos políticos e os silenciamentos ou composição de discursos que elaboram a memória oficial (Capelato, 1988).

Pensar o papel da imprensa e das mídias digitais no contexto de crise política brasileira marcada pelos movimentos de afastamento de Dilma Rousseff e com a ascensão da extrema direita ao poder em 2018, é essencial, uma vez que desempenha papel fundamental na formação do debate que se tornou público, influenciando as percepções e atitudes da sociedade civil em relação aos eventos políticos e aos projetos políticos em disputa. Durante esse período, a cobertura da imprensa moldou a maneira como o público percebia questões políticas polêmicas, como os processos de *impeachment*, as eleições presidenciais e as reformas legislativas.

Nesse contexto, a imprensa é entendida nessa análise como ingrediente crucial para o golpe sofrido por Dilma Rousseff e a ascensão política do Bolsonarismo, que vai além de registrar os eventos históricos, mas caracteriza-se como força ativa da história e na luta pelo domínio e construção de uma opinião pública (Danton, 1996).

Ao pensar a funcionalidade social da imprensa, é comum pensar que é a divulgação de informações sobre escândalos políticos, corrupção, protestos e outras questões de interesse público. Entretanto, essa é uma visão simplista do papel da imprensa, que é na visão de Maria Luiza Carneiro (2020) um instrumento de preservação da memória e da intolerância, principalmente da análise de impressos confiscados pelo Estado em um contexto de ditadura e intolerância política.

Mesmo que a autora pense a imprensa no contexto político e social de 1924- 1964, as contribuições para se pensar o papel da imprensa são relevantes em qualquer período histórico. Enquanto uma ferramenta de classe, disseminadora de conhecimento e novas culturas, mas também, enquanto ferramenta elitizada aumento as diferenças sociais e o acesso e difusão de conhecimento e cultura, através do viés dado a cobertura de determinados fatos, tem o poder de estereotipar determinados grupos e principalmente a dar enfoque a interesses que representam determinados grupos ou projetos político, por exemplo.

Nesse sentido, a imprensa desempenha um papel importante na construção de narrativas históricas, influenciando a maneira como os eventos políticos e sociais são interpretados e lembrados ao longo do tempo, além de influenciar comportamentos. A cobertura da imprensa entre 2015 e 2018 contribuiu para a formação de narrativas sobre os desafios democráticos, a polarização política e os movimentos de contestação que marcaram esse período, além de fermentar manifestações da nova direita em que “o discurso da imprensa e do Estado bebiam da mesma fonte” (Carneiro, 2020, p. 18).

A criação de narrativas é função revolucionária. Como bem argumentam Robert Darnton e Daniel Roche (1996), a imprensa é então um veículo de difusão de ideias revolucionárias e catalisadoras da mobilização popular e da formação da opinião pública. Dentre os autores que contribuíram para a essa construção narrativa, Raymond Birn (1996) constrói um panorama de análise essencial para reflexão sobre uma imprensa livre e um tempo de silenciamento da imprensa, em que cabia ao Estado Absoluto autorizar o que poderia ou não ser publicado, aquilo que o autor identifica como uma censura preventiva e repressiva aplicada para assegurar os princípios fundamentais da ordem social e da autoridade legítima.

Seria então possível, desse modo, estabelecer essa relação inversa ao pensar o contexto político da ascensão da nova direita em 2018? Não houve uma censura preventiva ou repressiva em relação aos discursos pró mercado e o radicalismo? Acredita-se e defende-se que esse controle não seria possível, em virtude dos valores democráticos e do advento da internet que se mostrou um desdobramento significativo na difusão de conhecimento, criação de consenso, mobilização e engajamento cívico.

Os impressos, no período de análise dos autores Darnton e Daniel Roche (1996), atualmente energizam a opinião pública e tornam possível os movimentos políticos. Além disso, os meios de comunicação são inseridos em uma lógica do capital. Com a expansão do capitalismo e a globalização, grandes conglomerados midiáticos passaram a controlar veículos de comunicação. Esses grupos têm interesses em setores como telecomunicações, indústria, finanças e publicidade, condição que gera conflito de interesses entre o jornalismo e a defesa de seus próprios interesses.

As reflexões de Antônio Gramsci (2012) conduziram a interpretação aqui apresentada. A política se estabelece a partir da disputa de projetos e pela busca da hegemonia. A concepção ampliada de Estado, do pensador italiano, que propõe à junção de Sociedade Política e Sociedade Civil nas chamadas sociedades de tipo ocidental ocorre de modo equilibrado e a luta de classes tem como terreno decisivo os Aparelhos Privados de Hegemônia.

Dessa forma, o Estado e a sociedade civil são compostos por uma variedade de instituições e estruturas que desempenham papéis diferentes na reprodução e manutenção do poder. Enquanto o "aparelho estatal" se refere às instituições de coerção física, como as forças armadas e a polícia, o Aparelho Privado de Hegemonia se refere às instituições e práticas que exercem influência ideológica e cultural sobre a população. Isso inclui instituições como a igreja, a escola, os meios de comunicação, a família e outros espaços onde ocorre a socialização e a transmissão de valores, crenças e ideias (Gramsci, 2012).

Na medida em que visam à obtenção do poder político-ideológico através do consenso, as mídias nacionais configuram-se como Aparelhos Privados de Hegemonia e durante os governos Dilma Rousseff e suas crises de governabilidade, o impeachment e suas consequências que culminaram na eleição de Jair Bolsonaro em 2018, atuam decisivamente na nacionalização de projetos políticos que defendiam e representavam os interesses de frações da classe dominante.

Assim, a retirada de Rousseff do poder em 2016 representou o interrompimento do governo petista, aprovado nas urnas, para a chegada ao poder do governo do PMDB legítimo representante do projeto neoliberal, representado por Michel Temer, vice de Dilma Rousseff (Demier, 2014) e a polarização política representada entre os discursos das esquerdas e da nova direita no país. A busca pelo poder político e ideológico ocorre através da conquista da hegemonia e do embate entre projetos que pretendem tornar-se hegemônicos, ou seja, a sociedade é movida pelo embate de projetos, em cujo epicentro encontra-se a atuação da imprensa e no período em análise, das mídias sociais.

Nesse contexto, os Aparelhos Privados de Hegemonia são “organismos sociais privados, o que significa que a adesão aos mesmos é voluntária e não coercitiva, tornando-os assim relativamente autônomos em face do Estado em sentido restrito” (Gramsci, 2012, p. 42). Apesar desse seu caráter voluntário ou contratual, eles têm uma indiscutível dimensão pública, na medida em que são parte integrante das relações de poder na sociedade em virtude da função de criação de consenso em torno de projetos que consideram representativos de suas frações de classe.

Desse modo, a função do aparelho privado de hegemonia é moldar as percepções, valores e identidades dos indivíduos de maneira a garantir a aceitação e legitimação do status quo dominante. Ao disseminar uma visão de mundo que beneficia os interesses das classes dominantes, essas instituições contribuem para a manutenção da ordem social existente.

Para Gramsci, a luta política não se limita apenas ao controle do Estado, mas também envolve a batalha pela hegemonia cultural. Assim, os movimentos sociais e políticos que buscam a transformação social precisam não apenas desafiar o poder do Estado, mas também contestar e subverter a dominação exercida pelo aparelho privado de hegemonia, promovendo novas ideias, valores e formas de organização social.

Portanto, durante a ascensão da nova direita no Brasil, a imprensa desempenhou um papel significativo na disseminação de ideias conservadoras, promovendo discursos e narrativas que favoreciam os interesses e agendas políticas da direita. Isso incluiu a cobertura tendenciosa

de eventos políticos, a promoção de determinadas lideranças e partidos políticos, e a difusão de valores e ideologias alinhadas com a visão conservadora.

Assim, exercendo influência ideológica sobre a sociedade civil e contribuindo para a reprodução do *status quo* dominante, a imprensa, ao promover uma visão de mundo que beneficia os interesses da elite política e econômica, configurou-se como ferramenta de legitimação e consolidação do poder da nova direita pós 2013, reforçando sua hegemonia cultural.

Essa constatação, entretanto, não quer dizer que não houve resistência a esse movimento contra hegemônico, uma vez que a luta política e cultural toma o centro a partir da visão gramsciana para a transformação social. A contestação da dominação exercida pela imprensa e pela nova direita aconteceu através dos movimentos sociais, organizações da sociedade civil e iniciativas de mídia alternativa que desafiaram as narrativas conservadoras e ofereceram uma visão alternativa da realidade política e social do Brasil, entretanto, que não foram suficientes para barrar a hegemonia das direitas.

Na prerrogativa de Selva Guimarães Fonseca (2011), a imprensa é entendida como um grupo de meios de comunicação que envolvem mensagem e recepção, de diversas formas, cuja manipulação dos elementos simbólicos é sua característica central e que concebe uma forma de poder que, nas sociedades “de massa”, possui papéis extremamente significativos. Pode-se observar similaridade com pontos de análise da teoria gramsciana sobre o papel da mídia na construção e manutenção do poder político e cultural.

Assim como Gramsci, Selva Guimarães Fonseca reconhece a importância da imprensa como um instrumento de hegemonia cultural ao argumentar que a mídia desempenha um papel crucial na disseminação de ideologias e na influência sobre a opinião pública, moldando percepções e comportamentos. Fonseca também destaca como a mídia pode ser instrumentalizada pelos grupos dominantes para promover suas agendas políticas e econômicas, exercendo influência sobre os processos políticos e sociais. Esses processos são:

(...) relacionados principalmente à contribuição de formação das agendas públicas e governamentais; à intermediação das relações sociais entre grupos distintos que disputam o controle do Estado, embora as grandes empresas de comunicação objetivam o lucro e ajam segundo a lógica e os interesses privados dos grupos que representam; à influência sobre a opinião de inúmeras pessoas sobre temas específicos (Capelato, 1988, p. 36).

Nesse sentido, a mídia, como nos afirma Maria Helena Capelato, emerge como componente importante da construção do cenário político nacional e na construção da identidade nacional brasileira, contribuindo para a difusão de ideias e valores que moldaram a percepção de pertencimento à nação. Dentre as hipóteses apresentadas por Capelato, três

assumem destaque que são a imprensa e processos de modernização refletindo e contribuindo para mudanças sociais, políticas e culturais ao longo do tempo.

A relação entre imprensa e poder político, reflete sobre a mídia utilizada como instrumento de legitimação e contestação de governos e regimes políticos ao longo da história do país. Além da pluralidade de vozes na imprensa e perspectivas presentes na imprensa brasileira, investigando como diferentes grupos sociais foram representados e interpretados pelos meios de comunicação.

A imprensa no Brasil sempre se impôs como uma força política e através dela se trava uma batalha, segundo a autora, pela mente e corações da sociedade. Nesse sentido, a objetividade é buscar adeptos para as causas ou projetos defendidos, sejam empresariais ou políticos e o método para isso é diversificado, indo da diagramação e disposição dos recursos gráficos e linguísticos ao sensacionalismo visando o lucro ou para fins políticos (Capelato, 1994). Segundo a autora é preciso ter a presente percepção na análise sobre a imprensa no Brasil:

É preciso considerar, contudo, que a empresa jornalística coloca no mercado um produto muito específico a se levar em conta- o público e o privado- (o público relaciona-se ao aspecto político; o privado ao empresarial. A informação é um direito público, mas o jornalismo é, geralmente, uma atividade exercida no setor privado (Capelato, 1994, p. 18).

A partir disso, a imprensa é considerada enquanto empresa e sua mercadoria é a notícia. Nesse sentido, as contribuições de Capelato versam sobre a consideração da imprensa em suas dimensões comerciais e econômicas, além de suas funções sociais e políticas. Se a função da imprensa é garantir o acesso à informação enquanto direito público, enquanto empresa que serve ao capital, o objetivo também é o lucro.

Nessa relação então nasce a problemática: Como pode a imprensa realizar uma crítica a essa sociedade se está diretamente ligada a esse sistema? (Capelato, 1994). A resposta a essa questão apresenta-se de modo simples, não existe imparcialidade. Tanto autoridades políticas quanto opositores, sempre tiveram consciência da força da palavra e da imagem, e a circulação delas para reelaborar valores e gerar novas dimensões sociais (Carneiro, 2020).

Além disso, pensar a imprensa televisiva ou impressa significa pensar as variáveis que envolvem a seleção e veiculação das notícias. A arbitrariedade na inclusão e justaposição das matérias, por exemplo, durante as campanhas eleitorais ou crise de hegemonia, indicam não apenas a necessidade de manter a população informada, mas também o posicionamento do veículo em relação aos projetos políticos com maior ou menor destaque dado às matérias.

Também contribuindo para o debate sobre a imprensa e sua dimensão social e política, Benedict Anderson (2008) explora a natureza e o surgimento do nacionalismo moderno e para a construção de suas análises apresenta o conceito de "comunidade imaginada" para descrever as nações como construções sociais imaginadas, que transcendem as interações face a face e proporcionam um senso de identidade compartilhada entre seus membros.

Nessa conjuntura, a ascensão do nacionalismo está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento da imprensa e à disseminação da língua vernácula, que permitiram a criação de um espaço público compartilhado onde as pessoas podiam imaginar-se como parte de uma comunidade nacional.

Além disso, para Anderson, a noção de tempo e a ideia de pertencimento a uma mesma narrativa histórica foram fundamentais para a formação das comunidades imaginadas, possíveis através da imprensa. Ao examinar casos de nacionalismo em diferentes partes do mundo, o autor oferece uma análise abrangente sobre como as nações são construídas, imaginadas e mantidas, contribuindo assim para uma compreensão mais profunda do fenômeno do nacionalismo moderno.

Os jornais, por exemplo, são o que o autor chama de "formas de criação imaginária" que representam o meio técnico para "representar" o tipo de comunidade imaginada correspondente à nação. Ou seja, é necessária a percepção de que um projeto de nação e a gestação desse projeto dar-se-á através da imprensa. Logo, a mídia é um produto cultural e, sobretudo, tem caráter nacional.

A leitura das notícias é apresentada por Benedict Anderson como uma "cerimônia de massa" (Anderson, 2008, p. 68) praticada por milhares simultaneamente. Então, em um contexto de nacionalização de um projeto político específico ou de crise governamental, essa cerimônia é importante para a divulgação de medidas de contenção da crise ou de mudança de representação de projetos políticos.

Realizando uma constatação importante sobre a imprensa, encontram-se similaridade nas análises de Capelato e Fonseca, "se o conhecimento pelos manuscritos era um saber restrito e arcaico, o conhecimento pela imprensa vivia da reprodutibilidade e da disseminação, na lógica capitalista e principalmente enquanto ingrediente de fermentação política e social" (Anderson, 2008, p. 71). Durante o período analisado pelo autor, nos séculos XVIII e XIX, a imprensa já se constituía como uma grande indústria controlada por capitalistas ricos, e isso demonstra o seu reflexo historiográfico e sua importância no contexto de lutas de classes.

Nessa mesma prerrogativa, Cruz e Rosário (2007) apontam que além de força ativa na história, a imprensa e a mídia são reflexo da historicidade com linguagem constitutiva do

social, com peculiaridades próprias. É necessário refletir sobre a mídia como força ativa do capitalismo e não apenas como repositório de acontecimentos sem manter relação com os fatos que noticia, assim como aponta Capelato em sua análise. Desse modo, nas pesquisas que se constroem a partir da utilização da imprensa como fonte é preciso desvendar as relações entre a imprensa e a sociedade e os movimentos de construção e instituição social que esta relação propõe.

Ao analisar os governos Dilma Rousseff e o golpe que possibilitou a chegada ao Estado Restrito de Jair Bolsonaro através dos meios de comunicação é possível perceber como a luta pelo poder está diretamente associada à construção de uma opinião pública. A construção das campanhas, o contexto político e econômico dos dois períodos, os embates de projetos durante as campanhas e durante os governos, a proliferação das chamadas *Fakes News*, são vertentes que explicam o dinamismo do movimento contra hegemônico do período.

Ou seja, as "lutas simbólicas", enquanto conflitos e competições que ocorrem no campo simbólico, ou seja, no âmbito das representações, das práticas culturais e das formas de comunicação que não são apenas sobre poder material ou político, mas também sobre a imposição e legitimação de significados, valores e identidades (Chartier, 1989).

Ao pensar o conceito Roger Chartier, essas lutas acontecem em diversos contextos e envolvem diferentes agentes sociais, como intelectuais, artistas, políticos, instituições religiosas, entre outros e visam a disputa pela hegemonia cultural e a imposição de determinadas visões de mundo sobre outras. Durante as ações dos movimentos contra hegemônicos realizados pela nova direita era comum a presença de agentes sociais que legitimam os discursos e pautas defendidas pela direita brasileira em oposição ao projeto das esquerdas e a construção de representações, disputas de autoridades interpretativas e negociação de significados (Chartier, 1989).

A contribuição de Chartier para essa análise é a transcendência do campo simbólico na produção e reprodução do poder e da identidade. Destacando como as representações culturais são arenas de conflito e competição, onde diferentes interesses e visões de mundo se confrontam e se entrelaçam, moldando assim as práticas e os significados da sociedade e a disputa pela opinião pública ou aquilo que se tornará opinião pública.

Em análise sobre o conceito de opinião pública, Marco Morel (2009), apresentando a emergência e a evolução do conceito de opinião pública na França do século XVIII e sua relação com a imprensa, o autor destaca como a imprensa, especialmente os jornais e panfletos políticos, tornou-se um canal importante para a circulação de ideias e opiniões entre os cidadãos. Ele examina como os escritores e jornalistas utilizaram a imprensa como meio de

influenciar a opinião pública, promovendo determinadas visões políticas e mobilizando o apoio popular para suas causas.

E desse modo, definido o termo como um “recurso para a legitimação de práticas políticas, como operações simbólicas de transformar opiniões individuais ou setoriais em opinião geral” (Morel, 2009, p. 200). Nessa atribuição, a imprensa contribuiu para a construção da noção de opinião pública como uma força política legítima e influente, estimulando a disseminação de informações e debates políticos e sociais que se tornam de interesse comum intencionalmente.

Durante a crise política, houve uma intensificação do debate público e da participação cívica por parte da população brasileira. As pessoas expressaram suas opiniões, demandas e insatisfações por meio de protestos de rua, manifestações *online* e debates nas redes sociais. Esse engajamento demonstrou a abrangência do debate político e a pressão das classes sociais, fato que influenciou o curso dos acontecimentos políticos refletidos na eleição de 2018.

Desse modo, a mídia desempenhou um papel crucial na estruturação ideológica da opinião durante a crise política. Veículos de comunicação tradicionais, como jornais, revistas e emissoras de TV, forneceram cobertura extensiva dos escândalos de corrupção, investigações e eventos políticos, influenciando a percepção do público sobre os acontecimentos. Em contraponto, a disseminação de desinformação, notícias falsas e narrativas polarizadas nas redes sociais complicou o ambiente informacional, dificultando a compreensão precisa dos eventos políticos e suas implicações.

Nesse contexto, a crise política gerou divisões políticas a partir daquilo que foi transformado em opinião pública brasileira. Enquanto alguns apoiavam o governo de Dilma Rousseff e criticavam o processo de *impeachment* como um golpe político, outros manifestaram apoio ao processo de afastamento e exigiam mudanças no governo. Essas divergências refletiam diferentes visões políticas e interpretações dos eventos.

Com o advento dessas circunstâncias, a imprensa aqui não é posta como uma fonte de verdades sobre os períodos analisados, mas é vista como uma importante ferramenta de discussão da realidade contemporânea e da criação de consenso sobre projetos em disputa e suas representações. Através da imprensa, pode-se discutir o social, o político e o econômico dentro de um período pré-determinado para estudo e os agentes participantes dos processos sociais. Ainda é possível a percepção do papel dos meios de comunicação na construção do imaginário e memórias históricas (Kreniski, 2011; Ballmann; Aguiar, 2016).

Segundo Bruno Bontempi Júnior e Carolina Mostaro Neves da Silva (2019), a relevância do periodismo para o estudo das ideias, instituições, sociedades, das nações e suas

relações ocorre em virtude da percepção de que a imprensa configura-se como um veículo de projetos, um instrumento de debate e construção de valores, e por isso, um dos principais meios de fazer política e de reproduzir e construir imagens da sociedade.

Assim, a análise não se detém em apontar que os meios de comunicação utilizados apresentavam determinada opinião sobre os governos Rouseff e os governos pós *impeachment*, mas destacar que a atuação desses meios de comunicação delimitou espaços, demarcou temas e construiu adesões e consensos a cada projeto político (Cruz; Rosário, 2007).

Além disso, ao analisar as vertentes explicativas para a crise política brasileira de 2015, na gestação do golpe sofrido por Dilma Rouseff e a ascensão da extrema direita no Brasil é preciso considerar o papel da imprensa tradicional, da internet e das redes sociais no contexto de crise política, destacando as complexidades da cobertura midiática e seu impacto naquilo que é considerado opinião pública e na vida política do Brasil.

## **2.2 A Internet e as Redes Sociais: novos espaços para discussão política**

A modernidade trouxe consigo uma série de transformações sociais, econômicas e políticas que influenciaram diretamente o surgimento das mídias. Com o advento da Revolução Industrial, houve um aumento significativo na urbanização, alfabetização e conectividade entre as pessoas. Isso criou uma demanda por informações e entretenimento em larga escala, impulsionando o desenvolvimento de mídias impressas, como jornais e revistas, para atender a essa necessidade crescente (Sodré, 1994).

Além disso, a modernidade viu avanços tecnológicos significativos, como a invenção do telégrafo, do telefone e, mais tarde, do rádio e da televisão. Essas inovações permitiram a disseminação rápida de informações e ideias, bem como a criação de novas formas de comunicação em massa. As mídias tornaram-se não apenas veículos de entretenimento, mas também poderosas ferramentas políticas, capazes de moldar opiniões, influenciar eleições e mobilizar massas (Mcluhan, 1964).

Na esfera política, as mídias desempenham um papel crucial na formação da opinião pública e na mediação do debate político. Elas fornecem um espaço para a discussão de questões sociais e políticas, bem como, para a divulgação de ideias e programas de governo. No entanto, também podem ser utilizadas como instrumentos de propaganda e manipulação, especialmente em regimes autoritários ou democracias frágeis (Cruz; Rosário, 2007).

Assim, a relação entre modernidade, mídias e política é complexa e reflete as mudanças sociais e tecnológicas que caracterizaram esse período histórico. As mídias modernas

desempenham um papel central na vida política contemporânea, moldando a forma como os indivíduos percebem o mundo e participam do processo democrático (Mcluhan, 1964). Para essa abordagem, é necessário então definir a diferença entre Imprensa e Mídias para melhor entendimento do contexto político em análise neste estudo. Isso porque a internet e as redes sociais tiveram atuação considerável na crise política e na ascensão da extrema direita no Brasil.

De acordo com Venício de Lima (2004), a mídia é um conjunto de instituições que utilizam tecnologias específicas para realizar a comunicação humana. Essas instituições constituem-se como um importante símbolo da modernidade e possuem como características a unidirecionalidade e a produção centralizada, integrada e padronizada dos conteúdos abordados. Desse modo, as mídias são redes de televisão, gratuitas ou não, jornais, rádios e revistas, cinema, e tantas outras formas de comunicação institucionalizadas que utilizam recursos tecnológicos na chamada comunicação de massa.

As transformações na esfera pública que ocorrem em virtude da relação entre comunicação de massa e poder só é possível em virtude da proliferação da mídia e suas dinâmicas de consumo cultural em uma sociedade cada vez mais influenciada pela tecnologia (Sodré, 1994).

De acordo com a análise dessa relação entre comunicação de massa e poder, Muniz Sodré destaca a transição das mídias tradicionais, como o jornal impresso e o rádio, para as mídias digitais e *online*, e como essas mudanças afetam a forma como as informações são produzidas, distribuídas e consumidas. Esse processo modifica as experiências comunicativas e possibilita novas formas de interação e participação social.

Nesse contexto, as grandes corporações de comunicação exercem poder e influência em escala global, moldando a percepção pública e as agendas políticas. Além disso, a questão de controle e democratização da mídia, é uma vertente importante de análise, para o autor a defesa do acesso equitativo à informação e à participação na esfera pública mediada pela mídia é fundamental (Sodré, 1994).

O papel de centralidade nas novas dinâmicas sociais ocupado pela mídia permeia diversos processos e esferas sociais, sobretudo a política. Desse modo, o papel mais importante que a mídia desempenha decorre do poder de longo prazo que ela tem na construção da realidade. É através da mídia que a política é construída simbolicamente e adquire um significado (Lima, 2004, p. 51).

Daí, nota-se o entendimento da mídia enquanto ingrediente histórico e objeto de análise das construções de realidade e criação de consenso nas sociedades contemporâneas. Por vezes utilizadas por grupos antagônicos, mas também, como apontou Maria Luiza Carneiro

(2020), pelo Estado para doutrinar e garantir a sua continuidade no poder, utilizando ferramentas da mediação para a construção de imagem de nação e de povo.

Complementa-se então, que a mídia, deve ser entendida como um grupo de meios de comunicação que envolvem mensagem e recepção e disputa de poder, sobretudo, na formação de agendas públicas (Fonseca, 2011). Durante a gestação do golpe e durante a campanha eleitoral de 2018, grupos de oposição governamental se organizaram e construíram uma agenda de discussão política nas plataformas digitais, escancarando a polarização política que dividia o país. Os embates entre simpatizantes dos projetos em disputa mostraram uma forma de mobilizar os eleitores e criaram grupos de pertencimentos durante a criação de consenso para o afastamento de Dilma Rousseff, bem como, durante a campanha presidencial de 2018 (Oliveira, 2016).

Outro aspecto relevante da mídia e sua relação política é exatamente a não existência da política sem os meios de comunicação. Uma vez que, os processos democráticos, são entendidos por se constituírem enquanto processos públicos e visíveis, e isso só ocorre através da definição do que é público pela mídia (Lima, 2004). Então, se a mídia é capaz de definir o que é publicizado, possuiu um poder indiscutível de construir governos e destituí-los.

Como exemplo, pode-se citar a atuação da mídia na “Campanha das Diretas Já” (1984) em que desempenhou papel crucial na mobilização popular e a cobertura televisiva e jornalística do movimento foi fundamental para disseminar a mensagem e mobilizar milhões de brasileiros em favor da redemocratização do país.

Além da atuação no *impeachment* de Fernando Collor de Mello (1992) através da exposição dos escândalos de corrupção que levaram ao *impeachment*, aumentando a pressão pública sobre o governo e contribuindo para sua queda. Outro exemplo, mas recente e tão impactante quanto, a cobertura midiática da Operação Lava Jato (2014), que se tornou uma investigação de corrupção em grande escala que envolveu políticos, empresários e empreiteiras de grande porte, e com consequências diretas para a crise governamental de Dilma Rousseff.

A partir dos três exemplos expostos constata-se o que a mídia foi atuante em todos esses processos políticos como defensora de projetos que entende ser melhor para a sociedade e em virtude disso, agindo enquanto Aparelho Privado de Hegemonia. Além disso, ao construir agendas públicas, gerar e transmitir informações políticas, fiscalizar as ações de governo, exercer a crítica das políticas públicas e canalizar a demanda da população (Lima, 2005), a mídia é inserida em uma lógica de poder social.

Nesse enquadramento, a mídia pode exercer influência ideológica e cultural de uma forma difusa e abrangente, a partir da hegemonia cultural, que se refere à dominação de uma

classe sobre as ideias, valores e normas de uma sociedade. no sentido gramsciano, pois exerce poder e influência na esfera pública, moldando a opinião pública e promovendo determinadas agendas políticas e ideológicas.

No entanto, ao contrário dos partidos políticos convencionais, a mídia muitas vezes não está organizada formalmente em torno de uma plataforma política específica ou de interesses de classe definidos. Em vez disso, a mídia é composta por uma variedade de organizações, empresas e indivíduos com diferentes perspectivas e agendas, e sua influência pode ser exercida de maneiras sutis e muitas vezes invisíveis, outras vezes de modo escancarado.

Ao analisar a atuação da mídia no contexto histórico brasileiro é possível inferir que esta tomou protagonismo no âmbito político mudando radicalmente as relações estabelecidas durante as campanhas eleitorais e os governos. Isso pode ser explicado pelas características históricas específicas do sistema midiático brasileiro e a concentração das propriedades de comunicação no Brasil. Entre as especificidades é possível apontar a oligopólios midiáticos, como os analisados nesse estudo, controlados por grupos familiares vinculados à elite política nacional e regionais, o viés ideológico que manipula a opinião pública, além do acesso desigual à informação (Lima, 2004).

O acesso desigual à informação é uma barreira que vem sendo ultrapassada pela ampliação do acesso à internet, como uma ferramenta que assim como a televisão conseguiu modificar significativamente as relações entre emissor e receptor das mensagens, embora a desigualdade social ainda seja uma questão latente no país, há segundo Jussara Borges e Othon Jambeiro (2016), um progresso no uso da internet para a participação política e de organizações da sociedade civil no Brasil. Para os autores, “a associação da Internet como um instrumento de democratização vem da sua capacidade de potencializar o acesso à informação e à comunicação multidirecional” (Borges; Jambeiro, 2016).

Essa capacidade de potencializar o acesso faz com que a internet seja entendida no modelo de democracia liberal como um meio poderoso para o cidadão ter acesso à informação, entretanto, essa publicidade de informação não é isenta. As *big techs*, empresas que dominam o mercado de tecnologias defendem e atuam como “agentes do caos”. É através da rede que: “grupos excluídos têm se apropriado das tecnologias para estabelecer laços e se fortalecer (...) a intensificação exponencial das relações transfronteiriças e as novas tecnologias de informação e comunicação produziram alterações profundas nas escalas espaciais e temporais da ação social.” (Borges; Jambeiro, 2016, p. 77).

Pensando o uso feito da internet por organizações civis, os autores traçam paralelos importantes que refletem na atuação dos institutos e organizações civis que dirigem os movimentos pró *impeachment* e as campanhas personalistas que resultam no governo de extrema direita bolsonarista, adotado cada vez mais ferramentas *online*, como *websites*, redes sociais e plataformas de financiamento coletivo para alcançar seus objetivos políticos e ampliar seu alcance (Borges; Jambeiro, 2016).

Para mais, é relevante a prerrogativa de facilitação da comunicação interna dessas organizações para a coordenação de atividades e a colaboração entre membros de organizações dispersas geograficamente, bem como, a mobilização de apoiadores, recruta de voluntários e ampliação de bases de apoio e a transformação da esfera pública (Borges; Jambeiro, 2016).

Nesse sentido, a internet está democratizando o acesso à informação e ampliando o espaço para o debate político e a participação cívica, panorama que aponta para seu papel democratizante, entretanto, quando se faz o recorte para análise da conjuntura política de 2015 a 2018, a rede apresenta-se como espaço de radicalização e polarização política em um mecanismo de ascensão pós 2013.

Segundo Emerson Urizzi Cervi (2017), observa-se nos últimos anos que o debate público tradicional das sociedades de massa realizado nos meios eletrônicos como rádio, televisão e nos impressos, jornais diários e revistas e passando pela web com as plataformas digitais refletem os conteúdos produzidos pelas elites políticas e sociais dos meios tradicionais para os, então chamados, “novos meios”; até chegar à pós-web, que são as redes sociais digitais. Essa transmutação possibilita a participação irrestrita e permanente de todos os agentes públicos interessados no debate.

Desse modo, a rede possibilitou a ampliação do acesso, compartilhamento de ideologias e comentários não apenas como um espaço novo para o debate eleitoral, mas também reconfigurou toda a forma desse debate. E faz surgir o que Cervi chama de o “web debatedor” que atua principalmente em comunidades digitais. Contribuindo com o debate construído sobre a atuação das novas direitas nas comunidades do *Orkut*, *Facebook* e *Twitter* depois migrando para os movimentos sociais de militância contra o partido dos trabalhadores em 2013 e nas campanhas pró *impeachment* de Dilma Rousseff.

Precisamente, o Web debatedor é “um usuário de informações que reforçam suas posições em favor de um candidato e contra outros e não um buscador de informações para formar suas posições a respeito dos candidatos” (Cervi, 2017, p. 20). Esses indivíduos podem ser identificados no contexto político analisado tanto entre os representantes da posição quanto da oposição.

Refletindo sobre esse debate político *online*, Michele Goulart Massuchin *et. al.* (2017), aponta que do mesmo modo que o público está presente na internet, os veículos de comunicação acabaram por ocupar este espaço como forma de se aproximarem de seus leitores através desse novo mecanismo de interação através dos portais de notícias e das redes sociais e nessa prerrogativa, o web debatedor identificado por Cervi, para os autores, apresenta-se como web leitor. Assim:

Deve-se admitir que a internet muda, em alguma dimensão, a relação entre jornais e audiência, e os sites de redes sociais são um fenômeno crucial para a compreensão de discussões políticas de interesse geral e [...] o Facebook, como exemplo mais representativo no contexto atual, ocupa um lugar de destaque perante a circulação de informação política (Mussuchin *et. al.* 2017, p. 41).

Nesse contexto, o eleitor deixa de ser receptor e passa a ser produtor de conteúdo através das publicações em defesa ou contrários aos candidatos e comentários nas publicações em redes sociais e portais de notícias. Segundo Janssen e Kies (2004), as possibilidades interativas da internet rompem barreiras, como as implicações demográficas, e com diferenças significativas em relação aos meios tradicionais de comunicação. Por existir presença e circulação de informações, existe também um espaço para debate menos centralizado, mais aberto, sem limitação geográfica e temporal e permitem aos indivíduos maior liberdade para expressar suas opiniões no chamado ciberativismo.

Para Raul Nunes (2019), o ciberativismo é uma forma de ativismo político que utiliza as tecnologias da informação e comunicação para mobilizar e organizar ações políticas e sociais e que têm na internet seu meio principal de ação. O autor apresenta a ampliação da rede em 1980 como um marco para esse processo que se observa hoje, durante um período, que coincide com o período de abertura política democracia no país e a internet foi utilizada como ferramenta de reorganização social, mesmo que ainda limitada a algumas organizações sociais e a universidades.

Entretanto, até a metade dos anos 1990, boa parte do conteúdo *offline* já havia ganhado sua versão virtual, especificamente até 1995, ano que se configura como marco da comercialização da internet no Brasil e sua utilização apresenta-se não apenas como transposição de conteúdo *offline* para o ambiente virtual, mas como criação de conteúdos originais para esse meio (Nunes, 2019). A partir desse momento, observa-se uma crescente de usuários e conseqüentemente o aumento do seu uso para discussões políticas.

Além disso, é preciso ressaltar a diversidade de atores encontrados nessa nova dinâmica de discussão política, que incluem grupos ativistas, *hackers*, blogueiros, jornalistas, cidadãos, desenvolvedores de *software* livre que atuam desde a organização de protestos *online*

a criação de plataformas e ferramentas digitais para promover mudanças sociais (Nunes, 2019). Nesse sentido, jornalistas profissionais e militantes, ligados a partidos e sindicatos, foram fundamentais para a construção desse ecossistema midiático de ativistas políticos que se apresenta como ferramenta importante para os acontecimentos políticos contemporâneos.

Entretanto, apesar do viés positivo de ampliação de acesso à informação e diversidade de atores político e seu aspecto democrático, o debate político nas redes segundo Cláudio Luís de Camargo Penteado e Geraldo Cruz Jr. (2019), apresenta prerrogativas que devem também ser pontuadas como a disseminação de desinformação, o controle de algoritmos, a vigilância digital e a polarização política. Bem como, as tendências emergentes, como o uso de inteligência artificial, análises de dados e serviços financeiros de criptomoedas na política *online*.

Diferente do que ocorria em pleitos anteriores, em que a televisão foi a principal ferramenta de nacionalização do projeto e debate político, a internet transforma as relações sociais e o modo de fazer campanha e política, de modo geral, suas ferramentas são utilizadas para alcançar um público maior e com mais rapidez.

Essa condição foi perceptível durante a campanha de 2014, que embora o Horário Gratuito Político Eleitoral possuísse destaque, os canais na internet dos candidatos foram aliados para que a população buscasse mais informações sobre as propostas e a agenda eleitoral. Por conta disso, o Tribunal eleitoral expediu um complemento da Lei 9.504 de 1997, a Resolução 23.404 que deu as diretrizes para a propaganda eleitoral realizada em 2014.

De acordo com a resolução, as propagandas eleitorais na internet só foram permitidas após 5 de julho de 2014, e devendo ser dispostas em sítio eletrônico do candidato, com endereço eletrônico comunicado previamente a justiça eleitoral, podendo ocorrer através de blog, rede sociais, sítios de mensagens instantâneas desde que aconteçam de acordo com a Lei (Brasil, 2014).

Em análise sobre a campanha eleitoral de 2014, Oliveira (2016) aponta que houve uma mudança no modelo de propaganda política na disputa eleitoral em virtude de outras formas de acesso ao eleitorado que não apenas a televisão, embora o HGPE no rádio e na televisão continuem sendo um mecanismo importante de tentativa de criação de consenso. Com o advento da internet, a disputa foi intensificada, segundo o autor, durante os cinco pleitos anteriores (1994, 1998, 2002, 2006, 2010) a polaridade se deu entre PT e PSDB e em 2014 essa polaridade se estabeleceu entre todos os candidatos.

Isso ocorreu pelo uso da internet como mecanismo de burlar o pouco tempo no HGPE na televisão e no rádio e isso possibilitou maior visibilidade aos demais candidatos. Entretanto,

a disseminação de desinformação também foi mais expressiva com diversos casos de notícias fabricadas sendo compartilhados nas redes sociais para moldar uma opinião pública e prejudicar adversários políticos.

Além das campanhas de difamação, em que candidatos e grupos políticos utilizaram a internet para lançar campanhas de ataques pessoais contra oponentes, visando desacreditá-los e minar sua reputação perante os eleitores. Ocorreu o acirramento da polarização política nas redes sociais, com debates acalorados e confrontos entre apoiadores de diferentes candidatos, muitas vezes levando a discursos de ódio, intolerância e radicalização ideológica.

Segundo Oliveira (2016), os embates entre simpatizantes dos projetos em disputa na eleição de 2014 mostraram uma forma de mobilizar os eleitores e criaram grupos de pertencimentos de determinados candidatos, além de servir para intensificar a campanha negativa dos adversários (Oliveira, 2016). Nesse contexto, o eleitor deixa de ser receptor e passa a ser produtor de conteúdo através das publicações em defesa ou contrários aos candidatos.

Essa situação se intensificou durante o processo de gestação de golpe sofrido por Dilma Rousseff em 2016, em que as campanhas difamatórias tomaram a centralidade do debate público nas redes sociais. Esta campanha foi impulsionada por diversos setores da sociedade, incluindo políticos da oposição, grupos de interesse, parte da mídia e membros da sociedade civil insatisfeitos com o governo (Moreira; Veronez, 2021).

Essa campanha de difamação foi marcada por uma série de narrativas negativas, que incluíam acusações de corrupção, incompetência administrativa e irresponsabilidade fiscal por parte do governo. Essas narrativas foram amplamente disseminadas através das redes sociais, onde informações muitas vezes distorcidas ou até mesmo falsas eram compartilhadas rapidamente, contribuindo para a formação de uma opinião pública desfavorável ao governo Dilma (Moreira; Veronez, 2021, p. 23).

Além disso, o clima político tenso e polarizado durante o processo de *impeachment* levou ao aumento da retórica de ódio e divisão na sociedade brasileira. Isso se refletiu em manifestações públicas, discursos políticos inflamados e confrontos entre grupos pró e contra o interrompimento do mandato presidencial.

Essa atmosfera de polarização e hostilidade política pavimentou o caminho para a ascensão do candidato Jair Bolsonaro pós golpe. Bolsonaro capitalizou o sentimento de descontentamento com a classe política tradicional e com o PT, apresentando-se como uma alternativa aos partidos estabelecidos, sempre fazendo uso da internet e das redes sociais como principal canal de contato com seu público.

O político não possui nenhum receio em demonstrar seu xenofobismo, racismo, homofobia, sexismo, dentre tantos outros termos que remetem à intolerância e a sua aproximação a uma política fascista. O fato significativo nesse ponto é que os apoiadores do “mito” entendiam e aceitavam esse comportamento e opiniões, defendendo-as inclusive, mesmo sendo consideradas crimes na sociedade brasileira.

Segundo Ronaldo de Almeida (2019), os apoiadores de Jair Bolsonaro constituem uma base mínima mais fiel daquilo que Bolsonaro representa para a sociedade brasileira, o conservadorismo. Uma parcela significativa da burguesia e de setores evangélicos veem no então presidente o fiel representação de uma política arcaica capaz de manter o *status* de dominação que se articula em níveis diferentes, pelo menos em quatro linhas de forças sociais, segundo Almeida: economicamente liberal, moralmente reguladora, punitiva e socialmente intolerante (Almeida, 2019). Assim, representante liberal, discurso moral, punitivo e intolerante foram as marcas do seu governo.

A produção, circulação e transmissão de informação política por meio de redes sociais dialogam com as matrizes teóricas liberal, republicana, deliberativa e sociotécnica. Se inicialmente há um otimismo quanto à entrada de novos atores no fluxo da informação, ao criar um espaço com maior liberdade de informação e engajamento dos usuários, por outro lado as dinâmicas algorítmicas e as formas de apropriação das redes digitais (indeterminação da cultura digital) - que podem ser analisadas pelo viés da matriz sociotécnica - também possibilitaram o crescimento de processos de desinformação e *fake News*, que tensionam os paradigmas da democracia liberal, sustentados no pilar da racionalidade comunicativa (Penteado; Cruz Jr, 2019, p. 113).

Desse modo, a análise crítica dos autores consiste na ideia do uso das redes sociais na política contemporânea e os desafios associados à ação política *online*, sobretudo relacionado à utilização das notícias falsas como base para a construção de consenso em torno de projetos políticos e modelos de sociedade. Logo, as chamadas *fakes news* se inserem no debate sobre ciberativismo de várias maneiras.

Primeiro, elas podem ser usadas como uma ferramenta para manipular a opinião dos indivíduos e influenciar debates políticos nas redes sociais. Isso pode distorcer a percepção da realidade e minar o engajamento cívico. Além disso, podem ser utilizadas para desacreditar ativismos legítimos ou movimentos sociais, minando sua credibilidade e impacto (Penteado; Cruz Jr, 2019).

De acordo com o exposto, é possível a percepção do quanto mídias e políticas estão relacionadas e todo o debate existente nessa relação. Sobretudo no contexto político brasileiro, marcado por crise governamental, embate de projetos e construção de comunidades imaginadas.

Ademais, os apontamentos expressam a importância da metodologia adequada para a análise das fontes que constituem esse estudo, os jornais *Folha de São Paulo* e *O Globo*, em virtude disso, o conceito de mídias será o mais adequado para essa análise, entretanto, não se mudam os aportes teóricos e nem metodológicos para o trato com essas fontes.

A partir da prerrogativa de Capelato (1988), que afirma que a função das mídias é “conquistar corações e mentes”, a análise dessas fontes deve ser realizada pelo historiador de forma crítica e contextualizada. A percepção da apresentação, a técnica, o conteúdo e o título, por exemplo, para que seja extraído o máximo efeito da intenção e da persuasão eficaz dos jornais analisados.

Logo, não devem ser tomados como fontes neutras ou imparciais, mas sim como produtos de um contexto histórico específico, influenciados por interesses políticos, econômicos e culturais, entendendo que na “construção do fato jornalístico interferem não apenas elementos subjetivos de quem produz, mas também os interesses aos quais os jornais estão vinculados” (Capelato, 1988, p.22).

Nesse sentido, a percepção aqui veiculada, é de que as mídias analisadas são documentos fruto da montagem consciente ou inconsciente da sociedade que os produz e do empenho para impor ao futuro determinada imagem dessa sociedade, como aponta Capelato. Nessa conjuntura, busca-se a partir da seleção e análises dos veículos de comunicação identificar: quem produziu? para que? Como e quando? para que seja possível uma análise concisa dos significados explícitos e implícitos e sua representação do real sobre a crise política brasileira, bem como, de seu impacto na construção do debate que se torna público e construção da história.

### **2.3 *O Globo* e *Folha de São Paulo*: agentes catalisadores das tensões Políticas no Brasil**

Os jornais *O Globo* e *Folha de São Paulo* apresentam-se como dois dos principais grupos de mídia do país e, em virtude disso, atuam ativamente no debate político, independente do regime político vigente, mas sempre na criação de consenso sobre o projetos de sociedades alinhados ao monopólio e ao capital estrangeiro (Arêas, 2012).

De modo geral, essas organizações apresentam-se como isentas, cujo único objetivo é manter a sociedade informada sobre os acontecimentos do Brasil e do mundo, “apresentando-se de modo independente e acima dos interesses sociais, observando-os de modo neutro e objetivo” (Arêas, 2012, p. 35). Entretanto, dentro das dinâmicas sociais e a partir do referencial teórico deste estudo, são parte de um sistema de mídia atuando enquanto aparelhos privados de hegemonia e formadores daquilo que se torna opinião pública.

Nesse sentido, a apresentação realizada dos dois periódicos escolhidos para análise nesta pesquisa se justifica por representarem conglomerados de comunicação mais antigos do Brasil e por apresentarem um viés de posicionamento editorial distinto, embora alinhado ao capital e que tem influenciado as dinâmicas sociais e políticas ao longo da história do país.

O jornal *O Globo* faz parte de um dos maiores conglomerados de telecomunicações do país, o Grupo Globo, fundado por Irineu Marinho em 1925 e comandado por mais de oito décadas por Roberto Marinho. Ao longo dos anos, o grupo expandiu suas operações para incluir rádio, televisão, internet e outras mídias. O jornal é um dos mais consumidos: impresso, com total de 6,6 milhões e mais de 878,4 milhões de visualizações no digital, de acordo com pesquisa realizada pela Kantar Ibope Média em 2021.

Esses números demonstram a influência do grupo na massificação de informação, quanto maior o alcance, maior a capacidade de definir sobre o que as pessoas pensam e como pensam (Mello, 2018). Seu fundador, Irineu Marinho, pai do jornalista e empresário Roberto Marinho, nasceu em 19 de junho de 1876, em Niterói, Rio de Janeiro. Filho de pai português e mãe brasileira, teve o primeiro contato com o jornalismo na escola através da fundação do Grêmio Literário Silvio Romero, responsável pela edição do jornal estudantil *O Ensaio*. Quando jovem, atuou como redator revisor e repórter na imprensa do Rio de Janeiro, nos jornais *Diário de Notícias*, *A Notícia*, *A Tribuna* e *a Gazeta de Notícias* (Mello, 2018).

Sempre atuando como jornalista e bem relacionado, em 1911, lançou o jornal *A Noite*, com linguagem acessível, ilustrado com fotografias, charges e caricaturas. As notícias versavam sobre reportagens investigativas e críticas políticas, que renderam ao jornal embates significativos. Defensor do movimento Tenentista (1924), o fundador do impresso chegou a ser preso e a passar uma temporada em autoexílio na Europa, voltando ao Brasil para reivindicar a diminuição de poder de decisão por sócios do jornal no *A Noite*. Nesse período renunciou à presidência e em 29 de julho de 1925, lançou seu novo vespertino, *O Globo*. Na ocasião, 33 jornalistas de *A Noite* o acompanharam. Pouco depois faleceu, e seu filho Roberto Marinho assumiu a direção do Grupo Globo em 1931 (Arêas, 2012).

Em um documento intitulado “carta aos acionistas”, o grupo publiciza o que defende enquanto prática jornalística e os princípios que os conduziram a posições de sucesso. Enquanto jornalismo, o grupo conceitua sua prática como a atividade que permite um primeiro conhecimento de fenômenos, sejam complexos ou simples, com um grau aceitável de fidedignidade e correção, levando-se em conta o momento e as circunstâncias em que ocorrem. É, portanto, uma forma de apreensão da realidade (Globo, 2011).

O grupo coloca a prática jornalística como uma ferramenta de informação e apreensão da realidade que é então repassada à sociedade, tratando o processo como objetivo e isento. Para João Braga Arêas (2012), nessa narrativa apresentada pelo *O Globo*, os jornais estariam prestando um serviço à população, sendo dotados de responsabilidade e com um único objetivo de explicar a realidade para o leitor. Entretanto, essa construção é a representação de si que o jornal procura disseminar.

A representação de si que o jornal procura disseminar também se baseia na noção de “contra-poder” ou “quarto poder”. A mídia vigiaria os poderes, fiscaliza o executivo, o legislativo e o judiciário, tornaria pública as irregularidades. Tratar-se-ia de um agente que, embora desvinculado dos conflitos sociais, teria grande acesso a informações e as divulgaria “do a quem doer, em nome do seu compromisso com o leitor e a “nação”. As denúncias de corrupção terminam por reforçar a ideia de que a imprensa está fora do processo político e dos interesses partidários (Arêas, 2012, p. 36)

Nesse sentido, segundo o impresso, a mídia possui o papel de fiscalizador e se posiciona como antagonista dos poderes estabelecidos, entretanto, isso não pode ser considerado real e sim uma estratégia discursiva para legitimar sua influência. Além disso, a ideia da mídia fora dos processos políticos é contraditória em virtude do histórico de criação de consenso da grande imprensa a projetos políticos no Brasil. A linha editorial do jornal adotava a postura de não vinculação com partidos políticos ou associações de classe, entretanto, seu posicionamento frente a questões políticas é revelador de suas conexões políticas.

No período de 1930 a 1940, já demonstrava ativamente o seu ativismo editorial ao apresentar-se como favorável ao movimento político que leva Vargas ao poder, além de condenar a “Intentona Comunista de 1935”. No contexto da Segunda Guerra Mundial, o jornal defendeu o rompimento com o Eixo e a aproximação com os Aliados, criando o *O Globo Expedicionário* para os soldados brasileiros. Essa publicação aproximou Roberto Marinho do Exército, especialmente de Castelo Branco (Arêas, 2012).

Além de apoiar o golpe que encerrou o Estado Novo e a cassação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1947, a primeira década de atuação jornalista também foi de grande lucratividade para os Marinhos, através da publicação de histórias em quadrinhos e imóveis, o que possibilitou a criação da Rádio Globo em 1944, que junto ao jornal foram colocados à disposição da União Democrática Nacional (UDN) para oposição ao governo Vargas (Arêas, 2012, p. 63).

Nos anos seguintes, a atuação do grupo não foi diferente. Fez oposição moderada a Juscelino Kubitschek e apoiou a eleição de Jânio Quadros, sempre alinhado à UDN e à elite bancária e capitalista do país. Em 1961, o impresso passa a ter circulação nacional e o interesse

de ampliar sua atuação deu-se através do canal de televisão, cuja concessão realizada pelo governo Dutra foi revogada durante o governo Vargas e outorgada por JK (Arêas, 2012).

No período de 1961 a 1964, no contexto do governo João Goulart, ocorreu a intensificação da luta de classe no país através da organização e mobilização de grupos subalternos buscando direitos e reformas sociais. Os trabalhadores urbanos criaram o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). No campo, deu-se a intensificação da atuação das Ligas Camponesas e a luta pela reforma agrária. Os estudantes mobilizam-se por meio da atuação na União Nacional de Estudantes (UNE) e partidos políticos como PCB e PTB apoiam as reformas de base, além da defesa de uma política externa independente (Mello, 2018).

Essa situação exigiu uma organização das classes dominantes, que se voltaram para a desestabilização e derrubada do governo Goulart. Nesse momento, órgãos de imprensa como o *O Globo*, partidos políticos conservadores, setores da Igreja Católica, grupos militares e associações empresariais, além de grupos ligados às multinacionais, que organizaram o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IPES/IBAD), orquestram o movimento contra hegemônico ao governo João Goulart (Arêas, 2012).

Segundo Arêas (2012), o regime que as empresas de Roberto Marinho ajudaram a implementar em 1964 favoreceu a expansão das organizações Globo, que se transformou no maior conglomerado de mídia do país em virtude de associação com empresas norte americanas, aproximação com membros do primeiro escalão de diferentes governos militares, principalmente durante o governo de Castelo Branco e, criando dificuldades para os concorrentes. Até 1971, os dez programas de televisão mais assistidos no Brasil eram exibidos pela TV Globo. Em troca, além de legitimar a ditadura militar, a Rede Globo tinha o papel de criar um mercado consumidor para o grande capital que se instalava no país.

Segundo Pedro Henrique Pedreiras Campos (2023), em análise sobre o regime ditatorial no Brasil, a perseguição a empresas durante a ditadura não foi apenas uma ação arbitrária do Estado autoritário, mas resultado da concorrência entre grupos econômicos, onde o regime atuou para beneficiar empresas alinhadas ao projeto político pós 1964, em detrimento daquelas vinculadas a forças políticas oposicionistas.

Nesse sentido, o estudo de Campos aponta como conflitos políticos e concorrência econômica explicam a perseguição a certos grupos e que o Regime não foi homoganeamente benéfico para todos os setores empresariais. Mesmo destacando que tem como foco em suas análise os casos pouco estudados de empresas penalizadas, especialmente empreiteiras de obras públicas. É possível observar o padrão no mecanismo de perseguição como as empresas controladas Mario Wallace Simonsen apresentadas pelo autor, a Panair do Brasil que teve suas

concessões cassadas e a Varig como empresa que herdou as rotas internacionais da companhia e a TV Excelsior que decaiu após 1964 e foi extinta em 1970 e as principais beneficiárias foram a Rede Globo e o Jornal Folha de São Paulo:

(...) com o arresto dos bens de Mário Wallace Simonsen promovido pela ditadura. Com isso, começou a haver falhas nas transmissões e atraso nos salários dos funcionários, que organizaram até mesmo manifestação contra o fim da Excelsior. A TV, que chegou a ter a maior audiência do país, sofreu um processo de decadência e foi para a última posição nesse ranking, funcionando precariamente depois do golpe até ser extinta em 1970 (Campos, 2023, p. 14).

Essa condição da TV Excelsior possibilitou que a empresa fosse adquirida por João Sayad, que a repassou posteriormente à Folha da Tarde, empresa controladora da Folha de S. Paulo. Posteriormente, com a criação da Rede Globo, que ocorreu com apoio governamental e aporte tecnológico de capital do grupo norte-americano TimeLife, apesar da legislação brasileira não permitir a presença de capital estrangeiro em empresas de comunicação o grupo conseguiu contratar os principais artistas, funcionários e implementar seus programas a partir do modelo da Tv Excelsior (Campos, 2023).

O padrão também ocorreu nos casos dos jornais *Última Hora*, fundado em 1951 por Samuel Wainer que tinha uma linha editorial mais popular associada ao trabalhismo e *Correio da Manhã*, fundado em 1909 por Edmundo Bittencourt e seguia uma linha mais conservadora que chegou apoiar o regime, entretanto, começou a noticiar as arbitrariedades da ditadura. Nesses dois casos os beneficiários foram *O Globo*, *Jornal do Brasil* e *Folha de São Paulo*.

Então, esse contexto político brasileiro possibilitou a perseguição de empresas instrumentalizada por grupos econômicos rivais com maior influência no Estado, mesmo que a legislação brasileira não permitisse, como foi a criação da Rede Globo e a presença de investimento estrangeiro que chegou a deter 45% do capital da empresa além do financiamento do Banco do Estado da Guanabara (BEG) que viabilizou a nacionalização do canal de televisão (Campos, 2023).

Mesmo que o grupo tente diferenciar sua prática jornalística de uma luta ideológica e política, diferenciando-se de um jornal de partido, por exemplo, é possível identificar a atuação e defesa de interesses de classe específicos. As notícias refletem uma realidade social, a crise política, por exemplo, mas a forma como são notícias tendenciosas a um viés político ideológico, favorecendo certas narrativas e ignorando outras, o que impacta sobre a percepção da realidade dos leitores ou consumidores da mídia.

Nesse contexto, a ideia construída pelo jornal *O Globo* de jornalismo imparcial e sua responsabilidade com a divulgação dos fatos de modo objetivo é uma ferramenta hegemônica

da qual o veículo se utiliza para ocultar seu alinhamento a projetos políticos e econômicos específicos, além de garantir a hegemonia cultural da classe dominante não apenas pela força, mas pela construção de consenso. Condição nítida durante a ditadura militar, em que *O Globo* atuou como agente hegemônico, legitimando o regime ao naturalizar a narrativa de “combate ao comunismo” e “modernização econômica”, alinhada aos interesses do golpe de 1964 e do “milagre econômico” reforçando a ordem vigente e à desigualdade social (Arêas, 2012).

Mesmo quando pressionado pelos fatos a apresentar atores políticos que não podiam ser ignorados, como as manifestações do movimento Diretas Já em 1984, o jornal equilibrou-se entre pressões democráticas e seu histórico apoio ao *status quo*, demonstrando como a hegemonia se adapta a crises para preservar estruturas de poder. Ao realizar a cobertura do movimento, despolitiza seu significado, enquadrando-o como “cívico”, evitando questionar a estrutura do regime militar ou defender reformas políticas profundas.

Embora o Grupo Globo se apresente como um veículo de massa, acessível e adaptado a todos os níveis de instrução, sua prática editorial revela uma interlocução preferencial com as camadas médias e altas da sociedade, reforçando valores neoliberais como a meritocracia, a responsabilização individual e a defesa da ordem econômica vigente. Essa duplicidade revela uma estratégia ideológica: ao mesmo tempo em que se constrói como voz do “povo”, o grupo legitima um discurso que atende aos interesses do mercado e das elites políticas, ocultando conflitos sociais e despolitizando debates estruturais. Assim, a aparente neutralidade e universalidade do discurso jornalístico serve para mascarar a manutenção de uma hegemonia conservadora.

A atuação do Grupo Globo na sociedade brasileira vai além da prerrogativa de veículo de comunicação e o papel na formação da opinião pública. A influência na política e na cultura, bem como, suas relações com outros setores da sociedade ao longo da história brasileira demonstram seu poder na difusão de ideologias e criação de consensos políticos.

O segundo jornal que serviu como fonte para a construção desse estudo foi a *Folha de São Paulo*, fundada em 19 de fevereiro de 1921 por Olival Costa e Pedro Cunha, com a publicação do jornal *Folha da Noite*, voltado para a classe média urbana que emergia de uma sociedade ainda baseada na monocultura do café. Depois vieram a *Folha da Manhã*, em 1925, e *Folha da Tarde*, em 1949. Os três jornais foram fundidos em 1960 para dar origem ao jornal *Folha de São Paulo* (Mello, 2018).

A trajetória editorial do impresso passa por um processo de transformação logo nos primeiros anos de criação em virtude da contrariedade do apoio à candidatura de Vargas em 1930. Com sua vitória, a sede do jornal foi apedrejada por apoiadores do novo governo. A

situação política influenciou a condição econômica do jornal que foi vendido a Octávio Frias de Oliveira. Nesse momento, o jornal passa a se posicionar em defesa dos interesses agrícolas e do liberalismo, assumindo um discurso direcionado para o público pertencente às camadas médias e altas.

Durante esse período, Octávio Frias de Oliveira, empresário do ramo pecuarista e financeiro, e Carlos Caldeira Filho, ligado ao ramo da construção civil, assumiram o comando das empresas. A nova gestão delineou a formação, não só de um grupo de comunicação, tendo a *Folha* como vitrine, mas de um conglomerado de empreendimentos em diversas áreas como a *Cidade de Santos*, *Última Hora*, *Notícias Populares*, *Folha da Manhã*, complexos gráficos, entre eles a *Impress*, universidades e outros empreendimentos jornalísticos (Maciel, 2012).

Octavio Frias de Oliveira nasceu em 1912, em São Paulo, filho de imigrantes espanhóis que cresceram em uma família de classe média na cidade. Começou sua carreira como jornalista trabalhando em diversos veículos de comunicação antes de assumir o controle da *Folha de São Paulo*, em 1962. Além da atuação no jornalismo, Octavio Frias de Oliveira também foi um empresário bem-sucedido no setor imobiliário, desenvolvendo diversos empreendimentos na cidade de São Paulo. O empresário faleceu em 2007 aos 94 anos de idade. Após sua morte, seu filho, Luíz Frias, assumiu a presidência do Grupo Folha (Maciel, 2012).

Já Carlos Caldeira Filho nasceu em 1922, filho de Luiz Caldeira Brant, ex-ministro da agricultura durante o governo Getúlio Vargas. Iniciou sua carreira como jornalista nos anos 1940 e rapidamente se destacou como escritor e analista político, trabalhando em diversos jornais e revistas ao longo de sua carreira, incluindo *O Globo*, *Jornal do Brasil* e *O Estado de São Paulo* (Maciel, 2012).

Segundo Yasmine Hofmann Rodrigues e Mello (2018), os empresários combinaram estratégias de crescimento comercial tanto no âmbito externo quanto interno, para organizar seus negócios na área da comunicação. A recessão econômica enfrentada por muitas empresas no início dos anos 1960 mostrou-se a oportunidade de mercado para tais aquisições, “mas foi a habilidade comercial dos empreendedores em saber investir, ampliar e expandir seus produtos, que se mostrou decisiva para garantir a formação desse novo complexo jornalístico” (Mello, 2018, p. 27).

Entretanto, há que se considerar que o processo de modernização do jornal gerou um custo e a necessidade de alinhamento com o regime que a *Folha* ajudou a tornar-se hegemônico. A empresa dependia do capital estrangeiro, estando em alinhamento ideológico com o empresariado e colocando-se dentro do discurso anticomunista, e a partir dessa relação com o sistema, o jornal conseguiu se estabelecer inclusive através de apoio financeiro (Campos, 2023).

Nesse período a empresa manteve importante relação com o Estado sendo ele, um dos seus principais anunciantes. Disto decorre o fato de que a grande expansão tecnológica da empresa, momento em que o jornal mantém lucro expressivo se deu exatamente no período caracterizados de “anos de chumbo” do regime (Campos, 2023, p. 38).

Apesar da relação de proximidade com o Estado durante o regime militar, conforme aponta Campos (2023), a *Folha* busca, atualmente, construir uma imagem institucional baseada na independência jornalística e na crítica aos poderes constituídos. Segundo informações disponibilizadas pelo Grupo Folha em seu site oficial, o jornal possui quatro alicerces que regem sua prática jornalística: pluralismo, apartidarismo, jornalismo crítico e independência. “A *Folha* se propõe a fazer uma curadoria de notícias, oferecendo conteúdo variado e expondo seus leitores a diversos pontos de vista” (*Folha de São Paulo*, 2009).

Apesar de a *Folha* se apresentar como um veículo plural, comprometido com a curadoria de informações e a exposição de múltiplos pontos de vista, tal discurso deve ser analisado com cautela. Como já demonstrado, essa narrativa é utilizada pelos dois veículos de mídia e ambos são empresas inseridas em um contexto capitalista e atuam de acordo com interesses econômicos e políticos, sendo, portanto, parte ativa na construção de narrativas que favorecem determinados setores sociais.

A alegação de neutralidade e independência, frequentemente utilizada para reforçar a credibilidade institucional, máscara uma linha editorial alinhada com os valores que atuam como uma forma de legitimar escolhas editoriais que, longe de serem imparciais, refletem a posição do jornal frente aos conflitos e disputas políticas.

O posicionamento político do jornal *Folha de São Paulo* ao longo da história brasileira pontua a postura editorial mais liberal ou centrista, com uma abordagem crítica em relação aos governos e políticos, independentemente de sua orientação ideológica. Ao longo do tempo, o jornal tem sido conhecido por defender valores como a democracia, os direitos individuais e a liberdade de expressão. No entanto, como apontado para se consolidar ao mercado de comunicação durante a década de 1960, alinha-se ao regime ditatorial.

Em análise sobre essa relação, Ana Paula Goulart Ribeiro, André Bonsanto e Flora Daemon (2023) pontuam que o Grupo Folha atuou ativamente com a ditadura militar não apenas por meio de apoio ideológico, mas também através de ações concretas que violaram direitos humanos, como financiamento indireto de ações repressivas, uso de recursos empresariais para operações do regime como a Operação Bandeirantes, além de demissões de funcionários presos. Essas ações possibilitaram a consolidação econômica e política do grupo de mídia.

A Operação Bandeirante criada em São Paulo, em 1969, configurou-se na associação de empresários locais, na tentativa de combate aos opositores ao regime ditatorial através de vigilância, prisão, tortura e execução (Ribeiro; Bonsanto; Daemon, 2023). E a atuação do grupo *Folha* foi fundamental, com a concessão de veículos do jornal para busca e captura de opositores, segundo dados apontados pela Comissão da Verdade, demonstrando a relação direta do grupo folha na expressão mais brutal da repressão durante o AI-5.

Os carros baús do grupo eram utilizados como disfarce para agentes do DOI-CODI nas emboscadas aos opositores, inclusive resultando na morte de três envolvidos, levando à represália ao jornal que teve carros incendiados por membros da Aliança Libertadora Nacional (ALN), a chamada “emboscada da rua João Moura”<sup>14</sup>. Além disso, o jornal omitiu deliberadamente os casos crescentes de desaparecidos políticos no Brasil (Ribeiro; Bonsanto; Daemon, 2023).

Essas ações evidenciam a ação política e operacional e não apenas editoriais do jornal, que durante esse período é também agente de repressão e instrumento ideológico, sobretudo quando colabora ativamente com o regime autoritário. Com a reabertura política e pressões sociais contra o regime, como mostra David Maciel (2012), a *Folha* passou a articular um discurso editorial que buscava conciliar sua participação no regime com uma nova identidade: a de defensora da democracia, da “liberdade de imprensa” e do “pluralismo” e nesse intuito caracteriza a ditadura no Brasil como “ditabranda”.

A caracterização da ditadura brasileira como “ditabranda” pelo jornal *Folha de S. Paulo* deve ser compreendida como parte de uma operação ideológica que visa reabilitar a imagem das elites civis e econômicas que colaboraram com o regime e, ao mesmo tempo, reconfigurar a memória histórica em chave compatível com os valores do neoliberalismo (Maciel, 2012, p. 57).

Desse modo, ao empregar o termo “ditabranda”, em editorial de 17 de fevereiro de 2009, a *Folha* procurou estabelecer uma distinção entre o regime brasileiro e outras ditaduras latino-americanas, especialmente a chilena e a argentina, argumentando que no Brasil teria havido “respeito parcial às instituições” e “menor grau de violência”. Essa comparação, no entanto, cumpre uma função política: desloca o foco da crítica sobre os pactos civis-empresariais que sustentaram a ditadura no Brasil e suaviza os crimes de Estado cometidos pelo regime, como a tortura, o desaparecimento forçado e a censura (Maciel, 2012).

Segundo Maciel, essa tentativa de reescrever a história recente opera dentro de uma lógica neoliberal, que aposta na despolitização do passado, na “tecnocratização” do debate

---

<sup>14</sup> A ação aconteceu no dia 23 de setembro de 1971 e resultou na morte de Sérgio de Matos, Eduardo Antonio da Fonseca e Manuel José Nunes.

público e na defesa de um modelo de democracia formal, sem ruptura com as estruturas de poder herdadas do regime autoritário. E nesse sentido, a “ditabranda” não é apenas uma narrativa de conciliação: é uma peça discursiva que mascara as alianças entre grandes grupos econômicos e o aparato repressivo, como demonstrado no estudo de Ana Paula Goulart Ribeiro, André Bonsanto e Flora Daemon (2023) e nos relatórios da Comissão da Verdade.

Nota-se através das análises aqui apresentadas que tanto o jornal *O Globo* quanto a *Folha de São Paulo* agiram como agentes de construção de consenso ideológico e utilizam-se da narrativa de isenção e objetividade para proteger sua própria imagem e, ao mesmo tempo, preservar os fundamentos autoritários do neoliberalismo no Brasil, cujas raízes, segundo Maciel, encontram-se na aliança entre mercado, repressão e anticomunismo forjada nos anos 1960 e 1970.

O caráter de neutralidade também é desconstruído quando se observa os dois jornais na campanha eleitoral de 1989, na disputa entre Fernando Collor e Luiz Inácio Lula da Silva, que agem como atores político com poder de persuasão, direcionando aquilo que se tornaria opinião pública em direção ao projeto representado por Collor. E nesse contexto, a cobertura jornalística funcionou como uma ferramenta de legitimação simbólica do neoliberalismo.

O governo de Fernando Collor de Mello teve sua ascensão através da relação da troca estabelecida entre o “Caçador de Marajás” e a imprensa nacional, principalmente com a Rede Globo. O candidato conseguiu, através da mídia, ocupar o vazio político existente após a ditadura civil-militar (1964-1985) colando sua imagem de modernidade e defesa da moralidade como estandarte de um governo que seria responsável pela modernidade do país através do projeto neoliberal.

Essa imagem não surgiu espontaneamente, mas foi cuidadosamente promovida pelos meios de comunicação, como o *Grupo Globo* que ofereceu visibilidade, narrativa e prestígio nacional ao então governador de Alagoas. Ao mesmo tempo, o projeto político oposto, representado por Lula, foi sistematicamente desqualificado. A cobertura dos jornais destacava temores de instabilidade, reforçava estereótipos sobre o sindicalismo e sugeria que as propostas de Lula eram radicais ou inviáveis. Assim, enquanto Collor era mostrado como a face da modernização e do equilíbrio, Lula era retratado como risco.

A *Folha de São Paulo*, por outro lado, embora também apoiasse os princípios do projeto neoliberal ao que se refere a redução do Estado, abertura econômica e reforma administrativa, adotou uma postura mais crítica em relação à imagem de Collor na condução personalista e midiática do presidente. A invasão pela Polícia Federal da sede do jornal, em

1990, sob a justificativa de fiscalização do plano econômico, marcou um ponto de tensão entre Fernando Collor e o impresso.

Essa distinção revela que a *Folha* buscava afirmar uma posição de independência institucional e profissionalismo jornalístico, ainda que ideologicamente afinada com o projeto econômico em curso. Enquanto a Rede Globo era mais orgânica ao processo de construção simbólica de Collor, a *Folha* exercia uma crítica seletiva, voltada à figura e não ao conteúdo da política implementada.

Essa mesma lógica de atuação diferenciada entre *Folha de S. Paulo* e *O Globo* se mantém, com variações, durante o primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (2003). Diante dos escândalos políticos do governo petista, ambos os jornais adotaram posturas críticas, mas com intensidades e ênfases distintas (Cruz; Rosário, 2007).

A *Folha* seguiu exercendo uma crítica seletiva, muitas vezes buscando reafirmar sua identidade de vigilância institucional, com denúncias baseadas em investigações e na defesa de padrões éticos da política. Já *O Globo*, mais alinhado com setores conservadores, adotou uma linha mais dura e generalizante, reforçando uma narrativa de desconfiança estrutural ao governo petista. Assim, a cobertura dos dois veículos, ainda que distinta na forma, convergia na manutenção da lógica de contenção de um projeto político popular, reafirmando seus compromissos históricos com uma visão liberal da política e da economia (Azevedo, 2018).

Desse modo, não é possível creditar aos dois jornais a designação simplificada de meios de comunicação e informação da população a partir de uma objetividade e neutralidade como os dois jornais se apresentam. A partir das análises realizadas, a constatação é que tanto o jornal *O Globo* como a *Folha de São Paulo*, durante a ascensão da extrema direita no Brasil em 2018, atuaram a partir de suas percepções enquanto empresas de comunicação e distantes dos princípios jornalísticos que identificam como base das suas atuações jornalísticas (Cruz; Rosário, 2007).

A ação desses veículos de mídia foi além do papel importante de fornecer informações e análises sobre os candidatos e as propostas políticas envolvidas nesse movimento e a promover o debate democrático. Houve, também, uma cobertura tendenciosa, falta de profundidade na análise política e a contribuição para a polarização e defesa de projetos conservadores e pautados na desigualdade e exclusão social mesmo que não na mesma intensidade (Azevedo, 2018).

Assim, a análise que foi realizada e apresentada no próximo capítulo, não se detém em apontar que os meios de comunicação utilizados apresentavam determinada opinião sobre a crise política de 2015 a 2018, mas destacar que a atuação desses meios de comunicação está na centralidade do contexto político e na disputa por representação do projeto neoliberal.

### Capítulo 3- A CRISE POLÍTICA BRASILEIRA DE 2015 A 2018 ATRAVÉS DA MÍDIA

Uma intensa crise política assolou o país entre os anos de 2015 e 2018, sendo marcada pela polarização política e cujos reflexos reverberam em todas as esferas da sociedade. Nesse contexto conturbado, a mídia desempenhou um papel crucial como agente catalisador e mediador das tensões políticas, moldando, construindo e atuando diretamente no debate público. Ao longo desses anos, o papel da mídia, em especial dos grandes veículos como o jornal *O Globo* e a *Folha de São Paulo*, tornou-se objeto de intenso debate.

Para essa análise foram escolhidos dois jornais de circulação nacional na tentativa de enriquecer o estudo ao fornecer uma perspectiva contextualizada, pública e política sobre o golpe parlamentar sofrido por Dilma Rousseff e seus desdobramentos para a política nacional e a ascensão da extrema direita no país.

Para a construção desta pesquisa, foi necessário realizar um trabalho de levantamento das edições dos jornais. Em virtude da grande demanda de busca, tornou-se fundamental adotar uma organização no trato com as fontes, garantindo uma posterior leitura e análise das edições, matérias, imagens e editoriais selecionados para a formulação da hipótese apresentada de que a mídia atuou diretamente para a ascensão da direita no Brasil alinhada a perspectivas de implementação efetiva do projeto neoliberal.

Nesse sentido, organizaram-se tabelas no Excel para categorização das fontes identificadas, contendo informações como: identificação do jornal, ID único (título da matéria, editorial ou descrição da imagem), ano e data de publicação, tipo de fonte (matéria, capa, imagem, entrevista, editorial), palavras-chave ou tema principal, e resumo do conteúdo. Todos esses dados foram distribuídos em pastas específicas, segregadas por ano e por veículo jornalístico. Após esse primeiro processo, as fontes foram reorganizadas a partir do tipo, as que diretamente tratavam do contexto pós golpe, sobretudo as capas e editoriais dos jornais de 2016 a 2018.

A partir desse primeiro contato com as fontes, foi possível realizar a codificação inicial, identificando correlações entre os textos e o contexto político da crise. Para isso, agruparam-se categorias como: corrupção, governabilidade, Lava Jato, *impeachment*, crise econômica e democracia. Além disso, procedeu-se à análise de conteúdo e intencionalidade, observando o tom das publicações (positivo, negativo, irônico), as cores utilizadas, as fotografias selecionadas e a disposição dos elementos visuais, relacionando-os ao contexto de gestação do *impeachment* de Dilma Rousseff e à conjuntura política pós-golpe centrada na análise de capas, editoriais e matérias do período.

### 3.1 A Crise política e a cobertura dos jornais: Segundo mandato de Dilma Rousseff

A partir de 2015, com o acirramento da crise política no segundo mandato de Dilma Rousseff, os grandes jornais brasileiros objetos de estudos, *O Globo* e *Folha de S. Paulo*, passaram a desempenhar papel central na cobertura da instabilidade institucional que culminaria no *impeachment* da presidenta em 2016.

Este tópico analisa como esses veículos de imprensa atuaram não apenas como observadores dos fatos, mas como agentes ativos na construção de uma narrativa de crise. A cobertura intensificadora da instabilidade política gerou picos de audiência, ampliou a circulação e aumentou a lucratividade desses grupos, ao mesmo tempo em que produziu uma disputa simbólica pelo controle da interpretação dos acontecimentos. Assim, pretende-se examinar de que maneira a imprensa construiu sentidos sobre a crise, como moldou percepções públicas e como essa atuação contribuiu para legitimar o processo que encerrou o ciclo petista no poder Executivo.

Através do contato com as fontes, foi possível realizar a codificação inicial, identificando correlações entre textos e contextos políticos de crise. Nesse momento, identificou-se que a linha editorial dos jornais em relação ao governo Rousseff não estava presente apenas nos editoriais, mas vários elementos contribuíram para a construção da hipótese aqui defendida, de que os jornais atuaram como aparelhos privados de hegemonia para o fim do governo.

Desse modo, houve a mudança da proposta inicial desta pesquisa que era concentrar a análise nos editoriais dos jornais, partindo do pressuposto de que esse gênero jornalístico expressa de forma direta a posição institucional e ideológica dos veículos. No entanto, à medida que o levantamento empírico avançou, tornou-se evidente que a narrativa da crise política e a legitimação do processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff não se restringiam aos editoriais. Elementos como as capas, manchetes, matérias, colunas, charges e mesmo a diagramação dos jornais revelaram-se igualmente relevantes na construção de uma atmosfera de crise e na sustentação de uma interpretação hegemônica dos acontecimentos.

Diante disso, foi necessário ampliar o escopo analítico para abarcar o jornal como um todo, compreendendo-o como um artefato ideológico complexo, que articula diferentes linguagens e recursos gráficos e textuais para produzir sentidos. Essa mudança metodológica foi fundamental para captar as múltiplas camadas do discurso midiático e sua atuação enquanto agente ativo na conformação da opinião pública e na naturalização do *impeachment* como solução à crise político-institucional vivida pelo país.

Desse modo, as edições dos jornais foram analisadas e organizadas a partir do tipo de fonte, como descritas na tabela 1, procedendo-se à análise de conteúdo e intencionalidade, observando o tom das publicações, as manchetes de capa, as cores utilizadas, as fotografias selecionadas e a disposição dos elementos visuais, relacionando-os ao contexto de gestação do golpe que destituiu Dilma Rousseff. A partir desse ponto, o foco das análises da conjuntura política pós-golpe é centrado nas capas, editoriais e matérias selecionadas e que conseguiram demonstrar o posicionamento dos jornais em relação à efetivação do projeto político alinhado ao mercado.

Além disso, as fontes indicaram três tipos de enquadramento a partir das palavras-chaves identificadas. O primeiro refere-se ao enquadramento ético-político e associação à corrupção e à Lava Jato em que os termos recorrentes são “corrupção”, “propina”, Petrobras, “PT” e “delator”, vinculando o governo Dilma a um sistema corrupto, mesmo sem provas contra a presidente, criando uma crise de legitimidade ética.

O segundo enquadramento possível é o econômico, associando competência e austeridade, tendo como termos recorrentes “ajuste fiscal”, “desemprego”, “déficit”, “recessão” e “impostos”. Nesse contexto, os jornais retratam a crise econômica como falha exclusiva do governo, sem contextualizar fatores globais.

Além do enquadramento político e a associação do governo à tutela de Lula, os termos recorrentes nessa categoria são: “governabilidade”, “Eduardo Cunha”, “Lula” e “*impeachment*”. As capas, matérias, editoriais e charges contribuíram para construir a imagem de uma presidente fraca, sem autonomia e sem base política.

**Tabela 1:** Relação das fontes selecionadas na *Folha de São Paulo* e no *Globo*

<b>Jornal</b>	<b>Fonte</b>	<b>%</b>	<b>Detalhamento</b>
<i>Folha de São Paulo</i>	Capa	48,7%	Foco em manchetes sobre crise política, lava jato, economia e popularidade de Dilma Rousseff.
	editorial	35,9%	críticas diretas ao governo Dilma, especialmente em temas como ajuste fiscal, corrupção e governabilidade.
	charge	10,3%	satirizam Dilma e o PT reforçando a narrativa de incompetência e corrupção.

O Globo	capa	42,86%	O tema mais recorrente da crise econômica, governabilidade, seguido de corrupção.
	editorial	23,81%	Os editoriais também apresentaram com frequência a crise de governabilidade e medidas econômicas.
	matérias	9,52%	Nas matérias o foco foram os escândalos de corrupção e a governabilidade.

Fonte: Elaboração própria

Constata-se a centralidade dos temas aqui analisados nas capas nos dois jornais, tendo a *Folha* destinados 48,7% e *O Globo* com 42,86% de suas capas às questões políticas que levaram ao *impeachment*. A ênfase nas manchetes relacionadas à crise política, à Operação Lava Jato, à economia e à popularidade da presidenta Dilma Rousseff revela uma narrativa sistemática de desgaste.

As capas, por sua natureza visual e de fácil acesso, funcionam como o primeiro contato do leitor com o jornal e são responsáveis por moldar a percepção imediata dos fatos. Assim, o uso contínuo de manchetes alarmistas e negativas contribuiu para sedimentar a ideia de um governo em colapso, reforçando o sentimento de urgência e deslegitimação. Essa dinâmica de construção das capas foi identificada tanto no Jornal *O Globo*, quanto na *Folha de São Paulo* como é possível observar nos exemplos que seguem:

**Imagem 1:** Capa do jornal *Globo* medidas impopulares e reforma ministerial



Fonte: *O Globo*, 03/01/2015.

A capa em questão constrói uma narrativa que mescla defesa política, crítica à gestão econômica e tensões internas do governo Dilma. A manchete em destaque “Governo vai propor nova regra para o salário-mínimo” aponta para mudanças no direito trabalhista básico que é o salário-mínimo e em letras menores “(...) porém, que ganhos reais serão mantidos”, o que indicaria uma contradição entre o Partido dos Trabalhadores e mudanças em direitos dos trabalhadores, Para que o leitor entenda o que de fato constitui tal mudança é necessário ler a matéria e as linhas menores. Na leitura da reportagem, para além da manchete, entende-se que o governo propõe alterar o cálculo do salário-mínimo para “melhorar as contas públicas”, mantendo ganhos reais.

Além disso, a narrativa de construção do resumo da matéria na capa aponta essas contradições do partido governista. Enquanto o ministro Nelson Barbosa defende mudanças moderadas, especialistas alegam que isso exigirá “muito esforço político” indicando desgaste entre o governo, o Congresso e sindicatos. A proposta então é publicizada como impopular, reforçando a prerrogativa de um governo priorizando o equilíbrio fiscal em detrimento de políticas sociais.

Outra manchete de destaque no jornal O Globo é “Não somos ladrões”, retratando a declaração de Gilberto Carvalho (PT), em resposta à declaração de Aécio Neves (PSDB), que classificou o PT como uma “organização criminosa”. A frase do petista busca contrapor a narrativa de corrupção associada ao partido, entretanto, posta desse modo, configura-se como uma retórica de vitimização do PT. Ademais, a imagem dos dois políticos abraçados escolhida para a capa, logo abaixo da manchete, transmite complacência e descontração, contrastando com a gravidade da acusação. Ou seja, a ideia é que, enquanto o partido é acusado, o jornal apresenta a declaração de defesa, que pode transmitir a ideia de imparcialidade do jornal, entretanto, a imagem dos membros passa a ideia de despreocupação com as críticas, criando uma contradição entre discurso e prática.

Ao mencionar a reforma ministerial, o jornal destaca a fala dos novos ministros que não possuem afinidade com a pasta, como, por exemplo, a do ministro do esporte “Posso não entender de esporte mas entendo de gente” (*O Globo*, 03/01/2015, p.1), o que sugere imprevisto na escolha de nomes e acordos políticos que pouco dizem sobre mudança sociais, associando o governo Rousseff a amadorismo político. Desse modo, o jornal utiliza de elementos textuais e visuais para reforçar uma imagem de crise de legitimidade e desgaste institucional ao longo do primeiro ano do segundo mandato e essa prática se repete até o *impeachment*.

A segunda capa analisada também destaca pontos importantes de análises que destacam a crise de governabilidade, a atuação da oposição e a fragilidade do governo.

**Imagem 2:** Capa do jornal *O Globo*: citação direta a Dilma e as derrotas do governo



Fonte: *O Globo*, 11/02/2015

O destaque para o subtítulo “Com popularidade em baixa” reforça o desgaste da presidente, contribuindo para a percepção da perda de apoio popular, fortalecendo a narrativa de um governo enfraquecido e sem legitimidade social. Além disso, a manchete “Dilma enfrenta dia de derrota na Câmara” enfatiza a imagem de um governo isolado e sem capacidade de articulação, narrativa reforçada a partir da imagem utilizada para a ilustração da capa, na qual Eduardo Cunha (PMDB) e Rodrigo Maia (DEM), com a legenda “De quem riem?”, transmitindo a ideia de que a oposição está dominando o cenário político enquanto o governo sofre derrotas, construindo a narrativa de desequilíbrio no poder.

As charges também foram utilizadas como instrumento ideológico. Dentre as publicadas, 10,3%, na *Folha de São Paulo*, têm a crise política como tema. Embora em menor número no jornal *O Globo*, destaca-se aqui a representação de Dilma Rousseff “Pierrô abandonado”, representado solidão e desespero, e associando sua imagem a uma figura folclórica carnavalesca, trágica e isolada.

**Imagem 3:** charge do jornal *O Globo* representação de Dilma Rousseff



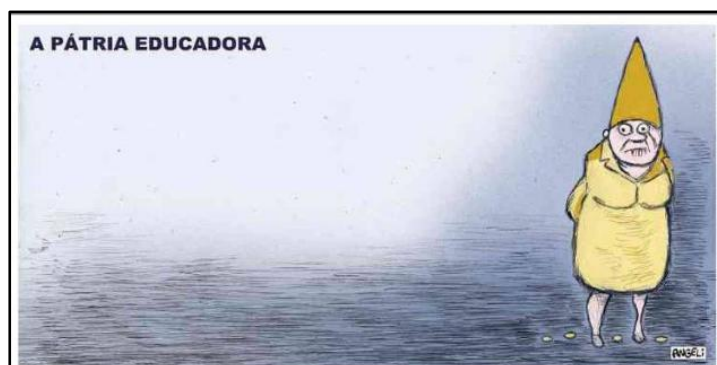
Fonte: *O Globo*, 11/02/2015

A charge é publicada na capa, diferente do espaço dedicado no jornal *Folha de São Paulo*, que as coloca junto a seção de opinião. A ideia de enfraquecimento frente ao avanço da oposição reforça a intencionalidade da capa da edição. Embora não cite nomes, é possível inferir que o personagem retratado como Fred Mercury é Eduardo Cunha,

O mesmo recurso é utilizado pela Folha, em suas charges é possível perceber que satirizavam Dilma e o PT, reforçando a narrativa de incompetência e corrupção. Notou-se uma frequência na crítica direta à imagem de Dilma Rousseff, seus traços físicos e a sua personalidade.

O humor gráfico, embora aparentemente leve, é um dispositivo na formação de estigmas, pois atua na repetição de imagens que desqualificam personagens políticos. Nesse caso, o recurso visual reforça estereótipos e sentimentos de rejeição junto ao público leitor, contribuindo para deslegitimar a figura da presidenta de maneira simbólica. Como exemplo a charge publicada em 14 de maio de 2015:

**Imagem 4:** Charge da *Folha*: Isolamento político e ineficiência de Dilma Rousseff



Fonte: *Folha de São Paulo*, 23/05/2015, p. 02.

A charge sintetiza o descontentamento com o governo Dilma ao expor a contradição entre o projeto de uma “Pátria educadora” e a realidade de um país imerso em escândalos, recessão e polarização. A publicação é feita em meio a protestos massivos contra o governo organizados por movimentos da direita e a crescente articulação política para o *impeachment* potencializada pelo embate com Eduardo Cunha na Câmara.

Dilma é retratada com chapéu de castigo, símbolo historicamente ligado à punição de alunos indisciplinados ou que eram vistos como incapazes de aprender. Essa escolha visual associa à ideia de ineficiência e desespero, sugerindo que sua gestão equivaleria a uma lição não aprendida em meio à crise política. Além disso, o chapéu ironiza o *slogan* do segundo mandato, “Pátria educadora”, reforçando a narrativa de crítica a Dilma. Assim, ao invés de educar, o governo estava envolvido em erros e falta de coordenação, reforçando assim a percepção pública de que Dilma não possuía as habilidades necessárias para liderar o país.

A capa do jornal *O Globo*, de 11 de fevereiro de 2015, também faz menção, quase discreta à Operação Lava Jato. No canto direito, visualiza-se a frase “Curitiba vai ouvir os 39 ministros”, remetendo à tentativa de ligar Dilma Rousseff aos escândalos de corrupção, construindo a narrativa de crise de credibilidade e a ideia de um governo envolvido em ilegalidade. Percebe-se também, que a manchete em destaque no final da capa “Para a Fazenda, ajuste fiscal será feito, apesar do PT”, denota uma resistência dentro do partido da presidente, construindo a perspectiva de fissura no bloco do poder, ou seja, uma divisão interna e falta de coesão nas decisões econômicas, alimentando a percepção de governo frágil e contraditório.

Nesse contexto, a linguagem utilizada pelo jornal é dramática, polarizada e negativista com as expressões “maior valor em 10 anos”, sobre a alta do dólar, “derrota” e “apesar do PT” são estrategicamente, colocadas para que o leitor seja induzido a interpretar os fatos sob uma ótica crítica, sem espaços para contextos explicativos. Os elementos negativos são o destaque, sendo ignoradas explicações sobre causas estruturais da crise, como o cenário internacional, e atribuindo toda responsabilidade à gestão de Dilma Rousseff.

Os dois exemplos das capas apresentadas, do dia 03 de janeiro e 11 de fevereiro de 2015, do *O Globo*, apontam para a intencionalidade do veículo de mídia de reforçar uma narrativa unificada de crise, utilizando ironia textual, as divisões internas e disputas dentro do Partido dos Trabalhadores para evidenciar a fragilidade e a vinculação aos escândalos de corrupção, cristalizando a percepção de um governo corrupto, irresponsável e isolado, discurso reforçado pelas charges, manipulando a opinião através de seleção estratégica de construção de imagens e domínio de narrativas.

O jornal *Folha de São Paulo* faz uso da mesma construção de narrativa, utilizando o princípio de imparcialidade e divulgação das informações, entretanto, a forma como os fatos são noticiados diz muito sobre a intencionalidade do veículo de mídia, que assim como *O Globo*, adotou um tom fortemente crítico ao governo, com ênfase na cobertura da Operação Lava Jato e às delações envolvendo o PT, além da responsabilização do governo pela recessão e descontrole fiscal e a defesa do processo de *impeachment* como legítimo e constitucional, alinhando-se com posições de parte da oposição ao governo.

**Imagem 5:** Capa da *Folha de São Paulo* crítica ao governo



Fonte: *Folha de São Paulo*, 15/02/2015

No período em que a edição é publicada, cuja capa integra o carnaval às críticas políticas e econômicas, o contexto político social resumia-se em queda da popularidade de Dilma Rousseff em virtude da recessão, desvalorização do Real e restrições de créditos, além da insatisfação das multinacionais por conta da instabilidade econômica.

O destaque são as fantasias utilizadas nos blocos de rua no Rio de Janeiro, Recife e São Paulo como ferramenta de manifestação política. A manchete “Acaba em samba” é uma crítica explícita aos escândalos políticos do período e sugere ironia com as crises e a minimização de problemas governamentais graves. A fotografia central que ilustra a capa é de dois indivíduos fantasiados de ex-presidente Lula e Dilma Rousseff, que segura uma placa “O petróleo é nosso e a propina é deles” em alusão ao lema nacionalista da Petrobras, mas com críticas implícitas aos desvios de recursos revelados pela Lava Jato.

É possível notar a construção da narrativa de que o carnaval não é utilizado apenas como pano de fundo, mas como ferramenta para evidenciar que a crítica política e institucional

emerge diretamente da sociedade civil, expressada por meio das manifestações culturais. Desse modo, a crítica não é do jornal, mas da sociedade civil que se manifesta e a função da mídia seria de publicar.

Ao vincular a crise ao carnaval, o jornal amplia a percepção de que a crise era vivenciada no cotidiano das pessoas e não apenas em esferas políticas abstratas, sendo de representatividade. Com sutileza, a *Folha* utiliza uma estratégia discursiva comum à grande imprensa que é a apropriação de manifestação culturais e populares como representação da “opinião pública”. A crítica à gestão petista aparece, assim, como uma expressão do desejo popular, ainda que, na prática, o jornal esteja selecionando e publicando uma imagem que reforça uma narrativa já presente na linha editorial.

Ao analisar os editoriais, durante os anos de 2015 e 2016, constata-se que no jornal *Folha de São Paulo*, 35,9% e, no *Globo*, 23,81% dedicaram-se às críticas diretas ao governo Dilma, com foco nos temas do ajuste fiscal, corrupção, operação Lava Jato e governabilidade. Essas críticas reiteradas ajudaram a produzir um consenso de que o governo era inviável, tanto política quanto economicamente, apresentando o *impeachment* como uma medida racional e necessária para a restauração da estabilidade, embora, o apoio oficial ao processo ocorra em momentos distintos nos dois jornais.

A temática corrupção foi o destaque durante o período nos editoriais do jornal *Folha de São Paulo*, alinhado ao auge da Lava Jato, que vinculou o PT a esquemas de corrupção na Petrobrás com críticas diretas a gestão da estatal, como por exemplo no editorial “Petrobrás na berlinda” (*Folha de São Paulo*, 07/01/2015, p.2), além de cobrança da transparência no editorial “Lava Jato no plural” (*Folha de São Paulo*, 30/09/2015, p.2). Nessa cobertura, a *Folha* reforça que a corrupção é um fenômeno sistêmico nos governos petistas, vinculando a crise à incapacidade administrativa de Dilma Rousseff.

No jornal *O Globo* os editoriais reforçam críticas diretas ao governo, frequentemente utilizando termos que sugerem desgoverno, populismo e irresponsabilidade fiscal, com defesa da moralização da política e críticas à corrupção, com destaque para a Operação Lava Jato. No editorial publicado no dia 26 de fevereiro de 2015, intitulado “Dilma precisa governar, e PT assumir o ajuste”, o jornal utiliza a pesquisa de opinião divulgada pelo Datafolha como um recurso retórico central para sustentar sua crítica ao governo Dilma Rousseff.

## Imagem 6: Editorial jornal *Globo* sobre a governabilidade de Dilma Rousseff



Fonte: *O Globo*, 26/02/2015

A menção da pesquisa no editorial não tem como objetivo apresentar seus dados, mas mobilizá-la estrategicamente para construir uma imagem de deslegitimação política e moral da presidência, com destaque para os adjetivos atribuídos a Dilma, como “desonesta”, “falsa” e “indecisa”, apontando que através da pesquisa a maioria da população acredita que a presidente sabia da corrupção na Petrobras.

*O Globo* mobiliza os termos para reforçar uma percepção moralmente degradada de Rousseff, naturalizando o julgamento negativo, reforçando o vínculo entre Dilma Rousseff e corrupção, mesmo sem provas diretas, além de colocar a pesquisa como a opinião da população para justificar seu próprio posicionamento editorial.

A apresentação da pesquisa constrói, então, uma narrativa de veredito coletivo que sugere que um governo com essa imagem pública não possui condições políticas ou morais de governar, apresentando, em seguida, os argumentos sobre a necessidade de o Partido dos Trabalhadores assumir o ajuste, ou seja, lidar com as consequências políticas de sua própria gestão.

Nesse sentido, embora não fale diretamente sobre afastamento ou *impeachment*, o editorial incita a narrativa de que a presidente está desconectada da governabilidade e do interesse público ao insinuar que teria responsabilidade ética e política pelas irregularidades na estatal divulgadas pela operação Lava Jato.

Além disso, o tom de crítica é perceptível em todo o editorial, tanto a Dilma diretamente quanto a seu partido. “Dilma e o PT, gostem-se ou não dividem o mesmo governo. O fracasso do primeiro será o naufrágio do segundo” (*O Globo*, 26/02/2015, p.03). Essa passagem, por exemplo, revela a tentativa do jornal de exigir coerência entre a presidente e o partido, ao mesmo tempo que explora e reforça politicamente a fragmentação interna do governo.

Outra prerrogativa importante, observada nessa passagem, é a estratégia retórica utilizada em que o jornal aparentemente descrevesse um conselho, ao defender que Dilma e PT

precisam se unir em relação ao ajuste fiscal, necessário, para que ambos tenham sucesso, já que um está diretamente ligado ao outro. Cria-se, assim, uma falsa percepção de imparcialidade, como se o *Globo* estivesse diagnosticando um problema. Entretanto, está prescrevendo uma solução política alinhada aos próprios interesses editoriais e ideológicos.

A governabilidade também foi tema na sessão opinião da *Folha de São Paulo* nos editoriais “Com a barriga”, de 26 de novembro de 2015, e “Está no preço”, publicado em 06 de março de 2016. Os textos fazem crítica direta à então presidente em relação à falta de diálogo com aliados, retratando-a, então, como uma líder isolada, incapaz de garantir estabilidade e a crise econômica em virtude da ineficiência governamental, fatores considerados como determinantes para legitimar o debate sobre o afastamento.

Ao que se refere ao ajuste fiscal e as discussões econômicas, a abordagem é sobre medidas de austeridade, como a PEC do teto de gastos, tratadas como medidas urgentes, com destaque na *Folha De São Paulo* em 2016. Entretanto, eram criticadas por serem “medidas tímidas” ou “mal planejadas”, destacando a necessidade de controle de gastos e questionando a implementação das medidas. Nesse sentido, o jornal oscila entre cobrar rigor fiscal e criticar o impacto social das medidas.

**Imagem 7:** Editorial *Folha de São Paulo*: sobre teto para gastos públicos



Fonte: *Folha de São Paulo*, 09/02/2016

O editorial em análise destaca aspectos técnicos e políticos sobre a proposta de limitar os gastos do governo. A partir do texto, é possível identificar os seguintes elementos sobre o posicionamento do jornal: crítica à falta de efetividade da proposta governamental e o alinhamento com a agenda neoliberal. A *Folha* reconhece a necessidade de controle fiscal, mas questiona a viabilidade do plano em virtude da falta de regras claras das medidas.

Nessa prerrogativa, as despesas como previdência e saúde, segundo o jornal, crescem sem controle devido a vinculações orçamentárias e leis existentes, o que inviabiliza o teto sem reformas profundas. O editorial alerta que, sem mudanças, o investimento público será

sacrificado, reforçando uma visão tecnicista sobre gestão fiscal (*Folha de São Paulo*, 09/02/2016, p. 02).

A *Folha* apoia implicitamente a ideia de um teto de gastos, mas exige que seja acompanhado de liberdade de alocação de verbas e regras rígidas, nesse sentido, a rigidez dos gastos sociais revela uma preferência por políticas de flexibilização do Estado, alinhadas a preceitos neoliberais. Ou seja, a defesa de reformas estruturais através dos cortes de gastos sociais reflete um alinhamento histórico com agendas econômicas conservadoras, mesmo que isso implicasse custos sociais.

É notável que o jornal, nesse editorial, combina análises econômicas detalhadas com um tom desconfiado em relação ao PT, ampliando a percepção de que o governo era incapaz de gerir o país e ao destacar falhas na gestão fiscal, contribuiu para a narrativa de que Dilma não tinha "condições administrativas" para governar. Desse modo, o jornal então usa da justificativa de rigor técnico para influenciar a opinião dos leitores contra o governo Dilma, alinhando-se a setores favoráveis à mudança de poder em 2016.

As temáticas dos editoriais apontam para o foco desproporcional no posicionamento do jornal *Folha de São Paulo*. A ênfase em corrupção contribuiu para criminalizar o PT e controlar a narrativa de corrupção sistêmica do partido, enquanto problemáticas estruturais foram negligenciadas. Além disso, a cobertura dos fatos apontava para um afastamento inevitável, e nenhum editorial sobre qualquer conquista do governo foi identificado na pesquisa, o que reforça uma visão negativa e unilateral do veículo de mídia.

Ainda que com menor percentual, as matérias do jornal *O Globo* (9,52%) tratavam diretamente da crise política, da Lava Jato e dos movimentos na Câmara dos Deputados, reforçando os principais temas destacados nas capas e editoriais. O combate à corrupção e a crise moral foram recorrentes, como na cobertura jornalística do dia 18 de janeiro de 2015, quando o jornal destaca a lentidão do judiciário:

### **Imagem 8:** Matéria do *Globo* e a corrupção

**Pais**

LUTA CONTRA A IMPUNIDADE

# Punição a corrupção em marcha lenta

Número de julgamentos de improbidade e de crimes contra administração pública cai em 2014

**ÍNDICE DE CUMPRIMENTO DA META DO CNJ**

OS TRIBUNAIS ESTADUAIS EM 2014, DESEMPENHARAM 47,44% DO QUANTO PRECISAVAM PARA CUMPRIR O OBJETIVO DE 50,51% DESEMPENHADO EM 2013. O ÍNDICE DE CUMPRIMENTO DA META DO CNJ EM 2014, DESEMPENHADO POR TODOS OS TRIBUNAIS ESTADUAIS, FOI DE 47,44%.

**Índice de Cumprimento da Meta do CNJ**

Estado	Índice de Cumprimento da Meta do CNJ (2014)
AC	100,00
AL	100,00
AP	100,00
BA	100,00
CE	100,00
DF	100,00
ES	100,00
GO	100,00
MA	100,00
MG	100,00
MS	100,00
MT	100,00
PA	100,00
PB	100,00
PE	100,00
PI	100,00
PR	100,00
RN	100,00
RO	100,00
RR	100,00
RS	100,00
RJ	100,00
RN	100,00
SC	100,00
SE	100,00
SP	100,00
TO	100,00
BRASIL	47,44
Meta	50,51

**Trabalhos estaduais**

Estado	Trabalhos em 2014	Trabalhos em 2013
AC	100	100
AL	100	100
AP	100	100
BA	100	100
CE	100	100
DF	100	100
ES	100	100
GO	100	100
MA	100	100
MG	100	100
MS	100	100
MT	100	100
PA	100	100
PB	100	100
PE	100	100
PI	100	100
PR	100	100
RN	100	100
RO	100	100
RR	100	100
RS	100	100
RJ	100	100
RN	100	100
SC	100	100
SE	100	100
SP	100	100
TO	100	100
Brasil	47,44	50,51

**Trabalhos estaduais**

Estado	Trabalhos em 2014	Trabalhos em 2013
AC	100	100
AL	100	100
AP	100	100
BA	100	100
CE	100	100
DF	100	100
ES	100	100
GO	100	100
MA	100	100
MG	100	100
MS	100	100
MT	100	100
PA	100	100
PB	100	100
PE	100	100
PI	100	100
PR	100	100
RN	100	100
RO	100	100
RR	100	100
RS	100	100
RJ	100	100
RN	100	100
SC	100	100
SE	100	100
SP	100	100
TO	100	100
Brasil	47,44	50,51

Fonte: *O Globo*, 18/01/2015.

A matéria apresenta a lentidão nos julgamentos de casos de corrupção e improbidade administrativa no Brasil, embora seja estruturada como uma cobertura factual e técnica sobre o descumprimento das metas do Conselho Nacional de Justiça. O viés analítico da publicação é capaz de apontar o posicionamento do jornal diante da crise política que envolvia o governo, a começar pelo título e a repetição do termo “impunidade”, criando uma atmosfera de urgência moral e uma cobrança para a celeridade.

O destaque é para a impunidade de políticos e gestores públicos. Apesar de apontar vários casos, destaca figuras políticas ligadas ao Partido dos Trabalhadores, como Fernando Pimentel. Mesmo sem citar diretamente a presidente, reforça a associação simbólica entre PT e a permanência da corrupção no Estado brasileiro. Além disso, colabora para a consolidação de uma narrativa segundo a qual a corrupção não é episódica, mas estrutural no modo petista de governar, principalmente quando realizada comparação entre modelos de corrupção em diferentes momentos. Além disso, a matéria elogia a atuação do juiz Sérgio Moro, apresentado como o contraponto ético e institucional ao “sistema corrompido”.

Esse discurso de moralidade e corrupção sistemática apresenta uma dicotomia entre a boa política e a má política, que é corrupta, aparelhada e ideológica e que precisa ser derrotada. Essa narrativa, porém, ignora a existência de corrupção em outros partidos e o papel das elites econômicas e empresariais nessa dinâmica. Essa retórica é percebida durante todo o período analisado.

A edição de 4 de março de 2016 do jornal apresenta uma cobertura com várias páginas dedicadas a matérias com o mesmo teor, de sistematização da corrupção nos governos petistas, principalmente em virtude da delação de Delcídio de Amaral, ex líder do governo e que acusa Dilma Rousseff de interferir na investigação ao tentar negociar o voto de um ministro do Supremo Tribunal de Justiça para soltar empresários ligados a escândalos da Lava Jato, além de apontar atuações do ex-presidente Lula para comprar silêncios para prejudicar as investigações.

As matérias foram apresentadas como um dossiê. A primeira das quatro coberturas traz o título “Delcídio estremece Planalto” e o subtítulo “A delação do senador lança acusações contra Dilma, pela primeira vez no centro da operação” (*O Globo*, 14/03/2016, p. 3).

**Imagem 8:** Matéria do *Globo*: Escândalos em série



Fonte: *O Globo*, 04/03/2016

A matéria que abre o dossiê dos escândalos é construída com a apresentação dos escândalos em blocos, numerados de 1 a 9, e sessões em destaque, que tratam sobre escândalos políticos: Lava Jato, Pasadena, Mensalão, CPI dos correios, CPI do Cachoeira, que funcionam

como uma listagem de escândalos vinculada diretamente ao PT e à figura de Lula e Dilma, construindo a visão de que o partido é corrompido e corruptor.

A cobertura distribuía acusações envolvendo Dilma Rousseff, como ciente dos escândalos, bem como agente ao intervir em processos como Pasadena e na nomeação de ministros. Ao Lula, recai a acusação de articulador de tentativas de silenciar Cerveró, ex -diretor da Petrobrás, além de receber benefícios e favores de empreiteiras. Essas afirmações são apresentadas como fatos relevantes e estruturantes do enredo político da crise.

*O Globo* utiliza-se do discurso retórico eficiente ao apresentar fontes institucionais que confeririam autoridade à narrativa apresentada, entretanto, evitando contextualizar as acusações e omitindo que são versões ainda não julgadas ou comprovadas, advindas de uma delação premiada, o que reforça a naturalização do discurso de acusação.

Além disso, as matérias apresentadas sob o título “Escândalos em Série” reforçam a perspectiva aqui apresentada de que existia uma intencionalidade editorial de comprovar a narrativa de um sistema de corrupção associada ao governo PT. Ademais, ao serem publicadas pouco antes da votação do *impeachment* contribuem para justificá-lo, com a construção da prerrogativa de que não existem mais condições morais e nem políticas para manutenção do governo.

Essa cobertura, combinada a charges, editoriais e colunas, associada às manifestações de movimentos das diretas, compuseram uma campanha que minou a legitimidade política e moral do governo Dilma Rousseff, funcionando como uma base para a aceitação popular do *impeachment*.

### **3. 2 O *Impeachment* nas mídias: Destaque das manifestações e o posicionamento dos jornais**

Com relação à cobertura dos protestos, a favor e contra o *impeachment*, nota-se uma disparidade na cobertura dos jornais. Os protestos dos apoiadores eram retratados como “manifestações históricas”, com ênfase no número de participantes e no caráter pacífico das manifestações, associando a crise ao PT, omitindo a participação de outras representações políticas e partidos de oposição.

Nesse sentido, enquanto as capas geram comoção e urgência, os editoriais ofereciam uma análise mais racional do processo de *impeachment*, enfatizando o caráter jurídico e a necessidade de investigar possíveis crimes cometidos pela presidente. Além disso, a repetição dos termos “lulopetismo” e “corrupção” sobre as manifestações, perceptíveis em manchetes e

editoriais, reforçam a condição do posicionamento das mídias em oposição ao Partido dos Trabalhadores.

Os jornais buscaram analisar e interpretar esses eventos para seus leitores, explicando as ramificações políticas e institucionais da crise de modo superficial e agindo também como mecanismo de efervescência dessa instabilidade. As manifestações de março de 2016 ganharam as capas das edições dos jornais, que apontavam como objetivo a defesa da ética na política, fim da corrupção e maior participação popular nos processos políticos democráticos e alguns pedidos de *impeachment* e intervenção militar.

Era possível observar a apropriação dos símbolos nacionais, já nessas primeiras manifestações, marca dos movimentos da direita. Os manifestantes apresentavam-se vestidos com a camisa da seleção brasileira de futebol e bandeiras do Brasil, ao som de palavras de ordem e entoando o hino nacional. As capas do dia 14 de março de 2016 são exemplo importante para constatar essa observação.

**Imagem 9:** Capas do *Globo* e da *Folha* sobre as manifestações



Fonte: Globo e Folha, 14/03/2016

A capa do jornal *O Globo* é elaborada para reforçar a ideia de que o *impeachment* tem respaldo popular e legitimidade moral e apoia a Operação Lava Jato, consolidando uma narrativa de oposição ao governo do PT, representado por Lula e Dilma, além de apoio ao juiz Sérgio Moro como símbolo da luta contra a corrupção, perceptível pela manchete “Brasil vai às ruas contra Lula e Dilma e a favor de Moro”, em linguagem afirmativa, direta e generalizadora.

O uso da palavra "Brasil" no sujeito da frase atribui às manifestações um caráter nacional e unitário, apagando divergências, disputas simbólicas ou movimentos contrários. Além disso, logo abaixo da manchete principal, “protesto pacífico reuniu 3,4 milhões de

pessoas em 320 cidades de todos os estados...” os dados são usados como instrumento de validação da narrativa. Ao apontar que as manifestações são pacíficas, o jornal também antecipa e esvazia possíveis críticas sobre excessos ou discursos antidemocráticos nos atos.

A mesma estratégia foi adotada pela *Folha de São Paulo*. A expressão “Ato anti-Dilma é o maior da história” estabelece um vínculo direto entre a quantidade de manifestantes e a ideia de que o governo perdeu totalmente sua legitimidade pública. A menção a “500 mil manifestantes na Av. Paulista”, segundo o Datafolha (2016), e ao número nacional de “2,5 milhões”, reforça o argumento quantitativo para validar a pauta dos protestos. Além disso, um quadro lateral compara o número de manifestantes em várias cidades, o que ajuda a reforçar a sensação de capilaridade nacional e apoio massivo ao interrompimento do mandato.

A escolha das imagens consolida uma leitura visual da narrativa defendida pela manchete: o povo é contra Lula e Dilma, e está com Moro e com a moralidade. As imagens de cartazes em destaque, com frases como “Nós somos Moro”, e a foto do triplex do Guarujá, com a inscrição “Você pagou essa obra”, reforçam o vínculo direto entre Lula e a corrupção, no caso da capa do *O Globo*. Na *Folha*, a fotografia da Avenida Paulista tomada por manifestantes, vestindo verde e amarelo, reforça a ideia de mobilização patriótica, associando os protestos à defesa da nação e da democracia.

A narrativa de que as manifestações nascem da insatisfação pública, da sociedade civil, atribui ao contexto uma dramaticidade e uma falsa ideia de consciência política popular, que agora identifica as falhas do governo petista e quer a sua destituição. Entretanto, as manifestações têm um caráter elitista e ideológico.

As capas dos jornais sobre as manifestações pró-governo Dilma Rousseff, publicadas em abril de 2016, contrastam significativamente com a forma como os veículos apresentaram as manifestações contra Dilma. Buscam registrar os atos pró-Dilma, mas com uma linguagem e composição mais comedidas, menor ênfase em termos de magnitude, e com enquadramento que limita sua legitimidade.

Imagem 10: Capas do *Globo* e da *Folha* sobre movimentos favoráveis ao governo



Fonte: *Globo* e *Folha*, 01/04/2016

Na manchete principal de *O Globo*, “Dilma tem dia de defesa nas ruas e no Congresso”, o termo “defesa” sugere que Dilma está sob julgamento, tanto simbólica quanto institucionalmente, e indica uma defesa pontual e momentânea. Ao contrário do que ocorreu com as manifestações em defesa do *impeachment*, a estrutura da manchete não associa a mobilização à ideia de povo ou legitimidade popular ampla.

Notam-se também outros contrastes, como a expressão “Atos pró-governo reúnem milhares em todos os estados e no DF”, que contrasta com “milhões”, usado para os atos contra Dilma, sem detalhamento estatístico ou tentativa de amplificar o alcance da mobilização. A cobertura é mais descritiva e técnica, sem o uso de superlativos como “maior da história” ou “Brasil vai às ruas”. Além disso, há espaço para contranarrativas, como a fala de ministros e juristas, afirmando que as pedaladas fiscais não justificam o *impeachment*, o que dá voz à defesa, mas não cria narrativa de legitimidade moral ou popular.

As imagens também são estrategicamente posicionadas para não gerar uma comoção ou apoio popular às manifestações. A presença de balões da Central Única de Trabalhadores (CUT) e de bandeiras vermelhas reforça o enquadramento partidário e sindical, vinculando o protesto a interesses organizados, não espontâneos ou universais, e não ocupa o mesmo espaço central da imagem da Avenida Paulista na capa do dia 14 de março de 2016.

Na capa da *Folha* a desproporção simbólica entre a relevância dos protestos pró-governo Dilma e o espaço que eles recebem no jornal é ainda mais notória, tanto visual quanto no editorial, em comparação com as manifestações pró-*impeachment*, anteriormente cobertas com manchetes centrais, imagens impactantes e destaque estatístico. A notícia sobre o ato anti-

*impeachment*, que reuniu 40 mil pessoas na Praça da Sé, aparece na parte inferior direita da capa, com um espaço muito reduzido, ocupando um pequeno bloco de texto.

Nessas coberturas, do *Globo* e da *Folha*, é importante pensar a estratégia de construção da narrativa adotada pelo jornal. Na primeira cobertura, imagens amplas das manifestações que ocorreram em São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Belo Horizonte e Fortaleza, enfatizando as cores dos movimentos, verde e amarelo, em oposição às cores dos movimentos de apoio ao governo, o vermelho dos partidos e movimentos sindicais.

A batalha das cores reflete as ideologias e valores dos diferentes projetos políticos no Brasil ao longo do tempo e, nesse contexto, o vermelho tem sido adotado como símbolo de movimentos políticos de esquerda. Partidos, como o Partido Comunista do Brasil (PCB), e suas variantes adotaram o vermelho em suas bandeiras e símbolos para representar a luta dos trabalhadores e a busca pela igualdade social.

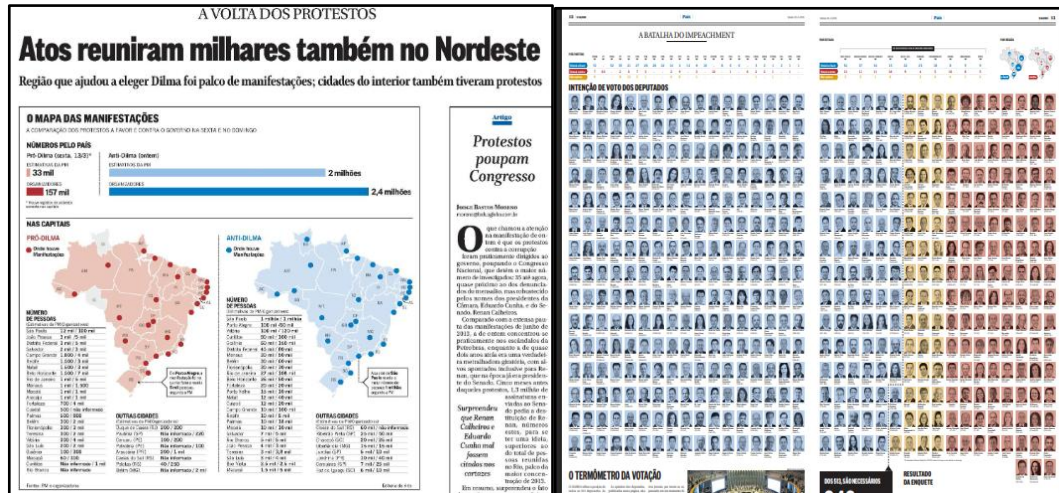
Além da associação ideológica com o comunismo, o vermelho também foi adotado por movimentos trabalhistas e sindicais, como a CUT e o PT, que o utilizam em suas bandeiras e materiais de propaganda para simbolizar a defesa dos direitos dos trabalhadores e a luta por justiça social, tal associação é evidente nas imagens dos protestos.

. A cor azul tem sido historicamente associada a projetos políticos de direita e conservadores no Brasil. Alguns partidos, como o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e o Democratas (DEM), adotaram o azul em suas identidades visuais para representar valores como ordem, estabilidade e conservadorismo.

Além do conservadorismo, o azul também tem sido utilizado por grupos e partidos políticos que defendem a liberdade econômica e o livre mercado, adotando esta cor em sua comunicação visual para representar a defesa da iniciativa privada e da redução da intervenção do Estado na economia.

Na representação do processo de *impeachment* são utilizadas as cores em contraposição, a exemplo desta cobertura de *O Globo*, com mapas representando pontos em que ocorreram manifestações pró e contra impeachment através das cores vermelha e azul, além da relação de intenção de votos na câmara com a mesma associação e intencionalidade.

**Imagem 10:** Associação de cores na cobertura do processo de *impeachment*



Fonte: *O Globo*, 16/03/2015

Ao adotar vermelho para representar o PT e Dilma, ligado ao partidarismo, radicalismo, ou ameaça à ordem - e o azul, ou verde e amarelo, para representar os grupos pró-*impeachment*, os jornais constroem visualmente uma divisão ideológica em que o azul é mais associado à moderação, equilíbrio e à razão, e o vermelho reforçando a criminalização simbólica do Lulismo.

Nos mapas das manifestações e nos infográficos de intenção de votos de deputados é perceptível que o vermelho identifica os votos contra o *impeachment* e o azul os votos a favor. Esse código não é neutro, pelo contrário, reforça o isolamento simbólico dos que se opõem ao golpe, mostrando-os como “resistentes” ou “minoria vermelha” e demarca a maioria como azul, limpa, unificada, racional. Nesse contexto, há uma lógica de guerra estética em que a política é transformada em disputa cromática e a escolha das cores não representa apenas dados, mas valores.

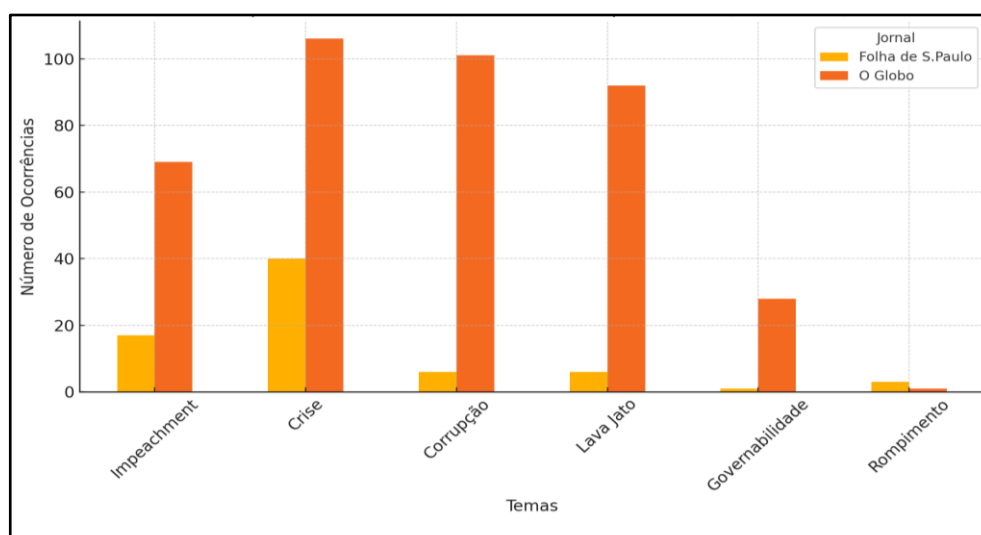
Essa antecipação e intensificação coordenada da pauta contribuíram decisivamente para a construção de uma narrativa dominante sobre o *impeachment*, na qual a representação visual, como o código cromático não neutro desempenhou um papel crucial em naturalizar divisões e hierarquizar posições.

Nesse sentido, a cobertura do processo de interrupção do governo ganhou maior destaque a partir de janeiro de 2016, com pico em março e abril do mesmo ano. A cobertura da *Folha de São Paulo* é mais intensa em março e abril de 2016, sugerindo um esforço editorial para pautar o debate público no momento de maior instabilidade política. Já *O Globo* se destaca pela antecipação da pauta, com menções recorrentes desde janeiro e fevereiro de 2016.

Isso sugere uma convergência entre os principais veículos da imprensa na intensificação da narrativa do *impeachment*, contribuindo para a construção de um ambiente de crise institucional, ampliado a partir de 2016, mas as coberturas ao longo de 2015 possibilitaram uma prerrogativa de crise política já sistematizada.

A partir da análise das fontes selecionadas foi possível a organização dos temas mais frequentes relacionados ao *impeachment*, descritos no gráfico 1. O gráfico evidencia a ênfase significativamente maior do jornal *O Globo* nos termos como: corrupção, Lava Jato e crise, reforçando sua atuação na construção de uma narrativa de deslegitimação do governo. A *Folha*, por sua vez, concentrou mais suas menções em: crise e *impeachment*, com menos destaque para o aspecto judicial e moral.

**Gráfico 1:** Frequência de temas relacionados ao *impeachment* (2015- 2016)



Fonte: Elaboração própria.

A cobertura política justifica a ocorrência dos termos nos dois jornais, entretanto, é necessária a compreensão da disparidade em que os temas aparecem em cada um dos veículos. Enquanto a *Folha* adota uma cobertura mais plural e ponderada da crise política, *O Globo* se engaja diretamente na construção de uma narrativa que legitima o *impeachment* como necessidade moral e institucional.

Com base na frequência dos termos do jornal *O Globo*, “*impeachment*” (69), “*crise*” (106), “*corrupção*” (101), “*lava-jato*” (92) e “*governabilidade*” (28), é possível perceber que a escolha e a repetição sistemática de certos termos não é aleatória. A frequência com que o jornal utiliza expressões como “*corrupção*”, “*Lava Jato*” e “*crise*” revela a estratégia editorial de construir uma narrativa centrada na deslegitimação moral, ética e administrativa do governo petista.

A temática da crise, por exemplo, sintetiza múltiplos colapsos como o econômico, o político e o institucional e sua vinculação direta à crise econômica. A incapacidade administrativa do governo Dilma reforça o argumento de que a presidente havia perdido a governabilidade, termo com 28 menções.

A insistência nessa ideia reforça o imaginário de que o Brasil estava à beira de um colapso sistêmico, e que esse colapso tinha um responsável claro: o governo Dilma Rousseff. Além disso, a alta incidência dos termos “corrupção” e “Lava Jato” revela a intencionalidade editorial de atribuir ao Partido dos Trabalhadores a corrupção como base de suas relações políticas. Nesse sentido, a cobertura do jornal constrói um ciclo discursivo de crise econômica, corrupção sistêmica, isolamento político e o *impeachment* inevitável. Nesse contexto, atuou como agente político na construção de um consenso ideológico, segundo o qual a retirada de Dilma e o fim do governo petista seria o único caminho para restaurar a ordem e a ética pública.

No jornal *Folha de São Paulo* o termo mais frequente é a crise, com 40 aparições. A abordagem do jornal é feita a partir de um enquadramento político, apresentando a conjuntura como resultado de uma desorganização do campo político, econômico e institucional, sem a narrativa moral tão evidente, mas ainda assim reforçando a ideia de que o governo estava sem condições de seguir governando.

Ao tratar sobre o *impeachment*, com 17 menções, percebe-se que houve um tratamento mais comedido do jornal em comparação ao *O Globo*, com 69 menções. Essa situação sugere a tentativa de preservar a imagem de neutralidade, evitando o tom abertamente militante. Entretanto, a cobertura ainda normaliza o processo ao não discutir com profundidade o caráter controverso e antidemocrático da destituição.

Os termos “corrupção” e “Lava Jato”, com apenas 6 ocorrências cada, mostram que a *Folha* não centrou sua narrativa na moralização da política como fez *O Globo*. Entende-se, portanto, que o jornal trata a corrupção como um dos elementos da crise, e não o único. No entanto, apesar de minimizar o tom acusatório, a *Folha* adota uma estratégia de distanciamento que protege sua imagem institucional, mas que não deixa de contribuir, ainda que indiretamente, para a deslegitimação simbólica do governo, o que faz ao longo do período através das capas, editoriais e manchetes.

Em menor quantidade estão os termos “governabilidade” (1) e “rompimento” (3), mas que também são importantes por indicarem que a *Folha* também acompanhou a crise da base aliada, mas sem dar a esse aspecto o mesmo peso que deu à noção ampla de “crise”. Isso aponta para um discurso que reforça a incapacidade da presidente Dilma em manter sua base aliada, o

que serviu de argumento técnico para o *impeachment*: um governo sem apoio no Congresso se tornaria inviável, mesmo que legalmente sustentado.

**Tabela 2:** Quantitativos do termo *impeachment* nas capas e nos editoriais (2015-2016)

<b>Jornal</b>	<b>nº de capas</b>	<b>nº de editoriais</b>
<i>Folha de São Paulo</i>	11	28
<i>O Globo</i>	14	5

Fonte: Elaboração própria.

Os dois jornais intensificaram a presença do termo “*impeachment*” nas capas e editoriais durante o ápice do processo político, indicando um posicionamento editorial alinhado à ideia de que o afastamento de Dilma Rousseff era iminente, necessário e legítimo. A atuação dos dois jornais nesse intervalo reforça que a mídia atuou como agente catalisador do processo, sobretudo o jornal *O Globo* e suas capas (14), ampliando a pressão sobre o governo e sobre o Congresso.

Após a análise dos dados é possível perceber que o número relativamente baixo de editoriais (5) no *Globo* aponta como o jornal concentrou sua narrativa institucional nas capas e reportagens, com uma cobertura ampla ao longo de todo o processo, inclusive já durante os primeiros meses do segundo mandato. Condição que evidencia a mobilização pública, por parte desse jornal, para o *impeachment* por meio da repetição em espaços de alta visibilidade, como as capas, com menos ênfase no discurso formal dos editoriais. Embora, ao tratar da temática nos editoriais não tenha poupado críticas duras e tendenciosas ao PT, a Dilma e ao Lula.

Com relação ao jornal *Folha de São Paulo*, embora tenha menos capas (11) com o termo, apresenta um número muito superior de editoriais (28), que indica o posicionamento do jornal e a construção de uma opinião técnica e jurídica sobre o processo capaz de construir uma base racional e discursiva para justificar a ruptura institucional. As capas aparecem em menor número e indicam a pseudoneutralidade do jornal, que faz uso da narrativa do *impeachment* como decisão ponderada e racional, influenciando elites políticas por meio da argumentação editorial, e não por apelo midiático com as capas e a moralidade política.

**Quadro 1:** Estratégia jornalísticas para as publicações

<b>Estratégia adotada</b>	<b><i>Folha de São Paulo</i></b>	<b><i>O Globo</i></b>

função das capas	Moderação e seletividade	Pressão direta e visibilidade máxima
função dos editoriais	Construção de legitimidade político-institucional	Participação pontual na sustentação editorial
discurso dominante	Intelectualizado, jurídico e racional	Moralizante, direto e visual
público alvo prioritário	“Formadores” de opinião	setores médios urbanos

Fonte: Elaboração própria.

Essa dinâmica dos jornais foi seguida durante todo o período de crise do governo Dilma Rousseff. O impresso da família Marinho preferiu atuar de forma mais direta e incisiva nas manchetes do que construir argumentações formais em seu espaço de opinião institucional. Isso, entretanto, não significa que elas não foram feitas, essas argumentações estavam presentes em editoriais, mas em quantidade inferior às coberturas nas capas e matérias do jornal.

Em contraposição, a *Folha*, ao invés de enfatizar a narrativa nas capas, recorreu aos editoriais como espaço privilegiado de formulação argumentativa para construir um discurso de legitimidade jurídica e política para o processo de interrupção do mandato. As capas foram utilizadas para uma cobertura política, mas as críticas e argumentações foram mais observadas nos editoriais.

Ao analisar as duas capas publicadas após a aprovação do *impeachment* é possível identificar o processo de legitimação do movimento contra hegemônico como desfecho inevitável, necessário e desejado.

**Imagem 11:** Capas do *Globo* e *Folha* após aprovação do processo de *impeachment*



Fonte: *O Globo* e *Folha de São Paulo*, 18/04/2016

As duas capas convergem para a construção do *impeachment* como um processo político válido e impreterível. A *Folha* usa o termo “*Impeachment!*” como uma declaração categórica, sugerindo que o fato, mais do que um processo, é um marco definitivo. *O Globo* prefere o tom mais técnico e finalista, “Perto do fim”, que sugere a proximidade do encerramento do ciclo de crise. Nos dois casos os jornais não apresentam o *impeachment* como objeto de disputa, mas como fato consumado e validado pela vontade institucional e popular.

Visualmente as duas capas são praticamente idênticas na construção da narrativa. As imagens escolhidas reforçam a ideia do Congresso como palco de vitória, com parlamentares vibrando e segurando cartazes com o “Tchau querida!”. A repetição desse tipo de imagem nas capas não apenas celebra o momento, mas naturaliza a ideia de que o *impeachment* era desejado e comemorado pela maioria legítima dos representantes do povo. Além disso, a expressão identifica o caráter misógino e sexista que foi a votação, uma vez que a expressão virou símbolo visual do processo como revanche contra o “lulopetismo” e contra o poder de uma mulher na Presidência.

A votação do *impeachment* de Dilma Rousseff, apesar de revestida pelo discurso da legalidade e da moralidade pública, foi marcada por uma performance política reacionária, machista e autoritária, simbolizada por elogios à ditadura militar, exaltações à família tradicional e à moral cristã. Os jornais- ao privilegiarem imagens de festa, palanques e frases genéricas sobre a democracia - silenciaram aspectos ideológicos centrais da votação, contribuindo para esvaziar sua dimensão simbólica e apagar a atuação da nova direita

parlamentar e esse silêncio, ou neutralidade, dos jornais não é omissão inocente, mas escolha editorial e ideológica.

Os editoriais do período também silenciam sobre esse tema e tratam sobre a conjuntura política de isolamento de Dilma Rousseff, aspectos econômicos e manobras falhadas para garantir a governabilidade. No editorial do dia 17 de março de 2016, a *Folha* constrói uma narrativa emocional e normativa em que o governo perde sua legitimidade não apenas por seus erros políticos, mas por sua imoralidade, articulando o discurso do *impeachment* como dever social.

**Imagem 12:** Editorial *Folha* de São Paulo sobre *Impeachment*



Fonte: *Folha de São Paulo*, 17/03/2016.

O texto trata da nomeação de Lula para o cargo de ministro-chefe da Casa Civil, por Dilma Rousseff, como uma “manobra cínica para escapar da Justiça, transformar o governo em refúgio de impunidade” (*Folha de São Paulo*, 17/03/2016, p. 2) e, assim, agravar a crise política e moral da República. Para o jornal essa nomeação ultrapassou os limites aceitáveis da política institucional, tornando o processo não apenas justificável, mas necessário. Além disso, afirma que Dilma e Lula perderam qualquer condição de liderar, governar ou reorganizar a coalizão no Congresso. A nomeação é descrita como o ato final de um governo sem rumo, sem legitimidade e sem capacidade de reação política.

Notou-se nesta publicação uma ruptura no estilo mais moderado e tecnocrático da *Folha*. Ao usar expressões como “manobra cínica”, “estelionato institucional” e “é o fim”, o jornal assume um posicionamento direto e moralizante, algo mais comum em *O Globo*. Nesse sentido, esse episódio evidencia como, em momentos cruciais, até veículos que prezam pela aparência de equilíbrio editorial aderem a discursos de ruptura institucional moralizante, reforçando hegemonias políticas dominantes.

Outro editorial de destaque é o do dia 27 de março, intitulado “Dizer o Óbvio”, em que a *Folha* argumenta que Dilma Rousseff tenta manipular a opinião pública ao sustentar que está sendo vítima de um golpe. O editorial afirma que essa tese ignora os dispositivos legais e tenta conferir ao governo uma legitimidade que já estaria esgotada. Dilma é descrita como “em desespero para se manter no poder”, apelando ao discurso do golpe como estratégia emocional e retórica, e não racional.

**Imagem 13:** Editorial da Folha de São Paulo sobre o golpe



Fonte: *Folha de São Paulo*, 27/03/2016

É possível inferir também que a narrativa do texto é tecida para desconstruir a imagem de resistência democrática de Dilma, retratando-a como alguém que nega a realidade institucional, ignorando a sua perda de apoio popular e parlamentar. Além disso, o editorial mostra que o jornal assumiu um papel de intérprete da Constituição, sugerindo que cabe ao jornal esclarecer à sociedade o que é ou não golpe, apropriando-se da linguagem jurídica para desqualificar a crítica política ao *impeachment*.

O editorial publicado um dia após a votação do *impeachment* da câmara dos deputados, 18 de abril de 2016, defende que, com a autorização para dar sequência ao processo de fim do mandato de Dilma Rousseff, não há mais justificativas para a permanência de Dilma Rousseff na Presidência, e que o Brasil precisa avançar com celeridade e estabilidade institucional. A *Folha* argumenta que a crise não pode ser prolongada artificialmente e que o país deve iniciar imediatamente um novo ciclo de governo.

**Imagem 14:** Editorial da *Folha* após a aprovação do *impeachment*



Fonte: *Folha de São Paulo*, 18/04/2016

A *Folha* enfatiza a expressiva votação da Câmara de 367 votos a favor como prova de que o processo tem respaldo político e democrático. Aponta ainda que o processo foi conduzido conforme as regras do Supremo Tribunal Federal (STF), buscando neutralizar o discurso de que o *impeachment* seria um golpe, como defende a oposição ao processo. Ao afirmar que “ (...) reflete a vontade da maioria da população” (*Folha de São Paulo*, 18/04/2016, p.2) o jornal vincula diretamente a decisão da Câmara à soberania popular.

O editorial sustenta também que, com o processo de interrupção do mandato em curso, o próximo governo precisa promover reformas eleitorais e econômicas emergenciais. Além disso, defende a continuidade da Operação Lava Jato, agora com foco em outras figuras políticas, o que demonstra a tentativa do jornal de reafirmar a legitimidade do combate à corrupção além do PT.

Embora defenda a continuidade da Operação Lava Jato e reforce a necessidade de “punir corruptos”, a ênfase da argumentação está na paralisia econômica e na urgência de reformas estruturais. E, nesse contexto, o jornal expressa preocupação com a retomada do crescimento, com a transição política e, sobretudo, com a estabilidade dos mercados. Isso indica que o verdadeiro núcleo da crítica editorial não é ético ou jurídico, mas econômico e estrutural. A menção à Lava Jato funciona como um recurso retórico para legitimar o discurso, mas o objetivo principal é restaurar a governabilidade para viabilizar uma agenda de reformas compatível com os interesses do mercado.

Os editoriais do jornal *O Globo* seguem a mesma linha. O editorial intitulado “Crise política joga a economia no chão”, publicado em 8 de março de 2016, apresenta uma análise econômica crítica do governo Dilma Rousseff. Nele a instabilidade política é apontada como a

principal responsável pela paralisação econômica, reforçando o argumento de que o governo perdeu a capacidade de governar.

**Imagem 15:** Editorial do *Globo* de crítica ao governo



Fonte: *O Globo*, 08/03/2016

A crise econômica brasileira é considerada uma das mais graves da história, não pode mais ser atribuída apenas a fatores externos ou cíclicos, mas sim ao colapso político do governo Dilma Rousseff, que é incapaz de implementar medidas por falta de base parlamentar e por um ambiente de desconfiança generalizada do mercado.

Com uma linguagem técnica a linha editorial do jornal aponta que os erros do governo são responsáveis pela crise econômica. Para o jornal, os investimentos estão em queda livre, o PIB recua, a confiança do mercado desaparece e o desemprego e a recessão estão diretamente ligados à crise política, e não apenas à conjuntura global. Soma-se ainda a essa análise, a desvalorização da Bolsa e do Real, além da retirada de investimentos da economia, como efeitos imediatos da instabilidade política, apontando recuos nos setores industriais e de bens de capital, e a percepção de que a retomada só será possível com outro governo ou outro ciclo político.

Além disso, o editorial critica o "discurso oficial" que culpa a economia global e atribui a recessão à aplicação das políticas do chamado "novo marco macroeconômico", iniciado por Lula e aprofundado por Dilma. No texto, as medidas paliativas e populistas - como controle de preços, subsídios e incentivos - mascararam temporariamente a crise, mas a economia agora colapsa sob seus próprios erros (*O Globo*, 08/03/2016, p. 3).

No editorial "Um passo para o *impeachment*", publicado pelo jornal *O Globo* logo após a aprovação do processo contra Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados em 18 de abril de 2016, nota-se o reforço na narrativa de legitimação discursiva da ruptura institucional, com forte apelo à ideia de urgência nacional, responsabilidade econômica, purificação moral da política, assim como na *Folha*.

**Imagem 16:** Editorial do *Globo* após aprovação do *impeachment*

**Opinião**

## Um passo para o impeachment

**A** aprovação, pela Câmara dos Deputados, da admissibilidade do processo de impeachment da presidente Dilma abre uma possibilidade concreta de que a crise econômica e o vácuo político sejam equacionados antes de 2018, a partir da saída do PT do Planalto, onde se encontra há 13 anos, o mais longo período na República de um grupo político no poder, por meio de eleições diretas. Mas patrocinador de uma catástrofe ética e uma hecatombe econômica.

É previsto infalível garantir que hoje Bolsa sobe e dólar cai, sinais característicos do bom humor dos mercados. Como tem sido nos últimos meses na repercussão de toda notícia negativa para o governo Dilma e, mais recentemente, sobre o ex-presidente Lula, convertido em chefe das forças de defesa da cidadela do Planalto sob o controle do PT.

São características dos mercados oscilações nervosas, que buscam se antecipar a fatos. Eles esperam no vício das expectativas. Como é neste caso do processo de impeachment.

Mas a derrota de ontem da presidente, revés grave para o projeto de poder do partido, não é definitivo.

de vida, aumento da violência, e assim por diante, sempre ladeira abaixo. Portanto, picuinhas entre caciques preeleitorais, Renan Calheiros e Temer, e jogo de cena para buscar favores do Planalto precisam ser deixados de lado a fim de que se possa para andar, com rapidez, o julgamento da presidente no Senado.

Aceito o processo pelo Senado, Dilma será afastada por até 180 dias, durante os quais governará Temer. Mas, se esgotado o prazo e o julgamento não tiver sido concluído, Dilma volta. É indiscutível que este cenário será letal para todos: para Dilma, PT e Lula, porque serão mais fortemente responsabilizados pela catástrofe, e para a aliança que terá assumido o governo, ao lado de Temer, por não ter estabilizado o país. Perdem os políticos e sofre mais ainda a população.

Logo, incabível qualquer justificativa razoável para o Senado não dar início à fase de julgamento da presidente com urgência máxima, obedecidos todos os trâmites legais, com respaldo do STF. Chega a ser uma questão de segurança nacional.

Mesmo que ainda falte o essencial, o julgamento, o vice Michel Temer tem de agir diante da situação em que está a economia. Ela é tão crítica que as únicas

quando as receitas caem, puxadas pela recessão. É, como sempre em nome da defesa do pobre, também rejeita desinjetar o Orçamento, cujas despesas crescem rumo ao infinito porque a inflação não para de subir, embora numa velocidade mais baixa. É inevitável o agravamento ainda maior da crise fiscal, que tornará o pobre miserável. Já se sabe o que esta fórmula econômica tóxica produz. Michel Temer, então, não pode esperar a abertura da fase de julgamento pelo Senado. Imóvel ele não está, a considerar o noticiário sobre sondagens a Arminio Fraga, economista, presidente do Banco Central no momento delicado de liberação do câmbio, com FFI, formulador do projeto econômico do candidato tucano Aécio Neves, derrotado por Dilma em 2014.

Se o olhar do político aponta para onde migra o poder — motivo pelo qual houve debandada na Câmara da base do governo para o Palácio Jaburu —, mercados têm também sentidos apurados. O exemplo pode não ser o ideal, mas ajuda a entender do que se trata: logo ao assumir, depois de derrotar nas urnas o kirchherismo na Argentina, Mauricio Macri fez fortes sinalizações para superar a

2014 com seu marqueteiro, João Santana, hoje preso, exibindo filmes em que a comida desaparecia do prato das famílias humildes se aderissem a eleição. Dilma garante que Temer aliados acabarão com o Bolsa Família — do por tucanos —, e o vice-presidente suga. Mas Temer precisa ir além. Não basta negar, mas, por exemplo, apresentar nomes de peso, respeitados, para pastas-chave.

Raposo da política — e Temer é uma delas — devem estar aconselhando o vice-presidente a evitar temas sobre a corrupção. Mas ele não deveria ouvir los. Lembremos: nos da reação expansionista do ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo, ao ver a foto em que Eduardo Cunha e Romero Jucá, de mãos dadas e braços erguidos, comemoraram a formalização da saída do PMDB da base do governo. “Meu Deus do céu! Esta é nossa alternativa de poder.” Cunha e Jucá, este, braço-direito de Temer, os dois denunciados pela Lava-Jato, sendo o primeiro dono de extenso patrimônio, são vistos como símbolos dos riscos que um governo Temer corre neste campo.

Orá, no lado do governo também há extensas folhas corridas de delitos, inclusive com o nome do PT. João Vercati

Fonte: *O Globo*, 18/04/2016

A aprovação do processo representa uma oportunidade concreta de saída para a crise econômica e política, desde que seja seguida de ações rápidas e coordenadas. A transição para o governo Temer é tratada como inevitável e necessária, e o *impeachment* como uma resposta legítima ao fracasso da gestão petista e à degradação institucional (*O Globo*, 18/04/2016, p.3).

A partir da análise realizada nos editoriais do período, nos dois veículos de mídia, foi possível identificar a narrativa construída de que o *impeachment* foi consequência da perda da governabilidade e do apoio popular ao governo. Além disso, embora os editoriais citassem a necessidade de continuidade da Operação Lava Jato e a necessidade de “punir corruptos”, a ênfase da argumentação está na paralisia econômica e na urgência de reformas estruturais.

Os jornais expressam preocupação com a retomada do crescimento, com a “transição política” e, sobretudo, com a estabilidade dos mercados. Isso indica que o verdadeiro núcleo da crítica editorial não é ético ou jurídico, mas econômico e estrutural. A menção à Lava Jato funciona como um recurso retórico para legitimar o discurso, mas o objetivo principal é restaurar a governabilidade para viabilizar uma agenda de reformas compatível com os interesses do mercado. Embora os governos petistas estivessem alinhados a práticas neoliberais, como o ajuste fiscal e a manutenção de alianças com o agronegócio e o setor financeiro, a mídia e a elite econômica já não via o PT como fiador confiável desse projeto. Ou seja, o problema não era a política econômica em si, mas o desgaste político e simbólico do PT como gestor do pacto neoliberal.

A aliança entre PT e elite neoliberal foi quebrada, e os jornais *O Globo* e a *Folha* passaram a defender a substituição do governo petista por uma gestão mais “técnica” e “eficiente”, ou seja, mais plenamente alinhada ao projeto liberal sem os compromissos históricos do PT com sua base popular e sindical.

### 3.3 Pós-Golpe: A disputa política e os rumos democráticos

O afastamento definitivo de Dilma Rousseff ocorreu em 31 de agosto de 2016, com a posse de Michel Temer (PMDB). O novo governo assumiu com o discurso da pacificação nacional e retomada da economia. A imprensa, então, nesse período, que se estende de agosto de 2016 a 2018, passou a adotar um tom mais técnico e econômico, com foco na chamada “Ponte para o futuro”, documento que apresentou as prerrogativas do novo governo, não legitimado pelas urnas, as reformas estruturais, como a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do Teto de Gastos (EC 95/2016).

No dia 12 de maio de 2016, *O Globo* publica um perfil do presidente interino que revela uma série de estratégias simbólicas que ajudam a construir e legitimar a figura do novo presidente como um líder institucional, discreto, confiável e preparado para o exercício do poder.

**Imagem 17:** Matéria do *Globo* com o perfil de Michel Temer



Fonte: *O Globo*, 12/05/2016

A matéria é dividida em duas partes centrais: uma narrativa biográfica, centrada na trajetória política de Michel Temer, marcada por lealdades institucionais, prudência e longa experiência e um perfil da primeira-dama Marcela Temer, apresentado de forma idealizada, tradicional e apolítica.

A partir dessa narrativa, o jornal constrói uma imagem de Temer como um "Homem cordial", que respeita normas e a liturgia do cargo, um político experiente e discreto, contrastando com o "caos" e a “crise” atribuída ao governo Dilma Rousseff. Além disso, ressalta a característica de um político profissional, um “negociador cauteloso”, supostamente movido por princípios constitucionais e democráticos, não por ambição.

Ao analisar o texto percebe-se a omissão das críticas ou menções mais incisivas às articulações políticas que Temer conduziu nos bastidores para viabilizar o *impeachment*. Não menciona diretamente Eduardo Cunha, embora sua figura seja central para a derrubada de

Dilma, além de não questionar a legitimidade da ascensão de Temer, apresentando-o como inevitável e até desejável.

A exaltação a Marcela Temer e sua postura tradicional reitera um papel de gênero conservador, contrastando com Dilma, ajudando a simbolizar uma “nova era” mais palatável às elites. O destaque dado à vida privada e à relação com Marcela Temer reforça a imagem de um homem que, além da política, é um representante da “família tradicional”, o espaço da harmonia e da autoridade patriarcal.

Nesse sentido, a matéria apresenta Michel Temer como um fiel representante da elite política brasileira reservado, conciliador, hábil articulador, alguém que ouve mais do que fala. Essas características o aproximam da ideia de um líder emocionalmente equilibrado e moderado, em oposição ao estereótipo da “presidente dura e isolada” associado a Dilma. A associação com o conceito de Sérgio Buarque de Holanda, “homem cordial”, é perfeitamente construído para passar esse simbolismo a uma elite letrada que age com suposta delicadeza, mas que exerce poder real por meio de relações personalistas e alianças invisíveis.

Em contraposição ao perfil traçado de Temer, a página seguinte mostra a trajetória política de Lula e do Partido dos Trabalhadores, com fotos e linha do tempo que mostram sua trajetória política de lutas sindicais, greves e “radicalismo” na manchete “O caso do PT: das greves do ABC ao Planalto, fim de um ciclo” e na sub manchete “abalada por escândalos de corrupção, legenda sai de cena denunciando um ‘golpe’” (*O Globo*, 12/05/2016).

**Imagem 18:** matéria do *Globo* sobre PT



Fonte: *O Globo*, 12/05/2016

Ao lado da manchete, a imagem de Dilma Rousseff sobre uma bicicleta com a legenda “Pedalada solitária”, a imagem de Lula e de investigados pela Operação Lava Jato, como José Dirceu e Palocci, com a legenda “Pilares do partido”, atribuem visibilidade ao texto que narra sobre os escândalos políticos do Partido.

A cobertura feita pelo Jornal *O Globo*, no momento da transição entre o governo Dilma Rousseff e o governo interino de Michel Temer, evidencia uma operação de reordenação do campo político, mediada pelo discurso jornalístico. De um lado, Dilma é retratada como uma presidente isolada, enfraquecida politicamente e identificada com os escândalos da Lava Jato, narrativa reforçada pela imagem da “pedalada solitária”, que condensa, em um símbolo visual, a ideia de decadência e abandono. De outro, Michel Temer é apresentado como representante da elite tradicional brasileira, cuja imagem pública é cuidadosamente moldada para inspirar estabilidade, diálogo e retorno à “normalidade”.

Esse contraste, longe de ser neutro ou puramente informativo, revela um projeto narrativo de reconstrução da legitimidade institucional, que envolve tanto o apagamento das conquistas sociais dos governos petistas quanto a reabilitação de uma elite política que o próprio discurso da moralidade havia, até pouco tempo, colocado sob suspeita. O destaque à figura da esposa de Temer, à ideia de família tradicional, e à política de bastidores reforça a estética da previsibilidade e da governabilidade, contrapondo-se à figura de Dilma, tratada como emocional, intransigente e desarticulada.

Outra percepção importante está nas linhas do tempo publicadas pelo jornal sobre o Partido dos Trabalhadores e sobre a carreira política de Temer, que ilustra uma seleção estratégica de eventos que prioriza os escândalos de corrupção, esvazia a memória dos avanços econômicos e sociais promovidos pelo PT e valoriza a habilidade de negociação e relações políticas do presidente interino. Essa seleção atua como um instrumento de deslegitimação histórica, em que o partido é retratado como um ciclo encerrado, cuja ruína seria consequência de desvios éticos estruturais.

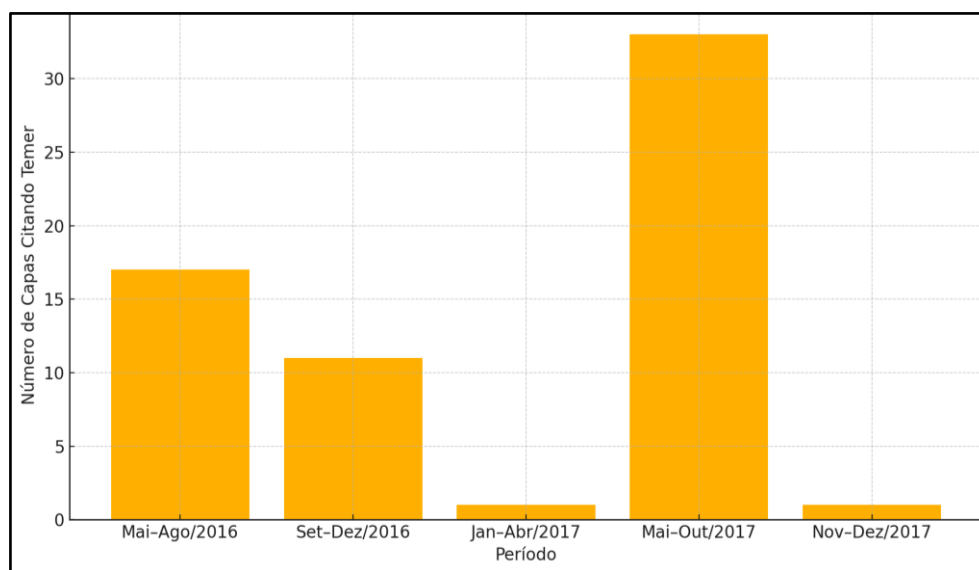
Nesse mesmo dia, a *Folha* publica o editorial “O fim e o princípio”, que revela o posicionamento editorial do jornal em relação ao *impeachment* de Dilma Rousseff e à legitimação do novo governo. Diferente do *Globo*, o texto não faz uma exaltação a Temer, defende que o *impeachment* foi consequência dos “inúmeros erros” de Dilma Rousseff e apresenta Michel Temer como uma oportunidade para restaurar a ordem institucional e a confiança econômica, ainda que por tempo limitado.

O jornal apresenta cautela em relação à nova gestão, principalmente quando trata da observação de que o então presidente não desperta entusiasmo, mas tem respaldo institucional para atuar. Nesse sentido, o texto evita adulações, mas oferece ao novo presidente o benefício da dúvida, sugerindo que ele terá pouco tempo, mas uma oportunidade real de agir com eficiência.

A questão central na análise aqui realizada é a disparidade na comparação da cobertura dos dois jornais em relação ao novo governo que expressam duas formas complementares de legitimar a nova ordem política pós-*impeachment*: enquanto *O Globo* opta por uma construção simbólica de celebração e personalista, a *Folha* adota uma estratégia de legitimação tecnocrática e condicional, apresentando o novo governo como uma aposta racional diante do colapso petista. Ou seja, *O Globo* atua a partir da exaltação do novo ciclo, enquanto a *Folha* prefere se posicionar como cautela política ainda que os dois jornais partam do mesmo princípio: o de que o ciclo petista precisava ser encerrado.

A análise das capas do jornal *O Globo* que citam Michel Temer, entre maio de 2016 e dezembro de 2017, revelam movimentos editoriais diretamente ligados ao contexto político. Com a ascensão de capas diretamente ligadas a Temer junto ao contexto de crise política do seu governo, assim como é possível observar no gráfico 2 que segue:

**Gráfico 2:** Visibilidade de Michel Temer nas capas do jornal *O Globo* (2016 a 2017)



Fonte: Elaboração própria.

De maio a agosto de 2016 as capas demonstram o padrão editorial do jornal, com um crescimento na citação de Temer nas capas de maio (10 menções). As temáticas mais abordadas são a Lava Jato, o teto de gastos e as reformas essenciais para a retirada do país da crise. As publicações de maio contribuíram para legitimar o novo governo, deslocando o foco da ilegitimidade do processo para uma agenda de ordem e responsabilidade fiscal. As menções à Lava Jato, que antes condenavam o PT, aqui são mais suavizadas.

De setembro a dezembro de 2016 as publicações são sobre a necessidade de ajuste fiscal e estabilidade, a aprovação da PEC de gastos do governo e a busca por apoio no

congresso. Nesse período nota-se uma diminuição de capas que citam Temer diretamente, em contrapartida com a ênfase nas reformas estruturais, como a previdência e o teto de gastos. Nesse período a temática governabilidade é recorrente, consolidando uma narrativa técnica que visa mostrar Temer como um político responsável pelas negociações necessárias para as reformas, ainda que impopulares. O silêncio sobre denúncias é calculado para não deslegitimar um governo em “missão de salvação fiscal”.

De janeiro a abril de 2017, o início do segundo ano do governo, cresce a insatisfação popular, período que converge com a greve geral em abril<sup>15</sup>. Não houve de janeiro a fevereiro nenhuma capa diretamente ligada a Temer e os temas de maior ocorrência - relacionados às reformas, crise dos estados, Lava Jato - permanecem em pauta, mas Temer é quase ausente. Isso reflete um silenciamento do jornal em relação às críticas e impopularidade do presidente, o foco das publicações reside nas “soluções de governo”, evitando associar Temer diretamente aos problemas emergentes como o desemprego ou a greve.

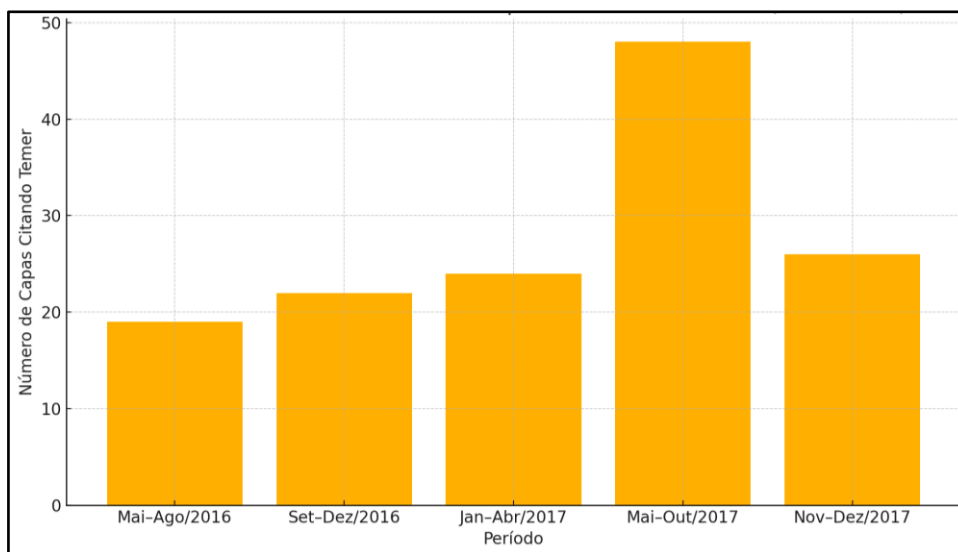
A crise política se intensifica entre maio e outubro de 2017, com gravações de Joesley Batista e denúncias contra Temer, acusado de corrupção passiva. Ocorre, então, uma explosão de capas já em maio (10 menções) e em junho (10 menções), ganhando centralidade as denúncias, o apoio, à pressão e a crise política. Embora ocorra a publicação e o não silenciamento em relação às denúncias, não há nenhuma condenação explícita ou discurso de ruptura, como houve na cobertura da Lava Jato sobre as acusações relacionadas a Dilma Rousseff e Lula, por exemplo. A partir de novembro notou-se uma diminuição das capas diretamente relacionadas a Temer. Esse silenciamento editorial indica uma estratégia de focar em temas estruturais em vez de arriscar deslegitimar o próprio projeto neoliberal que Temer representa. Desse modo, as publicações de novembro a dezembro de 2017 tiveram maior destaque nas reformas e na economia dos estados.

As capas da *Folha de São Paulo*, durante o mesmo período, mostram uma cobertura mais voltada a dar visibilidade ao presidente Temer nas capas das edições de maio de 2016 e 2017. De modo geral, a cobertura está relacionada a aspectos econômicos e às reformas previdenciária e trabalhista. O jornal divulga dados sobre orçamento, funcionamento do Estado e desemprego, por exemplo, e traz manchetes de capa apresentando as reformas com tom jornalístico de defesa da implementação.

---

<sup>15</sup> As principais entidades sindicais do Brasil convocam uma greve geral contra a ampliação da terceirização e as reformas previdenciária e trabalhista.

**Gráfico 3:** visibilidade de Michel Temer nas capas da *Folha de São Paulo* (2016-2017)



Fonte: Elaboração própria.

Pelo padrão das capas é possível perceber uma cobertura maior de maio a agosto de 2016 sobre as expectativas para o novo governo, adotando, portanto, a mesma estratégia jornalística do *O Globo*.

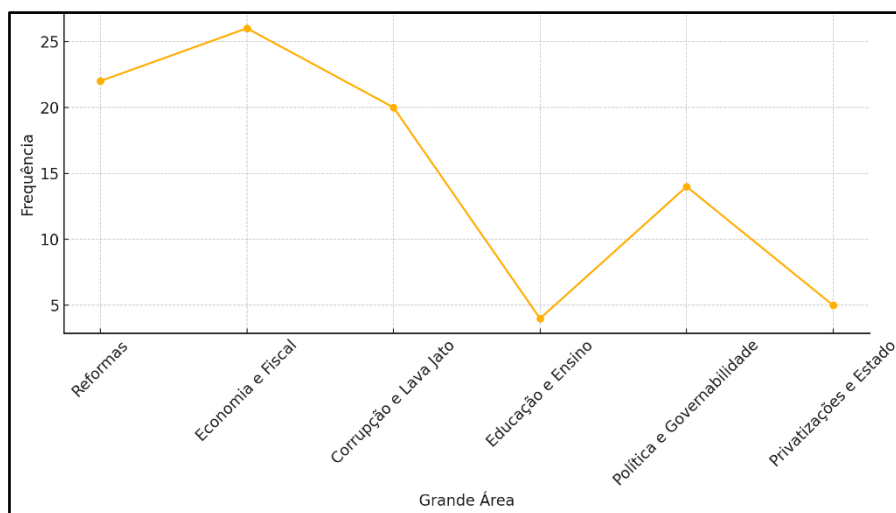
A partir de 2017, notou-se uma ascensão das temáticas voltadas às reformas e ao julgamento da chapa Dilma e Temer, sendo o ápice da cobertura nos meses de maio e junho de 2017, com 30 capas, durante as graves denúncias de corrupção da JBS contra Temer. As quedas na visibilidade ocorreram em junho de 2016 com apenas 1 capa diretamente ligada a Temer, embora denúncias e delações ligando o presidente aos escândalos estivessem vindo a público. A outra queda foi observada em janeiro e fevereiro de 2017 com 4 e 3 capas, respectivamente, ainda que o governo enfrentasse críticas e instabilidade.

Assim como *O Globo*, ocorreu uma exposição seletiva com ampliação da visibilidade quando há crises públicas incontornáveis, mas reduz a cobertura direta nos momentos de desgaste contínuo, em um processo de preservar a institucionalidade. A análise dos temas mais frequentes nas capas reforçam essa prerrogativa.

As reformas previdenciária e trabalhista e o teto de gastos aparecem de forma constante ao longo de 2016 e 2017 e a economia e a recuperação fiscal são destaques nas capas de quase todos os meses, mesmo em momentos de crise política. As denúncias contra Temer têm maior evidência entre os meses de abril e junho de 2017 e as crises regionais e segurança pública são colocadas como caos generalizado do país, como problemas herdados da gestão petista.

Com relação aos editoriais do período foi possível identificar as grandes áreas temáticas recorrentes nas publicações dos dois jornais e há uma similaridade em algumas temáticas abordadas nas capas que também são debates nos editoriais.

**Gráfico 4:** Áreas temáticas dos editoriais de 2016 a 2017



Fonte: Elaboração própria.

As áreas temáticas dos editoriais revelam que os jornais estão alinhados à agenda neoliberal, priorizando temas como reformas estruturais, austeridade fiscal e combate à corrupção. A distribuição dos temas evidencia uma narrativa seletiva dos jornais frente à conjuntura política e econômica, especialmente no contexto pós-*impeachment* de Dilma Rousseff.

As reformas, as áreas econômica e fiscal lideram o gráfico com ampla margem. Essa recorrência indica a legitimação do governo Temer como necessário para restaurar a “ordem econômica”, mesmo diante de uma crise de legitimidade política e institucional. A defesa do teto de gastos, da reforma trabalhista e da reforma da previdência é constante, o que indica a adesão dos jornais à política de contenção de gastos públicos.

A terceira grande área mais frequente nos editoriais são a corrupção, a Operação Lava Jato e a identificação do discurso da moralização política como recurso de pressão seletiva, concentrando suas críticas em figuras do governo Dilma Rousseff e em momentos específicos da fragilidade do governo Temer, mas sem a mesma frequência crítica. Ao contrário, sua crítica à corrupção vem frequentemente acompanhada de ressalvas sobre a necessidade de manter o governo para garantir as reformas econômicas.

Os editoriais sobre governabilidade e a busca por apoio político pelo governo Temer também aparecem com destaque, mostrando o acompanhamento próximo das estratégias de sobrevivência do governo Temer. No entanto, a abordagem nesses editoriais é descritiva e com

tons de justificativa, tratando sobre concessões e alianças como necessárias à estabilidade, sem aprofundar críticas à degeneração da legitimidade democrática.

Além disso, houve nos editoriais a marginalização de temáticas sociais, como é o caso das temáticas da área educação e ensino, especialmente educação pública e, apesar de estarem no centro das disputas políticas do período, foram pouco discutidas nos editoriais e nas capas dos jornais, assim como as privatizações.

Essa invisibilização de pautas sociais aliada à ênfase contínua em reformas liberais e à deslegitimação de políticas públicas redistributivas, contribuiu para o esvaziamento do debate democrático no período. Nesse contexto, o ano de 2018 marcou a intensificação da crise de representatividade e a radicalização do discurso político, culminando na eleição de Jair Bolsonaro, um candidato que se projetou a partir do descrédito das instituições tradicionais e da retórica antipolítica amplamente difundida nos meios de comunicação. No dia 13 de novembro de 2017, a *Folha* coloca Bolsonaro em pauta em seu editorial:

**Imagem 18:** Editorial da *Folha de São Paulo* sobre Bolsonaro



Fonte: *Folha de São Paulo*, 13/11/2017

Com tom crítico, mas ao mesmo tempo analítico, o jornal descreve-o como um candidato que está fora dos circuitos tradicionais da política, sem partido forte ou base consistente, com retórica raivosa e preconceituosa. Além disso, associado à defesa da ditadura militar, ao autoritarismo e à hostilidade a direitos civis. Entretanto, apesar da crítica, o jornal optou por questionar a viabilidade prática da candidatura pela ausência de propostas claras, alianças e planejamento e alertar para sua trajetória parlamentar apagada.

Nesse contexto, o jornal criticou, mas não deslegitimou o candidato, o texto é crítico ao histórico do então deputado, menciona sua retórica autoritária, machista e discriminatória, e destaca sua inexpressiva trajetória parlamentar e a fragilidade de suas propostas econômicas. Ainda assim, Bolsonaro é tratado como um ator legítimo no processo eleitoral, descrito como "em ascensão", "segundo colocado", com uma campanha a ser "remendada". Desse modo, a crítica ética e institucional à candidatura de Bolsonaro é limitada e subordinada a uma racionalidade política e mercadológica.

Mais uma vez é possível reforçar o alinhamento editorial com a intencionalidade de preservar o projeto econômico neoliberal, ao invés de sustentar um posicionamento firme em defesa da democracia. Essa tendência já havia se manifestado em 2016, com a retirada do apoio à presidenta Dilma Rousseff, apresentada como incapaz de garantir estabilidade e governabilidade para o avanço das reformas. Michel Temer, por outro lado, apesar das denúncias e da impopularidade, foi tratado como político técnico e profissional, alguém que podia levar adiante as reformas estruturais, como o teto de gastos, a reforma trabalhista e a previdenciária.

Bolsonaro, por sua vez, não apresentava um alinhamento claro a esse projeto econômico. Ele dizia não entender de economia, defendia uma presença forte do Estado em certos setores e não apresentava, naquele momento, um plano estruturado de privatizações ou reformas. Mesmo assim, o jornal não o descartava como figura política. Isso porque a *Folha* reconhecia o potencial simbólico e popular da sua candidatura, principalmente por sua retórica antipetista e pela sua capacidade de catalisar o descontentamento com a política tradicional.

A candidatura de Bolsonaro é então colocada em análise pelo jornal como o político capaz de romper com os ciclos petistas e, ainda que não formulasse claramente um projeto neoliberal, poderia vir a viabilizá-lo com apoio técnico posterior, como ocorreu na escolha do ministro da economia do seu governo, Paulo Guedes, que estava diretamente ligado a grupos liberais. Ou seja, o jornal não o apoiava diretamente, mas tampouco o combatia como combateu outros atores que, mesmo comprometidos com ajustes econômicos, não representavam mais os interesses do capital de forma confiável, como foi o caso de Dilma Rousseff.

A condenação e posterior prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em abril de 2018, teve papel central na reconfiguração do cenário eleitoral. Mesmo liderando as intenções de voto em todas as pesquisas até aquele momento, Lula foi impedido de disputar as eleições por decisão do Tribunal Superior Eleitoral, amparado na aplicação da Lei da Ficha Limpa. Sua ausência não apenas inviabilizou a consolidação de um projeto popular de centro-

esquerda, mas também fragmentou seu eleitorado entre candidaturas que não conseguiram, isoladamente, reproduzir seu capital político.

Nesse vácuo de representatividade, Jair Bolsonaro, já alçado ao segundo lugar nas pesquisas, assumiu a liderança com maior estabilidade, sobretudo após o atentado que sofreu durante a campanha, episódio que o blindou de debates públicos e lhe conferiu apoio popular significativo.

Sem uma base partidária sólida, sem apresentar um programa detalhado, e mesmo com resistências no campo econômico e institucional, Bolsonaro passou a ser percebido por amplos setores sociais como a única alternativa capaz de “romper com o sistema”. A combinação entre o impedimento da candidatura de Lula, o desgaste das figuras políticas tradicionais e o fortalecimento discursivo da antipolítica permitiu que Bolsonaro conquistasse votos suficientes, boa parte dos conservadores, consolidando-se como o nome viável para o segundo turno.

O jornal *O Globo* apresenta comportamento editorial parecido ao se referir ao então candidato. Não conferindo destaque em editorial, mas em matérias. A publicada no dia 15 de abril, por exemplo, faz uma radiografia do eleitorado e da ascensão de Jair Bolsonaro nas pesquisas eleitorais de 2018, destacando a liderança sem Lula como principal nome da direita radical com apoio entre homens, jovens, evangélicos e eleitores de classe média.

**Imagem 19:** Matéria do *Globo* sobre Bolsonaro



Fonte: *O Globo*, 15/04/2017

O tom narrativo é ambíguo, entre a crítica e o informativo, e aponta uma das principais marcas da candidatura, que é o discurso duro sobre segurança pública, sintetizado pelo bordão “bandido bom é bandido morto”. Além disso, a centralidade da matéria está no discurso de seus apoiadores que o veem como antissistema, antipetista, conservador nos costumes, mesmo com declarações polêmicas frequentemente confrontando a Constituição, como a defesa da pena de morte e ataques aos direitos humanos. Ao apontar os absurdos ditos por apoiadores o jornal

parece induzir o leitor à reflexão crítica, mas sem tornar abertamente seu posicionamento institucional.

A matéria também aponta a rejeição de 29% do eleitorado, baseada em falas racistas, machistas, homofóbicas e autoritárias, e expõe contradições ideológicas do candidato: sua trajetória política com posições estatistas e nacionalistas e sua recente tentativa de se aproximar do mercado. O texto também detalha a estratégia de comunicação digital da campanha, baseada em redes sociais, vídeos informais e voluntariado descentralizado.

Ao destacar as “vozes populares” o jornal escolhe os trabalhadores, pequenos empresários, moradores da zona rural e integrantes da classe média baixa como os sujeitos que apoiam Jair Bolsonaro e suas pautas autoritárias, o jornal *O Globo* constrói uma narrativa de que a adesão ao discurso radical não vem das elites econômicas, mas da base da sociedade.

Essa construção de narrativa justifica a ascensão da direita radical no Brasil a partir de um sentimento de frustração legítimo com o sistema político e essa escolha não é imparcial. Ao focar em indivíduos que expressam descrença nas instituições, cansaço com a corrupção e medo da violência, o jornal sugere que o bolsonarismo emerge como resposta social espontânea e legítima à falência dos governos anteriores, em especial dos governos petistas. Embora não diga isso diretamente, a matéria permite a percepção de que a corrupção e o descrédito da política geraram frustração popular que legitima o surgimento de um candidato como o do perfil de Bolsonaro.

Esse tipo de narrativa isenta parcialmente a elite política e econômica tradicional, inclusive a própria imprensa, da responsabilidade sobre o avanço do autoritarismo. O jornal não expõe a convivência de setores empresariais e midiáticos com as pautas neoliberais ou com a Operação Lava Jato, que foi tratada como consenso nacional e não como instrumento político seletivo. Em vez disso, transfere a crise de legitimidade para os erros e escândalos do PT, apresentando-os como a origem do colapso institucional que abriu espaço para a radicalização. Esse posicionamento editorial é confirmado no editorial de 25 de agosto de 2018

## Imagem 20: Editorial do *Globo* sobre a disputa eleitoral



Fonte: O *Globo*, 25/08/2018

O editorial atribui indiretamente a ascensão conservadora à atuação prolongada do PT no poder, ao descrever que a “crispação política” promovida pela esquerda produziu o ambiente fértil para o crescimento da direita conservadora, ou seja, o desgaste dos governos petistas possibilitou o enrijecimento político e o surgimento de um novo polo político mais radicalizado.

Nesse contexto, ao colocar o PT como "protagonista da crispação", o jornal não analisa a crise institucional como responsabilidade de múltiplos atores que inclui os próprios veículos de comunicação e as elites econômicas, mas canaliza a origem da polarização em direção a um dos polos políticos, reforçando uma leitura que exime setores liberais ou a mídia hegemônica da responsabilidade na radicalização do debate público.

A fim de validar e dar credibilidade a essa narrativa, o jornal usa o IBOPE como base empírica para sustentar que há um lastro social legítimo para o conservadorismo, especialmente entre as classes médias e setores mais escolarizados. O jornal busca, assim, apresentar a onda conservadora como um reflexo da vontade popular, e não como construção de elites ou produto de manipulações midiáticas.

Ao final do editorial o jornal reafirma a necessidade de confronto entre visões ideológicas como elemento essencial da democracia, dando ao editorial um fundo de discussão política e preocupação com o contexto político nacional. Essa mesma narrativa é observada ao longo do período eleitoral e ganha a capa do dia 21 de outubro de 2018 com a manchete “Do Lulismo ao Bolsonarismo”, sendo reforçada no editorial após a vitória de Bolsonaro no dia 29 de outubro de 2018.

**Imagem 21:** Editorial do *Globo* após vitória de Bolsonaro



Fonte: *O Globo*, 29/10/2018

O jornal afirma que a vitória de Bolsonaro é prova da “solidez do Estado democrático de direito”, apesar de reconhecer a “elevada combustão” da campanha eleitoral. Cita ainda a exclusão de Lula das eleições, como uma vitória jurídica e que qualquer tentativa de recolocá-lo como candidato seria um “contorcionismo jurídico” e um verdadeiro “golpe”. Uma alusão ao discurso da esquerda sobre o golpe parlamentar sofrido por Dilma Rousseff.

Nesse contexto enfatiza que a eleição de Bolsonaro representa o encerramento de um ciclo petista e a chegada de um governo de “direita assumida”. Além de destacar a necessidade de conciliação após a “intoxicação” da campanha, atribuindo o clima de radicalização tanto a Bolsonaro quanto ao PT.

O tom do editorial é institucional, conciliador e moderadamente otimista, mas com fortes críticas à esquerda e uma valorização da condição militar do candidato eleito. Embora cite a retórica violenta de Bolsonaro como “absurdos proferidos da tribuna livre”, o jornal rapidamente relativiza o impacto, equiparando sua conduta à do PT e diluindo qualquer acusação de autoritarismo. Dessa forma, o texto busca normalizar a vitória de Bolsonaro e sua agenda conservadora ao apresentá-la como legítima e necessária ao reequilíbrio democrático, contrastando com a suposta ameaça representada pelo lulopetismo.

Além dessas questões, o editorial reforça na narrativa central, presente em toda a cobertura do jornal *O Globo*, a necessidade de prioridade das reformas econômicas, com destaque para o combate ao desemprego e controle fiscal, deslocando o foco dos riscos democráticos para a estabilidade do mercado, como já ocorria na cobertura do governo Temer.

O editorial do mesmo dia da *Folha*, intitulado "Bolsonaro e a esfinge", revela um texto de tom institucional, pragmático e economicamente alinhado ao mercado, com uma retórica de advertência moderada sobre os riscos democráticos que a vitória de Bolsonaro representa. Em comparação com *O Globo*, adota uma postura de cautela, com foco prioritário na governabilidade, estabilidade econômica e reforma da Previdência.

**Imagem 21:** Editorial *Folha de São Paulo*



Fonte: *Folha de São Paulo*, 29/10/2018

O editorial não celebra Bolsonaro, mas também não o rejeita. A eleição é lida como um fato legítimo, e o presidente eleito será aceito desde que cumpra o que o mercado espera dele: reformas fiscais, equilíbrio orçamentário e contenção do “custo Brasil”. A advertência “ou será devorado” assume tom dramático, mas não pelo risco democrático e sim pelo risco de fracasso econômico. A *Folha* deixa clara as condições para a aceitação do novo presidente com uma lista de ações das quais chama de “Uma agenda virtuosa”.

De acordo com o editorial, o risco para o país, segundo a *Folha*, não está na radicalização política, mas na ineficiência administrativa e na hesitação diante das reformas (*Folha de São Paulo*, 29/10/2018). Desse modo, apesar de mencionar o discurso radical e a defesa de ideias como armamento, homofobia ou militarismo, a *Folha* não trata esses pontos como centrais. Em vez disso, o texto os enquadra como barreiras morais a serem modificadas pelas instituições, e a necessidade de que o presidente “se modere”. Assim, o jornal dá um “crédito de confiança” condicional a Bolsonaro.

Os dois jornais, ao centrarem sua análise em “eficiência”, “mérito” e “competência técnica”, evitam discutir o papel do sistema de mídia, do empresariado e do próprio Judiciário na criação do cenário que levou à ascensão de Bolsonaro. Essa omissão contribui para normalizar a ruptura democrática, transformando um evento em um novo ciclo político e a necessidade de alinhá-lo ao mercado.

Desse modo, os jornais *O Globo* e *Folha de São Paulo* desempenharam um papel central na conformação da crise política que abriu caminho para a ascensão da extrema-direita no Brasil. Ao longo da cobertura da crise do governo Dilma Rousseff e da Operação Lava Jato,

a imprensa adotou uma postura seletiva e tendenciosa, enfatizando escândalos de corrupção ligados ao Partido dos Trabalhadores e silenciando aspectos estruturais da instabilidade institucional e econômica do país.

Essa cobertura não apenas deslegitimou simbolicamente os governos petistas, como também ajudou a sustentar a ideia de que a saída para a crise estaria na ruptura com o campo progressista e na adoção de uma agenda liberal-conservadora, que se estabeleceu após o *impeachment* de Dilma Rousseff até a chegada ao Estado Restrito de Jair Messias Bolsonaro.

## **Capítulo 4- MANUAL PARA PROFESSOR “ENSINO, MÍDIA E POLÍTICA”**

O presente capítulo tem como objetivo apresentar o Produto Educacional resultante desta pesquisa: um manual didático voltado para professores de História do Ensino Médio, construído como uma ferramenta pedagógica para abordar, em sala de aula, o contexto de crise política brasileira entre os anos de 2015 e 2018.

Este material propõe, de maneira prática e crítica, o tratamento de temas centrais da conjuntura recente do país, como os governos petistas, o processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, a ascensão do governo Michel Temer, o avanço da polarização política e o papel exercido pelos mídia na construção das narrativas sobre esse período.

Alinhado às diretrizes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), articulado com os princípios da educação crítica e democrática, o manual oferece ao professor não apenas subsídios históricos e conceituais, mas também propostas pedagógicas baseadas em metodologias ativas, que visam desenvolver a autonomia intelectual dos estudantes e sua capacidade de análise da realidade social e política em que estão inseridos.

Além de apresentar o uso dos jornais como fonte histórica e recurso didático central permite que os alunos confrontem discursos, identifiquem estratégias de construção da opinião pública e reflitam sobre a função social da mídia em contextos de instabilidade política.

### **4.1 Diagramação e Estrutura do Manual Ensino, Mídia e Política**

A partir da pesquisa realizada nesta tese de doutorado foi possível identificar a atuação da Imprensa como catalisador do processo de crise política institucional no Brasil, durante o período de 2015 a 2018. A partir do estudo das fontes e organização foi possível pensar um produto voltado para o professor do ensino básico em virtude da complexidade do período político que compreende a pesquisa e da necessidade de construir material didático que seja capaz de auxiliar o professor, sem, contudo, impor uma unificação e padronização que não leve em consideração a própria realidade da sala de aula.

O produto que vai ser apresentado neste capítulo surge a partir da experiência em sala de aula no ensino público integral e da percepção da dificuldade que é para o professor de história trabalhar tantos conteúdos, diversas temáticas dentro de um tempo reduzido em virtude das reformas educacionais, demandas burocráticas e implementação de metodologias capazes de estimular o aluno, desenvolver habilidades e competências e, ainda, ter uma prática docente eficaz e produtiva tanto para os alunos quanto para o professor em seu ofício, que é educar sujeitos críticos de sua própria realidade.

Nesse sentido, a experiência em sala de aula possibilitou construir um produto centrado nas dificuldades enfrentadas pelo professor e voltado para a perspectiva de um ensino ativo em que o estudante consiga refletir e criar consciência crítica sobre o contexto político brasileiro aqui estudado.

Além disso, é importante destacar que o manual para professor: Ensino, Mídia e Política foi construído a partir da tese, entretanto, não é uma cópia desse estudo. Nele, são apresentadas as discussões e os pontos centrais que o professor precisa apresentar em sala de aula, com uma linguagem objetiva, simples e direcionada para que, a partir dele, o professor possa construir a sua aula e aprofundar seus conhecimentos, buscando a tese ou textos e autores citados nesse estudo.

É importante destacar também que o que se pretende aqui não é substituir o trabalho de preparação de aula do professor, suas reflexões pedagógicas nem transformar a aula em um processo unilateral e padronizado, porque entende-se que o ensino é uma troca em que a centralidade está no aluno, entretanto ele só ocorre a partir da mediação do professor.

Nessa prerrogativa o manual pretende mostrar possibilidades pedagógicas que vão auxiliar o professor em sala de aula na produção das aulas. Desse modo, a diagramação e estrutura do produto foram pensados para facilitar a análise e o acesso às principais discussões apresentadas no manual.

**Imagem 21:** Capa do produto pedagógico



Fonte: Elaboração própria.

O produto é dividido em três seções temáticas voltadas para a apresentação dos governos petistas, o pós-*impeachment* e a ascensão da extrema direita no Brasil, a partir dessas seções o professor é direcionado para o uso dos jornais e discussões centrais para a construção da sua aula.

**Imagem 22:** Sumário e Sessões

<b>SUMÁRIO</b>	
<b>Introdução</b> .....	4
<b>Seção 1: Governo Petistas</b> .....	5
Objetivos da aula.....	7
Competências e Habilidades.....	8
<b>Governo Luis Inacio Lula da Silva</b> .....	9
Proposta pedagógica: Mapa da transformação Social.....	9
Reflexões finais.....	12
Objetivos da aula.....	14
Competências e Habilidades.....	15
<b>Governo Dilma Rousseff</b> .....	16
Destacar em sala.....	18
Proposta pedagógica 1: Seja um historiador.....	20
Reflexões finais.....	21
Proposta pedagógica 2: Debate em Fishbowl.....	22
Reflexões finais.....	24
<b>Seção 2: Pós impeachment</b> .....	25
Objetivos da aula.....	26
Competências e Habilidades.....	27
<b>Governo Michel Temer</b> .....	28
Destacar em sala.....	30
Proposta pedagógica Construindo um jornal.....	31
Reflexões finais.....	33
Objetivos da aula.....	35
Competências e Habilidades.....	36
<b>A Extrema Direita no Brasil</b> .....	37
Destacar em sala.....	39
Proposta pedagógica Juri Simulado.....	40
Reflexões finais.....	43

**SEÇÃO 1**  
**GOVERNOS PETISTAS**



Fonte: Elaboração própria.

Em cada seção foram criados box interativos com perguntas norteadoras e direcionamentos para aprofundamento das discussões que precisam ser apresentadas em sala com indicação de referências e outras fontes. Além do direcionamento para um *drive* com algumas fontes utilizadas na pesquisa e que podem ser acessadas como material nas propostas didáticas indicadas no manual através de *QR Code*.

O *box* “Aprofunde a discussão”, funciona como uma pausa no conteúdo expositivo, e o professor é convidado a refletir mais profundamente sobre a historiografia dos eventos políticos e sociais do período. Nele são indicados autores e obras que são referências na tese e que podem ser utilizadas para aprofundar o conteúdo e na elaboração das aulas.

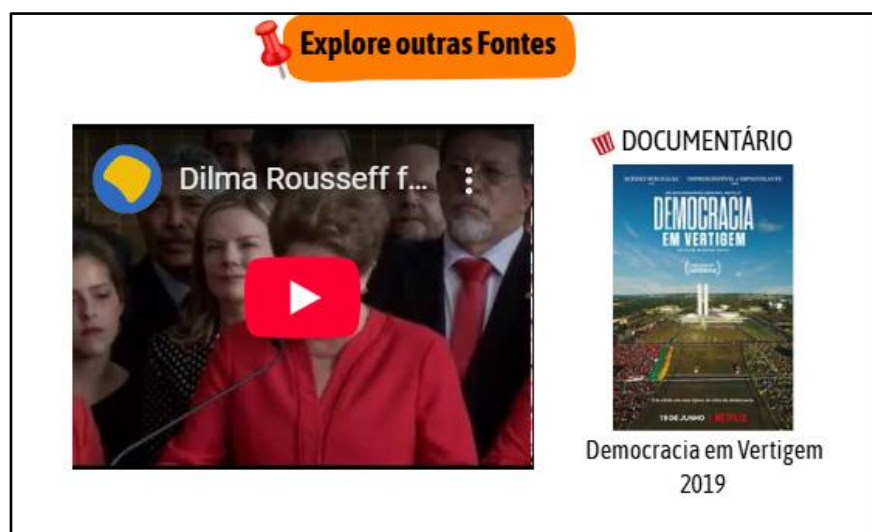
**Imagem 23:** Box aprofunde a discussão



Fonte: Elaboração própria.

No *box* “Explore outras Fontes”, são disponibilizados vídeos, livros e filmes, a partir dos quais o professor pode complementar a sua análise ou os apresentar aos seus alunos durante as aulas expositivas. O manual apresenta ainda, o *box* “Aprofunde a discussão” em que os textos que discutem os principais conceitos analisados são disponibilizados para o professor. A diagramação e a estrutura do produto foram pensados para facilitar o processo de elaboração das aulas a partir de alternativas viáveis na realidade da escola pública, com os devidos ajustes conforme os recursos disponíveis.

**Imagem 24:** *Box explore outras fontes*





- Qual é o papel do facebook, twitter, tiktok e instagram na construção da imagem pública?
- O que muda no debate político com a inegração direta entre cidadão e político?
- Como a linguagem das redes se diferencia da linguagem nos jornais?

Fonte: Elaboração própria.

Desse modo, o produto trata da temática de modo mais específico, configurando-se como uma ferramenta eficaz para o entendimento dos processos políticos democráticos do Brasil no contexto de crise política, a partir dos embates de classes existentes e na identificação da importância da mídia nesse processo de ruptura democrática.

#### 4.2 Proposta pedagógica do Manual Ensino, Mídia e Política

O manual elaborado para professores Ensino, Mídia e Política: Período pós-impeachment através do Globo e da *Folha de São Paulo* (2015–2018) apresenta uma proposta pedagógica crítica e que se compromete com a formação cidadã dos estudantes, uma vez que se entende que o ensino de História deve dialogar com o tempo presente, com os conflitos sociais e com os meios de comunicação, contribuindo para que os alunos compreendam o mundo em que vivem e atuem como sujeitos históricos e críticos de sua própria realidade.

O manual não apresenta apenas conteúdos e interpretações sobre os governos petistas, o *impeachment* de Dilma Rousseff, o governo Temer e a ascensão da extrema-direita, mas também oferece caminhos práticos para que esses temas sejam discutidos em sala de aula com profundidade, diversidade e protagonismo dos estudantes, isso porque a construção da consciência crítica é o eixo estruturante do manual.

Nesse sentido, o produto investe em quatro estratégias complementares: uma narrativa histórica clara e embasada, o uso de fontes primárias como capas e editoriais de *O Globo* e *Folha de São Paulo*, atividades investigativas e dialógicas que instigam o aluno a levantar

hipóteses e argumentar e construir a criticidade, além de reflexões guiadas que aproximam o debate político das vivências dos estudantes.

Segundo Jaime Pinsky (2003) existe a necessidade do professor/ historiador utilizar os materiais didáticos, além de buscarem novas perspectivas e linguagens ao abordarem temas e discussões em sala de aula. É exatamente o que se pretende com a elaboração do manual para professor - buscar através da mídia, a construção de uma análise crítica contexto de crise política e ascensão da extrema direita no Brasil.

Desse modo, o manual valoriza o papel do professor como mediador do conhecimento, não como reprodutor de conteúdos prontos. Ele oferece sugestões de aula, mas reconhece que cada professor possui autonomia para adaptar as propostas à sua realidade e à sua turma. Já que o que se defende nesta pesquisa é o compromisso com uma prática docente reflexiva, aberta ao diálogo e sensível às diferenças, apesar do momento histórico em questão ser marcado por diminuir todas essas questões.

A partir do uso de metodologias ativas alinhadas à Base Nacional Comum Curricular, os alunos são mediados pelo professor a investigar, discutir, produzir e tomar decisões com base em dados, argumentos e valores democráticos, tudo a partir das fontes mapeadas e disponibilizadas ao professor. Toda a discussão é direcionada a partir de publicações reais feitas pelo *O Globo* e *Folha de São Paulo* de 2015 a 2018.

A metodologia ativa, nesses contextos, é compreendida como um conjunto de estratégias que colocam o estudante no centro da aprendizagem, permitindo que ele elabore conhecimentos por meio da pesquisa, da colaboração e da prática (Luchesi; Oliveira; Santos, 2022). Essa foi a principal dificuldade na elaboração do material, o entendimento sobre o ensino ativo e a reverberação deste na abordagem metodológica.

Como transformar a política em um período de tanta polaridade política e discurso de ódio, além de ataque aos professores em algo atrativo aos estudantes? Como aproximar a linguagem acadêmica do cotidiano dos alunos? A alternativa foi o diálogo e a escuta de alunos e outros professores de história e ciências humanas que assim como eu estão no cotidiano da sala de aula e na vivência de aplicação de cada uma das propostas indicadas no manual Ensino, Mídia e Política. Assim, como parte integrante do produto, todas as propostas didáticas são desenhadas para que o estudante levante hipóteses, analise discursos, construa argumentos e relacione política, mídia e cotidiano.

As atividades propostas estimulam a leitura crítica da mídia e não uma recepção passiva dos conteúdos jornalísticos, levam o professor a tomar decisões pedagógicas mais conscientes ao pensar como determinados temas podem ser sensíveis ou ideologicamente

carregados, além de auxiliar o professor a formar alunos como sujeitos críticos, capazes de interpretar, argumentar e intervir socialmente. Além disso, todas as atividades propostas podem ser desenvolvidas em outras aulas e mesmo outras disciplinas e outros níveis de escolaridade, isso torna o manual versátil e facilmente aplicado no cotidiano escolar.

Desse modo, o manual aplica essas metodologias com clareza e coerência, promovendo o engajamento dos alunos em discussões que envolvem temas como corrupção, mídia, desigualdade social, direitos humanos e democracia. Além disso, o produto respeita a diversidade de opiniões e o professor encontra no manual ferramentas para ensinar política, história e cidadania em um contexto social polarizado.

### 4.3 Aplicação do Manual com professores e alunos de ensino médio

O Manual para professor, Ensino, Mídia e Política, trata de temas como o lulismo e o pacto social, o *impeachment* de Dilma Rousseff, as reformas do governo Michel Temer e a ascensão da extrema-direita, articulando esses eventos com o papel da mídia nos processos políticos democráticos e no direcionamento do que vira debate público. A escolha de trabalhar esses conteúdos decorre da necessidade de formar estudantes politicamente conscientes e historicamente informados, em consonância com os princípios da LDB e BNCC.

Essa proposta foi apresentada aos alunos da rede pública integral de ensino do Maranhão para a testagem do manual e a sua construção a partir da vivência de sala de aula. Cada atividade proposta foi organizada e levada para sala de aula e, a partir dessa observação, foram sendo realizadas as modificações, retirada de propostas e reformulações para que o produto fosse capaz de alcançar seu objetivo principal, estimular a consciência crítica dos estudantes sobre o período de crise política do Brasil.

**Imagem 25:** Aplicação das atividades Mapa da transformação social



Fonte: Elaboração própria

Durante a aplicação dessa atividade percebeu-se a identificação dos alunos com a temática trabalhada, os relatos de vivências cotidianas e como os programas sociais fazem parte das suas realidades. Isso facilitou a explicação do conteúdo e a participação ativa dos estudantes. Mesmo que durante alguns momentos a mediação da professora tenha sido necessária para manter a organização e a dinâmica de execução da atividade no tempo determinado da atividade.

Outra atividade com bastante aceitação pelos alunos foram as produções dos jornais, o uso de aplicativos e da internet possibilitou a produção de várias produções e a percepção dos alunos da mídia como uma ferramenta de controle ideológico e construção de narrativas a partir de quem escreve e para quem se escreve, com que intenção e finalidade. Essa atividade favoreceu o protagonismo dos estudantes e a construção coletiva do conhecimento que rompeu as paredes de sala de aula e virou um projeto escolar de rádio na escola.

#### **Imagem 26: Produção jornalística**



Fonte: Elaboração própria

Isso só foi possível por conta das análises de fontes jornalísticas reais, permitindo desenvolver a leitura crítica da mídia e a reflexão dos estudantes em relação à divulgação de notícias com responsabilidade, ética e respeito à diversidade.

## Imagem 27: Exemplos dos jornais produzidos



Fonte: Elaboração dos alunos.

A proposta de Júri simulado foi a atividade que mais exigiu trabalho no processo de organização, tanto do ponto de vista do planejamento pedagógico quanto da preparação dos estudantes. Essa atividade desafiou os alunos a saírem da zona de conforto do senso comum e a se apropriarem de uma postura crítica, fundamentada na análise de fontes históricas e jornalísticas.

A principal dificuldade enfrentada foi justamente essa: construir argumentos com base em fontes e dados, e não a partir de opiniões prontas ou narrativas simplificadas. Isso exigiu tempo, mediação constante e apoio no processo de leitura, interpretação e discussão dos materiais. Porém, ao mesmo tempo, foi a parte mais gratificante de todo o trabalho. Ao longo das aulas preparatórias, foi possível observar com clareza a evolução do pensamento crítico dos estudantes, que começaram a compreender com mais profundidade o que estava em jogo no cenário político entre 2015 e 2018.

Ao assumir papéis diversos e defender argumentos com base em fontes concretas, os alunos desenvolvem a percepção de que a História é um campo de disputas interpretativas, e não apenas um relato linear de fatos objetivos. Essa abordagem estimula a leitura crítica da realidade e ajuda a construir uma consciência histórica mais sólida, permitindo que os estudantes reconheçam as múltiplas versões existentes sobre um mesmo fato.

Além disso, a simulação do julgamento favorece a análise dos impactos das decisões institucionais na vida social, promovendo o desenvolvimento da empatia, do senso de justiça e

da consciência política que são elementos fundamentais para a formação cidadã no ensino de História.

### **Imagem 28:** Desenvolvimento do Júri Simulado



Fonte: Elaboração própria.

Durante o desenvolvimento do júri, os alunos demonstraram domínio sobre questões como a atuação da mídia, a ruptura do pacto social, os embates entre projetos políticos e interesses de classe, e as disputas em torno da governabilidade no contexto do *impeachment*. Ao final, não apenas conseguiram apresentar defesas bem construídas sobre o contexto da crise, mas também sustentaram um debate voltado para o rigor argumentativo e o uso de evidências, respeitando a diversidade de posições e mantendo o foco em uma análise de caráter científico.

### **Imagem 29:** Júri Simulado



Fonte: Elaboração própria.

Desse modo, com base na aplicação das propostas desenvolvidas ao longo do manual, é possível afirmar que o material cumpriu com êxito seu objetivo central: contribuir com a formação de sujeitos críticos, capazes de compreenderem e interpretarem a realidade política, social e midiática do Brasil contemporâneo.

As atividades, fundamentadas a partir do ensino ativo e no uso de fontes reais dos jornais *O Globo* e *Folha de São Paulo*, permitiram aos alunos não apenas adquirirem

conhecimento histórico, mas também desenvolver habilidades argumentativas e capacidade de leitura crítica do mundo reafirmando o papel da escola como espaço de reflexão, debate ético e a construção de uma sociedade mais democrática.

Os professores que tiveram contato com o manual também apontaram para uma perspectiva positiva para seu uso. Reafirmando que o material apresenta uma abordagem crítica e bem fundamentada sobre o papel da imprensa na construção de narrativas políticas, especialmente no contexto da crise que levou ao *impeachment* de Dilma Rousseff. Além da articulação entre teoria e prática que mostra que seu uso não é distante da realidade escolar.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trabalhar com questões políticas em sala de aula foi a centralidade deste estudo. Levar para a sala de aula análise sobre o contexto de crise política e institucional que ocorreu no Brasil de 2015 a 2018 e que ainda possui reverberações reflexo de disputa de projetos antagônicos e que institucionalizaram a polarização política no país.

Para tanto, foram mapeadas as publicações dos jornais *O Globo* e *Folha de São Paulo* para a identificação do papel da mídia no processo de deslegitimação do governo Dilma Rousseff e a ascensão da extrema direita ao poder do Estado Restrito em 2018 representada por Jair Messias Bolsonaro. Os materiais selecionados como capas, editoriais, matérias jornalísticas e charges, representam um arcabouço de fontes essenciais para se discutir a atuação da mídia como catalisador das disputas políticas e a intencionalidade e construção de narrativas que moldaram e criaram o debate público.

Entretanto, para uma organização historiográfica, realizou-se um recuo histórico com a discussão dos governos de Luís Inácio Lula da Silva para o entendimento das atuações dos movimentos e institutos liberais na disputa por hegemonia já durante esse período e a contextualização da crise política e econômica enfrentada por Dilma Rousseff e que teve seu ápice no golpe sofrido pela primeira mulher eleita para o cargo máximo da política brasileira.

Além disso, o entendimento da Operação Lava Jato como ferramenta política e a apropriação do combate a corrupção, como um mecanismo sistêmico do Partido dos Trabalhadores, foram discursos adotados pela mídia e pela direita, mas que na verdade foram pano de fundo para a retomada da governabilidade e da imposição de um governo não legitimado pelas urnas representado por Michel Temer considerado como político técnico e articulador responsável pela construção e aprovação de reformas estruturais que aprofundaram o projeto neoliberal no país pautado principalmente em cortes em programas sociais e de distribuição de renda.

Nesse contexto, após o *impeachment*, a imprensa passou a legitimar o governo Temer e a normalizar as reformas neoliberais como condição para a reconstrução nacional. Essa mesma lógica foi projetada sobre Jair Bolsonaro que mesmo diante de seu discurso autoritário, antidemocrático e moralista, os jornais optaram por tratá-lo como um candidato viável, desde que comprometido com a agenda do mercado.

Ao relativizar os riscos institucionais e priorizar a responsabilidade fiscal como critério de governabilidade, a grande imprensa contribuiu ativamente para a despolitização da democracia e para a legitimação simbólica do bolsonarismo como alternativa plausível. Em nome da estabilidade econômica, tolerou-se a erosão democrática e, nesse sentido, a imprensa

não apenas noticiou, mas participou da construção do processo político que culminou na eleição de Jair Bolsonaro e na radicalização da direita no Brasil.

Essa condição ultrapassou os limites do âmbito político e da mídia, alcançando também os espaços escolares. Nesse cenário, temas como democracia, corrupção, imprensa, direitos humanos e políticas públicas passaram a ser alvo de disputas morais e ideológicas, afetando diretamente o ambiente de ensino, o papel do professor e a liberdade em sala de aula.

A radicalização política afetou a escola de diferentes formas, desde a pressão por “neutralidade”, na tentativa de controle dos conteúdos discutidos em sala, como no projeto Escola Sem Partido, e na desconfiança pública em relação ao trabalho docente. Muitos professores passaram a evitar temas políticos ou históricos contemporâneos, com receio de serem mal interpretados ou acusados de doutrinação. Condição que criou uma atmosfera de autocensura e padronização, que reduz o papel da educação ao de mera transmissora de informações descontextualizadas da realidade e do tempo presente.

No intuito de romper com esse ciclo e fortalecer a escola como espaço democrático, foi criado o produto resultado desse estudo, o manual para professor intitulado Ensino, Mídia e Política: Período pós *impeachment* através do Globo e da *Folha de São Paulo*, que valoriza o debate, a análise crítica das fontes e a escuta plural, além de ser uma ferramenta para que o professor em seu ofício, desenvolva um trabalho com base em evidências, promovendo a reflexão argumentativa e crítica entre os estudantes.

## REFERÊNCIAS

**Jornais O Globo- 2015 a 2018.** Disponíveis em: <https://oglobo.globo.com/acervo/>  
**Jornais Folha de São Paulo- 2015 a 2018.** Disponíveis em:  
<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/>

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ABUD, Katia Maria. Ensino de História e Base Nacional Comum Curricular: Desafios, incertezas e possibilidades. In: RIBEIRO JÚNIOR, Halferd Carlos; VELÈRIO, Mairon Escorsi. **Ensino de História e Currículo. Reflexões sobre a Base Nacional Curricular, formação de professores e prática de ensino.** Jundiaí: Paco Editorial, 2017, p. 13-26.

ALMEIDA, Ronaldo. Bolsonaro Presidente: Conservadorismo, Evangelismo e a crise brasileira. **Revista Novos Estudos.** V. 23, nº 38, CEBRAP, jan./abr. 2019. P. 123-145.

ARÊAS, João Braga. Batalhas de O Globo (1989-2002): **o neoliberalismo em questão.** Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

ANDRÉA, Gianfranco Faggin Mastro; SOBRINHO, Osório Silva Barbosa; GUNDIM, Wagner Wilson Deiró. Extrema-Direita: conceituação, principais características e ascensão contemporânea: uma análise sobre os episódicos Brexit e eleição de Donald Trump. In.: NARCIZO, Makchwell Coimbra (org.). **A extrema direita e o poder: histórico, diagnóstico e perspectivas.** Rio de Janeiro: Eulim, 2020.

ARAÚJO, Victor Leonardo Figueiredo Carvalho de. O primeiro governo Lula (2003–2006): retomada do crescimento e bonança internacional. In: SEP (Org.). **Anais do evento 2019, 2019.** SEP, 2019.

ALVES, Renato Aleikseivz. **Crise, neoliberalismo e esfera pública: o Partido dos Trabalhadores, o esgotamento do lulismo e as jornadas de junho.** 2023. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2023.

ANDRÉA, Gianfranco Faggin Mastro; SOBRINHO, Osório Silva Barbosa; GUNDIM, Wagner Wilson Deiró. Extrema-Direita: conceituação, principais características e ascensão contemporânea: uma análise sobre os episódicos Brexit e eleição de Donald Trump. In: Faggin Mastro Andréa; Sobinho Osório S. Barbosa; Gundim Wagner Wilson Deiró (orgs.). **Teorias e consensos sobre o Estado no Ocidente.** [S.l.]: [s.n.], 2020. p. 22–82.

AZEVEDO, Fernando. A grande imprensa e o impeachment de Dilma Rousseff. In: **Revista Compolítica**, v. 8, n. 2, 2018.

BALLMANN, Maria da Graça; AGUIAR, Leticia Carneiro. LBD, Projetos em disputa: da tramitação à aprovação em 1996. **Revista Retrato da Escola, Brasília**, v. 10, nº9, p. 407-428. 2016.

BEZERRA, Holien Gonçalves. Conceitos básicos. Ensino de História: conteúdos e conceitos básicos. IN: KARNAL, Leandro (org.) História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas. São Paulo: contexto, p.37-48, 2003.

BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2011.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda**: razões e significados de uma distinção política. São Paulo: UNESP, 1994.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

BONTEMPI JR., Bruno; SILVA, Carlos Mostaro Neves da. Sobre o "nascimento dos intelectuais": repercussão do "affaire Dreyfus" nas imprensas paulista e mineira (1898- 1899). In: VIEIRA, Carlos Eduardo; BONTEMPI JR, Bruno; OSINSKI, Dulce Regina Baggio. (orgs.). **História Intelectual e Educação. Imprensa e esfera pública**. Jundiaí: Paco Editorial, 2019, v. 1, p. 25-46.

BORGES, Jussara; JAMBEIRO, Othon. Evolução do uso da internet na participação política de organizações da sociedade civil. In.: PINHO, J.A.G., ed. **Artefatos digitais para mobilização da sociedade civil: perspectivas para avanço da democracia**. Salvador: EDUFBA, 2016.

BRASIL, Ministério da educação. **Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasil, MEC, 1996.

BRASIL. Lei nº 13.165, de 29 de setembro de 2015. Altera as Leis nº 9.504/1997, 9.096/1995 e o Código Eleitoral – Lei nº 4.737/1965. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 29 set. 2015.

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular- Ensino Fundamental**. Brasília: Ministério da Educação, 2017.

BOITO JR., Armando. Os atores e o enredo da crise política. In: JINKINGS, Kim Doria; CLETO, Murilo (orgs). **Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise**. São Paulo: Boitempo, 2016.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o Golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, número especial, pp. 1-63, 2017.

BOULOS, Guilherme. A onda conservadora. In: DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane (orgs.). **A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

BORGES, Jussara; JAMBEIRO, Othon. Evolução do uso da internet na participação política de organizações da sociedade civil. In: PINHO, J.A.G. (org.). **Artefatos digitais para mobilização da sociedade civil: perspectivas para avanço da democracia**. Salvador: EDUFBA, 2016, pp. 73–97.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1989.

CAMPOS, Pedro Henrique Pereira. Empresas e ditadura, o outro lado. *Varia História*, v. 39, n.79, p.1-34, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/qynPPRPMKZ4NgrzQXxZhPWS/#top>. Acesso em: 27 de jun. 2025.

CHAVES, Leonardo Leal. **Ensino de História e Lei de Anistia no Maranhão: imprensa, impressos e uma proposta de acervo digital**. 2018. Dissertação (Mestrado em História, Ensino e Narrativas) – Programa de Pós-Graduação em História, Ensino e Narrativas, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2018.

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1994.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Impressos Subversivos: Arte, Cultura e Política no Brasil 1924-1964**. São Paulo: Intermeios, 2020.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. Fórum da Liberdade: o grande palco das direitas e do movimento reacionário no Brasil. In.: SANTOS, Mayara Aparecida Machado Balestro dos. MIRANDA, João Elter Borges (Orgs.). **Nova direita, bolsonarismo e fascismo: Reflexão sobre o Brasil contemporâneo** (Livro eletrônico). Ponta Grossa: Texo e Contexto, 2020.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

CEPÊDA, Vera Alves. **A Nova Direita no Brasil: contexto e matrizes conceituais**. Dossiê - Interpretações do Brasil contemporâneo, 2018.

CHAUI, Marilena. **A nova classe trabalhadora brasileira e a ascensão do conservadorismo**. In: JINKINGS, Kim Doria; CLETO, Murilo (orgs). **Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise**. São Paulo: Boitempo, 2016.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. **Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa**. Projeto História, São Paulo, n.35, p. 253-270, dez. 2007.

CERVI, Emerson Urizzi. Campanhas eleitorais em redes sociais: transparência ou pornografia? Os 15 primeiros anos de Análises de Conteúdos de campanhas eleitorais produzidas pelo CPOP. In.: CERVI, Emerson U; MASSUCHIN, Michele G; Carvalho, Fernanda C de (org.) **Internet e Eleições no Brasil**. Curitiba: CPOP (grupo de pesquisa em Comunicação Política e Opinião Pública), 2017.

DEMIER, Felipe Abranches. Bolsonaro, pandemia e universidade: breve nota de conjuntura. In: BALESTRO DOS SANTOS, Mayara Aparecida Machado; MIRANDA, João Elter Borges (orgs.) **Nova Direita, Bolsonarismo e Fascismo: reflexões sobre o Brasil contemporâneo**. Ponta Grossa: Texto & Contexto, 2020.

DEMIER, Felipe Abranches. A revolta a favor da ordem: a ofensiva da oposição de direita. In: DEMIER, Felipe Abranches; HOEVELER, Rejane (orgs.). **A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel. **A Revolução Impressa**. A imprensa na França (1775-1800). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil**. Tempo e Argumento, Florianópolis, 2016. v.10, n. 23, p. 80-108.

FERREIRA, Eric. Duarte. Discurso, mídia e política: inquirição e exame no contexto do escândalo político do mensalão na era Lula. In: SNICHELOTTO, C. A. R., and LUZ, M. N. S., eds. **Estudos linguísticos da/na Fronteira Sul**. Chapecó: Editora UFFS, 2021, pp. 13-32. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9786586545449.0003>.

FERRETTI, José H. A reforma do ensino médio e os desafios que ela impõe. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, v. 39, n. 143, p. 991–1012, jul./set. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/es0101-73302018189445>. Acesso: 12 de mai. 2025.

FONSECA, Selva Guimarães. **Os caminhos da História Ensinada**. Campinas - São Paulo. Papyrus, 2011.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. paz e Terra, 38º ed. Rio de Janeiro, 2018.

GIDDENS, Anthony. **Para além da esquerda e da direita: o futuro da política radical**. São Paulo: UNESP, 1996.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**, vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

GUILHERME, Alexandre Anselmo; PICOLI, Bruno Antonio. The neoliberal conception of education and its impacts in the Global South: a new form of imperialism. **Foro de Educación, Salamanca**, v. 16, n. 24, p. 199–222, 2018.

GENTIL, Denise; HERMANN, Jennifer. A política fiscal do primeiro governo Dilma Rousseff: ortodoxia e retrocesso. **Economia & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 3, p. 793–816, dez. 2017.

HOBSBAWM. **O presente como história**. In.: Sobre História. São Paulo. Cia das Letras, 2013.

KRENISKI, Gislaine Carla P. O jornal como fonte histórica: a representação e o imaginário sobre o “vagabundo” na imprensa brasileira (1989-1991). **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História ANPUH**, São PAULO, junho de 2011.

LEONI, Eduardo. **Ideologia, democracia e comportamento parlamentar: a câmara dos deputados (1991-1998)**. DADOS, Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, p. 361-386, 2002.

LIMA, Venício A. **A opinião privada tornada pública**. Observatório da Imprensa. Ano 12, n. 342, de 16/08/2005. Disponível em: <https://www.observatoriodaimprensa.com.br>. Acesso em:

10 de jan. 2008.

LUKES, Steven. Epiologue:the grand dichotomy of the twentieth century. In.: BALL, Terence e BELLAMY, Richard (Org.). **The Cambridge History of Twentieth century Political Thought**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, p. 602-626.

LUCA, Tania Regina de. **História dos, nós e por meio dos periódicos**. São Paulo: Editora contexto, 2008.

LOWY, Michael. **Conservadorismo e extrema direita na Europa e no Brasil**. Revista Serviço Social. Nº124, São Paulo: out./dez. 2015. P.652-664.

LOPES, Joyce Cristine Silva. **Os governos de Fernando Collor de Mello (1989-1992) e Dilma Rousseff (2014-2016) através da mídia nacional: aproximação com o cotidiano escolar por meio do paradidático "Democracia Brasileira em Crise**. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em História) – Centro de Ciências Exatas e Naturais, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2020.

.LUCHESE, Bruna Moretti; LARA, Ellys Marina de Oliveira; SANTOS, Mariana Alvina dos (org.). **Guia prático de introdução às metodologias ativas de aprendizagem**. 1. ed. Campo Grande, MS: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2022. – (Obra aprovada pelo Conselho Editorial da UFMS – Res. nº 60-COED/AGECOM/UFMS, de 13 ago. 2021). Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/4667>.

MACHADO, Eliel Ribeiro. **Os limites da democracia burguesa e a prática política elitista**. Lutas Sociais, São Paulo, n. 3, p. 123–138, 2012.

MIGUEL, Luiz Felipe; COUTINHO, Aline de Almeida. **A crise e suas fronteiras: oito meses de “mensalão” nos editoriais dos jornais**. **Opinião Pública**, Campinas, v. 3, n. 1, p. 98–123, 2007.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O Brasil à beira do abismo, de novo. In: MATTOS, Hebe; BESSONE, Tânia; MAMIGONIAN, Beatriz (orgs.). **Historiadores pela democracia: o golpe de 2016 e a força do passado**. São Paulo: Alameda, 2016.

MELLO, Yasmine Hofmann Rodrigues e. **A ferro e fogo a folha de s. Paulo e a vanguarda modernização do jornalismo brasileiro. 2018**. Tese de doutorado em Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro. 2018.

MASSUCHIN, Michele Goulart, MITOZO, Isabele Batista; CARVALHO, Fernanda Cavassana de; MOTTA, Juliana Carla Bauerle. Debate *online* em período eleitoral: Diferenças e similaridades no comportamento dos comentaristas. In.: CERVI, Emerson U; MASSUCHIN, Michele G; Carvalho, Fernanda C de (org.) **Internet e Eleições no Brasil**. Curitiba: CPOP (grupo de pesquisa em Comunicação Política e Opinião Pública), 2017.

MOREIRA, Marcelo Sevaybricker; VERONEZ, Élber Antonielle Donizete. Entre o direito e a política: uma análise do impeachment de Dilma Rousseff. **Revista de Estudos Jurídicos UNESP**, a.25, n.41, 2021.

MACIEL, David. **O Jornal Folha de São Paulo e a visão política neoliberal**. **Revista VIG**, Rio de Janeiro, v. 34, p. 34-49, dez. de 2012.

MIRANDA, João Elter Borges. Existe uma nova direita no Brasil contemporâneo?. In.: SANTOS, Mayara Aparecida Machado Balestro dos. MIRANDA, João Elter Borges (Orgs.). **Nova direita , bolsonarismo e fascismo: Reflexão sobre o Brasil contemporâneo** (Livro eletrônico). Ponta Grossa: Texo e Contexto, 2020.

MOREL, Marco. **Da gazeta tradicional aos jornais de opinião**: metamorfoses da imprensa periódica no Brasil. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P. das. Livros e impressos: retratos do setecentos e do oitocentos, p. 153-184.

NUNES, Raul. **Atores e práticas ciberativistas no brasil**: o esboço de uma história. In.: VIII Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (VIII COMPOLÍTICA), realizado na Universidade de Brasília (UnB), de 15 a 17 de maio de 2019.

OLIVEIRA, Luís Ademir. Et al. **Disputa eleitoral de 2014**: da tela da televisão para as redes sociais. Comunicação e Mercado/ UNIGRAN. 2016. Vol. 04, n. 11, p. 29-42.

OLIVEIRA, Gabriel Nunes de; HERSCOVICI, Nicole. **Os empresários industriais no primeiro mandato Dilma Rousseff (2011–2014)**: uma análise a partir do jornal Valor Econômico. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, n. 37, p. 1–31, 2022.

PENTEADO, Cláudio Luís de Camargo; CRUZ JÚNIOR, Geraldo Brauner. Ação política na internet na era das redes sociais. **Ponto-e-Vírgula**. PUC-SP: 2019. p. 109-122.

PLINIO, Carlos Eduardo Santos. Emergência e declínio do governo Dilma Rousseff á luz das capacidades do Estado Brasileiro (2011-2016). **Revista Brasileira de Planejamento Orçamento**, Brasília, Vol 6, nº 1, p. 94-121, 2016.

PEREIRA, Célia. **A atualidade da classificação político-ideológica**: esquerda e direita. Revista Argumentum. V. 11, nº1, Vitória: jan./abr. 2019. P. 68-80.

PINSKY, Jaime. **O que e como ensinar: por uma história prazerosa e consequente**. In: KARNAL, LEANDRO (Orgs.). História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas. São Paulo: contexto, 2003.

REIS, José Carlos. **O lugar central da teoria metodológica na cultura histórica**. Belo horizonte. Autêntica, 2019.

ROSAS, Fernando. O Autoritarismo Pós-liberal. In.: PENICHE, A.; HONÓRIO, C.; LOPES, F.; ROSAS, F.; FALCÃO, J. (org.). **Combates à extrema direita**. Edições de combate: Rio de Janeiro, 2020.

RÜSEN, Jörn. **Reconstrução do passado: os princípios da pesquisa histórica**: Teoria da História II. Tradução de Asta-Rose Alcaide; Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2007.

ROCHA, Camila. **‘Menos Marx, mais Mises’**: uma gênese da nova direita no Brasil. 2018. 232f. Tese de doutorado em ciência Política. Universidade de São Paulo, faculdade de filosofia, letras e ciências humanas. São Paulo, 2018.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart; BONSANTO, André; DAEMON, Flora. A responsabilidade do Grupo Folha por violações de direitos durante a ditadura: considerações sobre um itinerário de pesquisa. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, São Paulo, n. 77, p. 135–156, ago. 2023

SAES, Décio. **A República do Capital: capitalismo e processo político no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2001.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos; GARCIA, Tânia Maria F. Braga. **A formação da consciência histórica de alunos e professores e o cotidiano em aulas de história**. *Caderno cede*, Capinas, vol. 25, nº 67. 2005.

SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe: entende como e por que você foi enganado**. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 4 ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. A primeira edição é de 1994.

SELL, Carlos Eduardo. **O lulismo como forma de dominação carismática: por um novo esquema interpretativo**. In: Encontro Anual da ANPOCS, 46., 2022. Caxambu: ANPOCS, 2022.

SINGER, André. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. In: **Revista Novos Estudos – CEBRAP**, n. 85, nov. 2009.

SINGER, André. **O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011–2016)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SINGER, André. **Lula's Political Economy: Crisis and Continuity**. *New Left Review*, n. 139, jan.–fev. 2023.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A fúria de Calibã: memórias do golpe de 64**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

TAROUCO, Gabriela da S. **Os partidos e a Constituição: ênfases programáticas e propostas de emenda**. 2007. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, 2007.

TAROUCO, Gabriela da S.; MADEIRA, Rafael. **Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil**. *Revista de sociologia e política*. V. 21, nº 45 Curitiba: mar. 2013, p. 149-165.

VIEIRA, Maria Aparecida. **Os autores e o enredo da crise política de 2018**. São Paulo: Boitempo, 2017.

LOPES, Casimiro; ALBUQUERQUE, Alice Ribeiro. **Conhecimento escolar: processos de seleção cultural e mediação didática**. *Educação & Realidade*. 22(1): 95 -112. jan-jun. 2018.